



MARCOS JOSÉ DOS REIS

**FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA
DO AGRONEGÓCIO – FUNDEPAG: AVANÇOS
TÉCNICO-CIENTÍFICOS DE 1990 a 2007**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao programa multidisciplinar da Universidade São Marcos, para a obtenção do título de Mestre em “Educação, Administração e Comunicação”.

**SÃO PAULO
2009**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade São Marcos

R311f	Reis, Marcos José dos Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio – FUNDEPAG: avanços técnico-científicos de 1990 a 2007 / Marcos José dos Reis. São Paulo: [s.n], 2009. 206 p.
Comunicação	Dissertação (Mestrado) - Universidade São Marcos. Área de concentração: Educação, Administração e Orientadora: Profª Dra. Rosemari Fagá Viegas 1. Agronegócio 2. Institutos públicos de pesquisa 3. Fundações 4. Parceria público privado 5. Políticas públicas 6. Terceiro setor I. Título.

Bibliotecária responsável: Rosângela Aparecida Marciale - CRB 8-5846

Aos meus pais, Zilda e Estevão.

À minha vida, irmã e amiga Nancilda.

Em especial e com carinho, ao Lazinho,
a quem sou eternamente grato.

AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho tornou-se possível devido ao apoio e colaboração de inúmeras pessoas. A elas apresento a minha profunda gratidão. Pessoas que contribuíram nas diferentes dimensões deste processo, e algumas tiveram participações excepcionais, a quem dedico de um modo especial.

Particularmente, à minha orientadora Dr^a Rosemari Fagá Viegas, pelo carinho com que conduziu a orientação desta pesquisa, com firmeza e apoio nas horas difíceis, por sua bondade, sobretudo paciência e compreensão, e pela forma peculiar de compartilhar sua grandeza intelectual, aspectos decisivos para a conclusão deste trabalho.

Ao mestre Lázaro dos Santos Moreira Filho, que generosamente me incentivou, motivou, cobrou, aconselhou e, principalmente, por sua paciência e por ter acreditado em mim.

À Dona Márcia, pelos momentos de incentivo e pelo pulsar sempre positivo de suas orações, em todas as horas que delas necessitei.

Aos colaboradores da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio, que contribuíram para a realização deste trabalho, em especial ao Dr. Antônio Álvaro Duarte de Oliveira, ao Dr. Fábio Penna Firme Curto, ao mestre Luiz Carlos dos Santos e ao Roberto do Nascimento de Souza Biojone pela compreensão, colaboração e incentivo.

RESUMO

O cenário de escassez de recursos financeiros públicos, de recursos humanos, e o da burocracia, somando-se a esses fatores as relevantes modificações globais em que o conhecimento e a pesquisa técnico-científica do agronegócio assumem uma função vital para o desenvolvimento, estimulam-se as instituições públicas de pesquisa para a necessidade de se aproximarem cada vez mais das iniciativas privadas. A Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio - Fundepag, de direito privado e sem fins lucrativos, é a pioneira nesta função. Há 30 anos vem-se somando a esforços do Estado e da iniciativa privada visando ao desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia aplicadas às atividades agroindustriais. Este estudo teve o objetivo de verificar a contribuição da Fundepag, como gestora administrativa e financeira de projetos técnico-científicos entre os Institutos Públicos de Pesquisa do Estado de São Paulo e as iniciativas privadas. A metodologia utilizada constituiu-se de levantamento bibliográfico, artigos em revistas especializadas, documentos e entrevistas com os colaboradores da Fundepag.

Palavras-chave: Agronegócio; Institutos Públicos de Pesquisa; Fundações; Parceria Público-Privada; Políticas Públicas; Terceiro Setor.

ABSTRACT

The scenario of scarcity of public financial resources, of human, and the one of bureaucracy, adding to these factors the relevant global modifications in which the knowledge and technical-scientific research of agribusiness come out a vial function in the development, one stimulates the public research institutions to the need to close more and more of the private initiatives. The Foundation for Research Development of Agribusiness - Fundepag, private and nonprofit, is the pioneer in this function. Since 30 years it has been adding to efforts of State and of the private initiative looking for the development of science and technology applied to agro-industrial activities. This study had the objective to confirm the Fundepag contribution, as administration and financial management of technical and scientific projects between the Public Research Institutes in the State of São Paulo and private initiatives. The used methodology consisted of a bibliographic survey, articles in specialized magazines, documents and interviews whit the employees of Fundepag.

Key words: Agribusiness; Public Research Institutes; Foundations; Public-Private Partnership; Public Policies; Third Sector.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
 CAPÍTULO I – A DIMENSÃO DO SISTEMA EM CIÊNCIAS, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE SÃO PAULO.....	17
1. O Sistema Paulista de Ciências, Tecnologia e Inovação no Setor do Agronegócio.....	17
2. Os Institutos Públicos de Pesquisas.....	41
2.1 Evolução dos investimentos públicos	48
2.2 Evolução dos recursos humanos.....	56
3. Setores Público e Privado: Parcerias para o Desenvolvimento das Pesquisas Técnico-Científicas.....	63
4. Políticas Institucionais: Internas e Externas.....	70
 CAPÍTULO II – FUNDAÇÕES DE DIREITO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS: FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA DO AGRONEGÓCIO – FUNDEPAG.....	74
1. As Fundações de Direito Privado sem Fins Lucrativos.....	74
2. Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio – Fundepag.....	86
3. Estrutura Organizacional: Fundepag.....	94
4. A Fundepag, a Pesquisa Técnico-Científica e a Sociedade Brasileira.....	110
 CAPÍTULO III – OS PROJETOS ENTRE OS INSTITUTOS PÚBLICOS DE PESQUISA E A INICIATIVA PRIVADA SOB A GESTÃO DA FUNDEPAG.....	117
1. Fundepag e os Institutos Públicos de Pesquisa.....	117
2. Fundepag e as Agências de Fomento.....	126
3. Apoio Institucional.....	138
4. Fundepag e os Demais Projetos.....	130

CONCLUSÃO.....	143
FONTES.....	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	151
ANEXOS.....	156

SIGLAS

ABIMAQ – Associação Brasileira da Indústria de Máquinas
APTA – Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios
APQC – Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo
CAIC – Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora
CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CEDAVAL – Centro de Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira
CODASP – Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo
CODEAGRO – Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios
CDA – Coordenadoria de Defesa Agropecuária
CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CGN – Conselho de Gestão do Patrimônio Genético
CTC – Centro de Tecnologia de Carnes
DAP – Declaração de Aptidão do Produtor
DGE – Departamento de Gestão Estratégica
DOE – Diário Oficial do Poder Executivo
DOU – Diário Oficial da União
DPV – Departamento de Produção Vegetal
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FUNDEPAG – Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio
IAC – Instituto Agrônômico
IB – Instituto Biológico
IEA – Instituto de Economia Agrícola
IP – Instituto de Pesca
IPC – Índice de Preços ao Consumidor
ITAL – Instituto de Tecnologia de Alimentos
IZ – Instituto de Zootecnia

LUPA - Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

ONG – Organização Não-Governamental

OS – Organização Social

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PD&I – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

SAA – Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

FNDCT/CT – Fundo Verde-Amarelo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura organizacional básica da SAA em 2008.....	19
Figura 2 – Estrutura organizacional básica da CDA em 2008.....	21
Figura 3 – Estrutura organizacional básica da CATI em 2008.....	22
Figura 4 – Estrutura organizacional básica da CODEAGRO em 2008.....	24
Figura 5 – Estrutura organizacional básica da APTA em 2008.....	26
Figura 6 – Estrutura organizacional básica do DGE em 2008.....	27
Figura 7 – Estrutura organizacional básica do IAC em 2008.....	28
Figura 8 – Estrutura organizacional básica do IB em 2008.....	30
Figura 9 – Estrutura organizacional básica do IEA em 2008.....	31
Figura 10 – Estrutura organizacional básica do IZ em 2008.....	33
Figura 11 – Estrutura organizacional básica do IP em 2008.....	34
Figura 12 – Estrutura organizacional básica do ITAL em 2008.....	36
Figura 13 – Estrutura organizacional básica da APTA Regional em 2008.....	39
Figura 14 – Localização dos Pólos.....	40
Figura 15 – Estrutura organizacional da Fundepag em 2008.....	98
Figura 16 – Estrutura organizacional do Conselho Deliberativo em 2008.....	99
Figura 17 – Estrutura organizacional do Conselho Fiscal em 2008.....	100
Figura 18 – Processo de Negócios.....	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução dos investimentos em P&D para a agricultura do governo do Estado de São Paulo, realizados na APTA segundo as fontes de recursos, no período de 1957 a 2005.....	50
Gráfico 2 – Evolução dos investimentos em P&D para a agricultura do governo do Estado de São Paulo, realizados na APTA, aplicações do Tesouro do Estado segundo os tipos de dispêndios, no período de 1957 a 2005.....	51
Gráfico 3 – Evolução do percentual, em relação ao PIB agropecuário estadual, dos investimentos em P&D para a agricultura do governo do Estado de São Paulo, realizados na APTA, no período de 1957 a 2005.....	52
Gráfico 4 – Evolução dos investimentos em pesquisa no Instituto Agrônômico de Campinas, no período de 1978 a 2000.....	54
Gráfico 5 – Evolução dos investimentos em pesquisa no Instituto Biológico, no período de 1978 a 2000.....	54
Gráfico 6 – Evolução dos investimentos em pesquisa no Instituto de Zootecnia, no período de 1978 a 2000.....	55
Gráfico 7 – Evolução da gestão de contratos, no período de 1985 a 2007.....	109
Gráfico 8 – Agências de Fomento, em quantidade, no período de 1990 a 2007.....	127
Gráfico 9 – Apoio Institucional em R\$, no período de 1990 a 2007.....	131
Gráfico 10 – Apoio Institucional por Instituto de Pesquisa, no período de 1990 a 2007.....	132

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Importância da pesquisa e tecnologia.....	115
Quadro 2 – Demais projetos - período de 2003.....	139
Quadro 3 – Demais projetos - período de 2004.....	140
Quadro 4 – Demais projetos - período de 2005.....	141
Quadro 5 – Demais projetos - período de 2006.....	142

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do quadro de pessoal em exercício na APTA no período de 1973 a 2003.....	59
Tabela 2 – Recursos humanos na APTA: situação e necessidade, 2004.....	61
Tabela 3 – Evolução do investimento público em pesquisa dos agronegócios, por fontes de recursos em São Paulo, no período de 1957 a 2003.....	68

INTRODUÇÃO

Atualmente no mundo marcado pelo cenário da globalização da economia, competitividade, tecnologia, produtividade e qualidade, o agronegócio é um componente fundamental para o desenvolvimento e a integração econômica de uma nação. No Brasil, ele representa a retomada do crescimento baseado no desenvolvimento sustentável, alicerçado no conhecimento científico e tecnológico.

As transformações no papel do Estado, acompanhadas pelas mudanças nos padrões de conhecimentos científicos e tecnológicos; como biotecnologia, nanotecnologia, energias eólicas, produtos transgênicos, bioengenharia de plantas e animais, a bioenergia e o desenvolvimento sustentável, juntamente com os novos padrões de concorrências globalizadas nos mercados, exigem cada vez mais modificações internas e externas nas instituições de pesquisas.

No Brasil, a pesquisa agropecuária é desenvolvida em instituições públicas de pesquisas, sendo predominantemente financiada por fontes governamentais. Diante do cenário atual da globalização de mercados, com a diminuição do papel do Estado na economia, houve um corte expressivo de verbas para as instituições públicas de pesquisas, atrasando ou até impedindo a sua integração em novas pesquisas técnico-científicas. Houve também a redução dos quadros de pesquisadores e um esvaziamento do setor por causa dos baixos salários e da burocracia para se desenvolver os trabalhos nessa área, impedindo uma maior agilidade nas suas realizações.

Para enfrentar essa crise, muitas instituições de pesquisa tentam adequar-se mais às necessidades originadas por demandas externas, vendendo produtos, buscando fontes alternativas ao recurso governamental.

Tal adequação a esse novo cenário viabiliza-se por uma nova definição de políticas públicas no setor do agronegócio e pela definição do lugar dos institutos no cenário da pesquisa e desenvolvimento técnico-científico nacional.

O Estado, no intuito de continuar investindo em pesquisas agropecuárias, propõe novas captações de recursos financeiros. Uma alternativa para aumentar os

recursos financeiros em pesquisas e tecnologia poderia ser a parceria entre o setor público e o privado.

Esta parceria poderá conceber projetos de pesquisas e tecnologia de interesse mútuo, cada um arcando com parte dos recursos. O setor público contribuiria com recursos humanos e equipamentos de laboratórios, enquanto o setor privado financiaria o custeio.

A participação do setor privado na pesquisa agropecuária é extremamente promissora, sobretudo em áreas com possibilidades de apropriação dos resultados, e as recentes decisões do governo sobre a legislação de propriedade intelectual impulsionarão novas ações deste setor.

Há áreas de pesquisa de alto retorno social cujos resultados são de difícil apropriação pelo setor privado, mas que precisam continuar a merecer prioridade dos investimentos públicos, como: coleta e preservação de recursos genéticos, meio ambiente, pequenos produtores e produtos com potencial, mas de grande risco quanto ao retorno econômico imediato.

Assim, continuarão inexpressivas em relação ao total necessário para um desenvolvimento sustentado e equilibrado do setor agropecuário, em particular, e do País como um todo. O Brasil investe pouco em ciência e tecnologia agropecuária.

Nos países desenvolvidos, a participação da iniciativa privada nesta área é significativa, todavia nos países em desenvolvimento concentra-se quase exclusivamente em entidades públicas. Com recursos escassos e ineficiências gerenciais, o setor de pesquisa não consegue atender às demandas crescentes por tecnologia.

A continuidade de investimentos públicos na pesquisa e tecnologia agropecuária, aliada a uma crescente participação do setor privado em áreas de interesse empresarial, ou mediante parceria entre ambos, constituiriam a garantia de atendimento às necessidades crescentes da sociedade brasileira, em termos de tecnologia.

O Terceiro Setor incluindo as associações e as fundações de amparo à pesquisa pode contribuir para alavancar recursos financeiros para a pesquisa e a tecnologia no ramo da agropecuária. Porém, deve-se reconhecer que a massa crítica de pesquisadores e a infraestrutura disponível para a pesquisa em países emergentes e em desenvolvimento são muito limitadas.

Estas organizações poderão oferecer mais agilidade à mobilização de recursos para áreas estratégicas que exigem ação imediata, em face da rapidez das mudanças no mundo atual.

As entidades classificadas como de “Terceiro Setor” estão basicamente voltadas a realizar serviços relacionados diretamente com a sociedade como, por exemplo, nas áreas da educação, da saúde, da habitação, da inclusão social, etc.

Por trabalhar na Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio – Fundepag, pertencente ao Terceiro Setor, percebi que há um outro lado de extrema importância, não conhecido pela maioria das pessoas. A Fundepag não realiza serviços diretamente voltados à sociedade, mas produz resultados relevantes para o desenvolvimento do setor do agronegócio, que conseqüentemente tem um impacto significativo na sociedade e na economia do País.

Após um minucioso levantamento de estudos desenvolvidos por pesquisadores sobre o Terceiro Setor, verificou-se que há inúmeros trabalhos realizados sobre o tema agronegócio nos aspectos de desenvolvimento, produtividade, produtividade, competitividade, históricos e econômicos, mas não há estudos sobre as parcerias estabelecidas entre o Estado e as iniciativas privadas.

Diante desse contexto, optou-se por desenvolver um estudo sobre a Fundepag desempenhando o papel de gestora de projetos entre o Estado e as iniciativas privadas.

A forte necessidade de ampliação da demanda por parcerias entre as empresas privadas e as entidades públicas de pesquisa, inseridas no setor do agronegócio, com a finalidade do desenvolvimento das pesquisas técnico-científicas, enfatizou o surgimento da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio com a missão de buscar somar os esforços do Estado e da iniciativa privada.

Há 30 anos a Fundepag vem buscando e intermediando parcerias entre os setores públicos e as iniciativas privadas, com o objetivo de viabilizar a realização de projetos, englobando desde a pesquisa experimental até a pesquisa para a industrialização de produtos do campo, principalmente os destinados à alimentação humana.

Este estudo tem como proposta verificar a contribuição da Fundepag como gestora e mantenedora de projetos entre os institutos públicos de pesquisa e as iniciativas privadas. Esta atuação da Fundepag poderá tornar possível a viabilização das realizações de projetos técnico-científicos relevantes no setor do agronegócio.

Este estudo está delimitado por um levantamento de dados que possibilite analisar a mencionada atuação da Fundepag entre os Institutos Públicos de Pesquisas do Estado de São Paulo e as iniciativas privadas no período de 1990 a 2007.

Com tal propósito foram utilizadas múltiplas fontes: levantamento de dados sobre a Fundepag, entrevistas com pessoas ligadas à sua administração e análise de documentos dos principais projetos sob a gestão dessa entidade.

Esta dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro fez-se uma identificação do sistema de ciências, tecnologia e inovação do agronegócio no Estado de São Paulo. Foram abordados: os principais problemas dos Institutos Públicos de Pesquisa, como os de recursos humanos e orçamentários; a atuação dos setores público e privado como parceiros para o desenvolvimento das pesquisas técnico-científicas, e uma abordagem sobre as principais ações político institucionais: internas e externas, basicamente às relacionadas com a atuação da Fundepag e os Institutos de Pesquisas.

O segundo capítulo focalizou as fundações de direito privado sem fins lucrativos, interpretando seus conceitos, histórico e evolução. Ainda neste capítulo foram feitas considerações sobre a Fundação do Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio-Fundepag: histórico, evolução e perspectivas. Procurou-se demonstrar sua estrutura organizacional, seu plano estratégico e a sua gestão de contratos, analisando-se a relação entre a Fundepag, a pesquisa técnico-científica e a sociedade brasileira.

No terceiro capítulo foram apontados e comentados os principais projetos desenvolvidos entre os Institutos Públicos de Pesquisas e as iniciativas privadas, as agências de fomento e os projetos de apoio institucional, sob a gestão da Fundepag.

CAPÍTULO I - A DIMENSÃO DO SISTEMA EM CIÊNCIAS, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Neste capítulo identifica-se o sistema de ciências, tecnologia e inovação no Estado de São Paulo, especificamente no setor do agronegócio. Avalia-se a situação dos Institutos Públicos de Pesquisa paulistas e apresenta-se a consolidação de uma série temporal consistente da evolução dos investimentos financeiros e recursos humanos públicos aplicados na Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA).

Também procura-se analisar a parceria entre os setores público-privados e sua evolução quanto a recursos financeiros, com uma abordagem dos principais eventos nas políticas institucionais alusivas aos ambientes interno e externo.

No desenvolvimento deste capítulo são estudados: o sistema paulista de ciências, tecnologia e inovação no setor do agronegócio; os Institutos Públicos de Pesquisa; a evolução dos investimentos públicos em pesquisa e desenvolvimento, e a evolução dos recursos humanos da APTA, além de setores públicos e privados com suas parcerias para o desenvolvimento das pesquisas técnico-científicas.

1. O Sistema Paulista de Ciências, Tecnologia e Inovação no Setor do Agronegócio

De acordo com a Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo (APQC), o sistema paulista de ciências, tecnologia e inovação da área de execução do agronegócio compõe-se de:

- 1 - as universidades, que têm por função básica formar recursos humanos e expandir o conhecimento científico, bem como subsidiariamente prestar serviços e oferecer bens à comunidade,
- 2 - os institutos de pesquisa, os quais desenvolvem pesquisas aplicadas às necessidades sociais, oferecem bens e serviços à comunidade e colaboram com as universidades oferecendo apoio em nível de pós-graduação e desenvolvimento de pesquisas fundamentais,
- 3 - as empresas, cujos objetivos básicos são o fornecimento de produtos, a assistência técnica, a prestação de serviços, a realização de pesquisas contínuas e inovadoras para desenvolver suas atividades e pesquisas para solução de problemas emergentes.¹

Estas três áreas devem integrar-se com o objetivo de solucionar os problemas e as necessidades que envolvam a sociedade.

Segundo a APQC:

Essas três áreas não só não são antagônicas, como devem integrar-se em uma atuação conjunta e bem planejada (política de ciência, tecnologia e inovação), constituindo um sistema de ciências e tecnologia que possibilite a solução de problemas comuns, como redução de custos, melhor aproveitamento de trabalho e recursos, maior capacitação dos profissionais especializados e melhor eficácia.²

Restringindo-se aos institutos públicos de pesquisa, o Estado de São Paulo mantém uma estrutura que conta com 25 secretarias que, sob a coordenação direta do governador do Estado, são responsáveis pelas políticas relacionadas aos seus setores; dentre estas, faz presença a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA).³

Sobre a Secretaria de Agricultura e Abastecimento constata-se:

Parceira de mais de um século do setor agropecuário paulista, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) construiu sua história não se limitando apenas às tarefas de assistência técnica, extensão rural e de defesa agropecuária prestadas na sua vasta rede de atendimento. Por meio de seu corpo técnico, ela participa dos mais variados setores relacionados à produção de alimentos, desde a pesquisa e o desenvolvimento de semente e a

¹ Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.apqc.org.br/pdf/Proposta_da_APqC_ao_Governo_do_Estado_2007_2010.pdf>. Acesso em: 17 de novembro de 2008, p. 1.

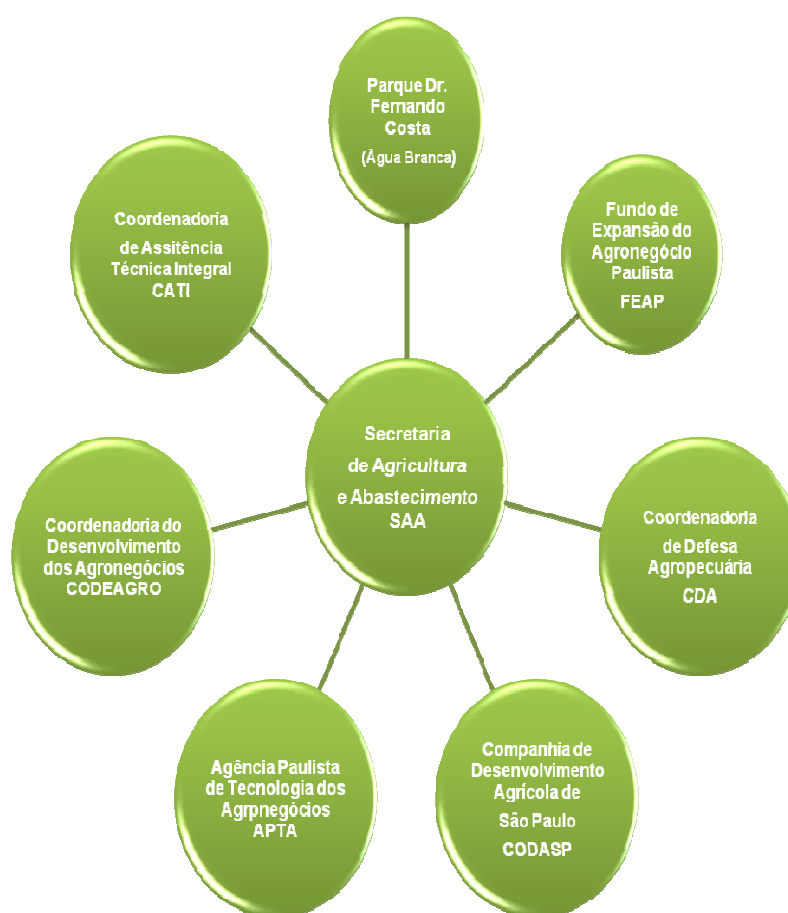
² Idem.

³ Portal do Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/linha/secretarias.htm>>. Acesso em: 4 de abril de 2008.

geração de tecnologias até a segurança alimentar, a transmissão dos novos conhecimentos ao homem do campo e a oferta de créditos.⁴

A estrutura da Secretaria de Agricultura e Abastecimento é composta por: três coordenadorias, uma empresa de economia mista, uma agência, um “banco” e um parque.⁵

Figura 1 – Estrutura organizacional básica da SAA em 2008



Fonte: elaborada pelo autor.

A Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) constitui o sistema público executivo de defesa agropecuária do Estado de São Paulo e foi criada em 1998⁶.

⁴ Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Governo do Estado de São Paulo, 2008, p. 25.

⁵ Decreto n.º 43.142, de 2 de junho de 1998.

⁶ Decreto n.º 43.424, de 1 de setembro de 1998.

A CDA tem sede em Campinas e possui 40 unidades regionais distribuídas por todo o território do Estado de São Paulo.

A atuação da Coordenadoria de Defesa Agropecuária tem por finalidade: preservar e assegurar a qualidade sanitária dos rebanhos e das culturas vegetais, de interesse econômico; controlar e monitorar a qualidade e utilização dos insumos agropecuários; controlar e fiscalizar a produção tecnológica e a qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal e vegetal; certificar o padrão de qualidade sanitária das espécies animais e vegetais, utilizadas nas cadeias produtivas; controlar e monitorar a preservação, o uso e a conservação do solo agrícola.

De acordo com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento:

Seus atribuições abrangem a preservação da qualidade e da sanidade na cadeia do agronegócio, aumentando a competitividade de seus produtos nos mercados interno e externo. As ações desenvolvidas por essa Coordenadoria buscam eliminar, diminuir e prevenir riscos à saúde dos rebanhos animais, culturas vegetais e, principalmente, garantir a segurança dos alimentos para o homem.⁷

A Coordenadoria de Defesa Agropecuária adotou uma estratégia, com o objetivo de garantir a segurança dos alimentos do homem e dos alimentos para os animais, alicerçada em três pilares:

Para garantir a segurança dos alimentos, a estratégia adotada se assenta em três pilares: consolidação e atualização da legislação, normas e protocolos relativos à segurança dos produtos alimentares e dos alimentos para animais; pareceres científicos fundamentados, os quais servem de base nas decisões da autoridade de defesa agropecuária (CDA) do Estado; agilidade na execução das tarefas, capacidade de diagnóstico e controles informatizados.⁸

Os programas em execução estão organizados em cinco grandes áreas: Sanidade Animal; Sanidade Vegetal; Conservação e preservação do solo; Idoneidade dos insumos e serviços utilizados na agropecuária e Identidade e segurança higiênico-

⁷ Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, op. cit., 2008, p. 87.

⁸ Idem, p. 91.

sanitária e tecnologia de produtos Sua estrutura organizacional⁹ é compreendida conforme demonstra a figura a seguir:

Figura 2 – Estrutura organizacional básica da CDA em 2008



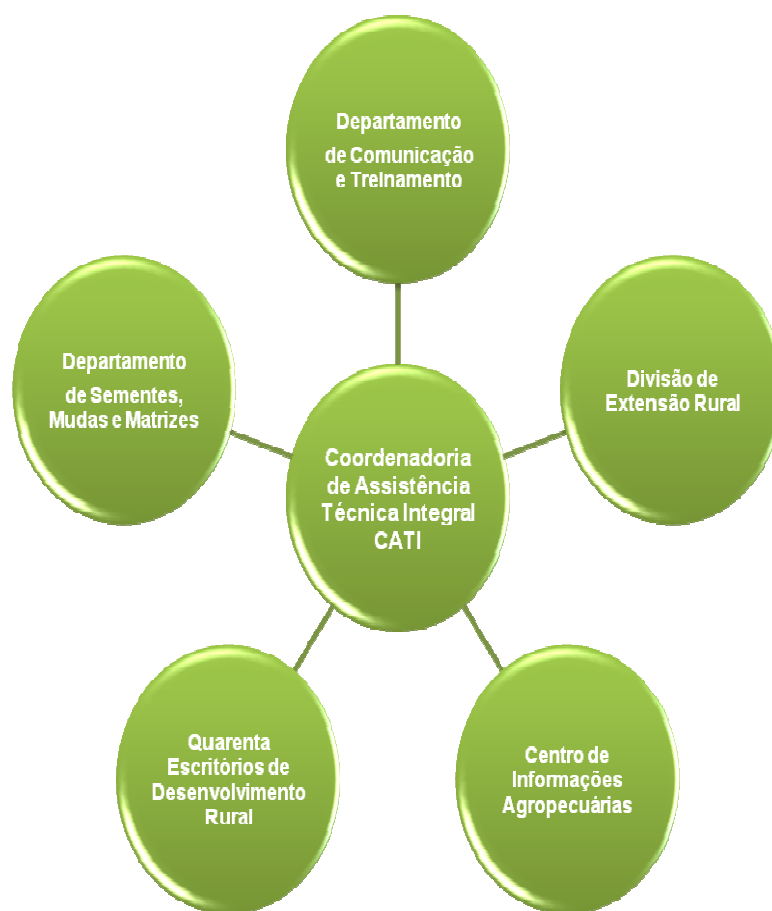
Fonte: elaborada pelo autor.

A Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) foi fundada em 1967, com sede em Campinas, e chega até o produtor rural por intermédio de uma rede composta de 40 Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs) distribuídos nas várias regiões do Estado de São Paulo. Sua estrutura organizacional¹⁰ é representada através da figura seguinte:

⁹ Decreto n.º 43.512, de 2 de outubro de 1998.

¹⁰ Decreto n.º 41.608, de 24 de fevereiro de 1997.

Figura 3 – Estrutura organizacional básica da CATI em 2008



Fonte: elaborada pelo autor.

A Coordenadoria de Assistência Técnica Integral tem como finalidade: promover o desenvolvimento rural sustentado do Estado de São Paulo; adaptar, difundir e transferir tecnologias de produção agropecuária; capacitar e treinar profissionais, produtores e trabalhadores ligados aos agronegócios; fiscalizar e controlar a qualidade dos insumos agropecuários e dos produtos e subprodutos de origem animal e vegetal; garantir a boa qualidade sanitária das espécies vegetais e animais, utilizadas nas cadeias produtivas paulistas; garantir sementes, mudas e matrizes de superior qualidade ao setor agropecuário e assegurar a conservação do solo e água no Estado de São Paulo.

A Coordenadoria de Assistência Técnica Integral atende às mais diversificadas necessidades dos produtores rurais através de programas e projetos, firmando parcerias com sociedade organizada, organizações não-governamentais, empresas privadas e instituições públicas municipais, estaduais e federais. Oferece produtos como publicações e mídias de vários temas ligados à agricultura e pecuária;

desenvolve e utiliza tecnologia de última geração, para oferecer ao produtor rural sementes com garantia de qualidade genética, fisiológica e sanitária e serviços como análise de projetos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos; levantamento da safra cafeeira; mapeamento das principais atividades agrícolas do Estado de São Paulo; Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária; emissão de Declaração de Aptidão do Produtor; fornecimento de mudas para a recomposição florestal; saneamento rural, serviços de laboratório de sementes e serviços encontrados nos núcleos de produção de sementes.

Segundo a Secretaria de Agricultura e Abastecimento:

Há seis anos, o carro-chefe das ações desenvolvidas pela CATI é o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH), dedicado a elevar a qualidade de vida da população rural por meio da implantação de novos sistemas de produção agropecuária, recuperação de áreas degradadas e preservação permanente de propriedades às margens de córregos. Utilizando as microbacias hidrográficas como unidade de gerenciamento, o PEMH já atende a mais de 950 delas, trabalhadas em mais de 3,3 milhões de hectares e aproximadamente 40 mil propriedades. As parcerias com prefeituras e outros órgãos do Governo do Estado permitiram que fossem atendidas, até o início de 2008, 70 mil famílias de produtores rurais.¹¹

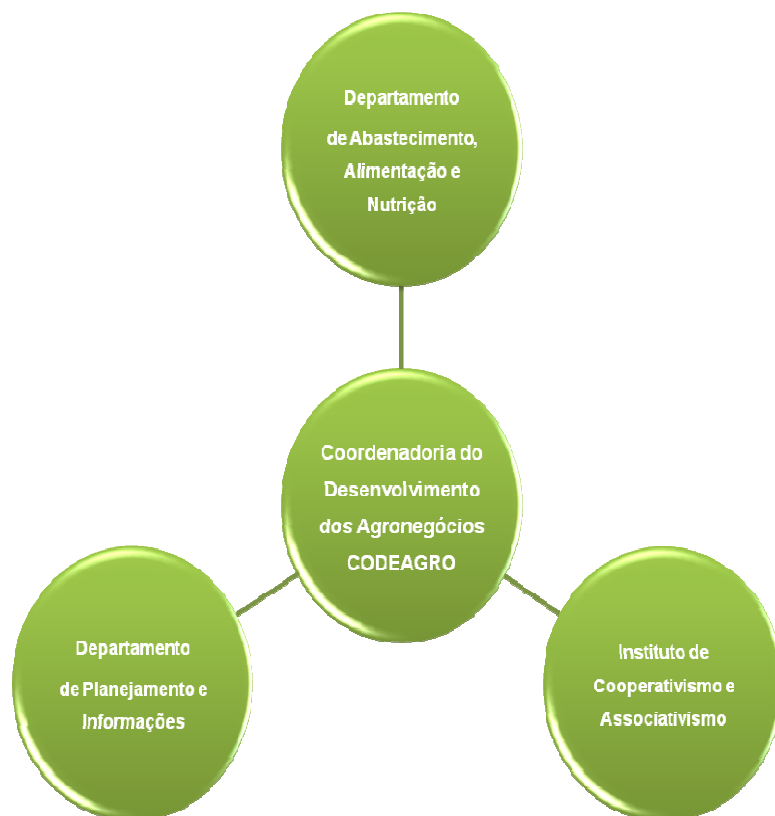
A Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios (CODEAGRO) tem como atribuições: promover: a) o desenvolvimento das cadeias produtivas e das de exportação dos agronegócios do Estado; b) o fortalecimento do cooperativismo e do associativismo rurais, como forma de melhorar a competitividade dos agronegócios; c) a integração entre a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e os setores produtivos dos agronegócios; estabelecer ações de apoio mercadológico e disponibilizar informações voltadas para a agricultura e o abastecimento estadual; implementar a cooperação institucional entre a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e órgãos nacionais e internacionais relacionados com os setores de alimentação, de nutrição, de abastecimento e das cadeias produtivas dos agronegócios; operacionalizar programas de escoamento de produtos agrícolas e de oferta de alimentos à população a preços reduzidos, ou gratuitamente, em projetos de atendimento social; desenvolver ações nas áreas de abastecimento, alimentação, nutrição, economia doméstica e segurança

¹¹ Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, op. cit., p. 73.

alimentar; coordenar as ações das Câmaras Setoriais e dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural¹²; gerenciar o Sistema de Qualidade de Produtos Agrícolas, Pecuários e Agroindustriais do Estado de São Paulo.¹³

A estrutura organizacional¹⁴ da Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios é representada a seguir:

Figura 4 – Estrutura organizacional básica da CODEAGRO em 2008



Fonte: elaborada pelo autor.

A Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (CODASP) é uma empresa de economia mista, criada em 1987¹⁵ para substituir a Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora, sediada em São Paulo, e possui quatro Centros de Negócios localizados em regiões estratégicas (Campinas, Bauru, Presidente Prudente e São José do Rio Preto).

¹² Que se referem à Lei n.º 7.774, de 6 de abril de 1992, e ao Decreto n.º 40.103, de 25 de maio de 1995.

¹³ Instituído pela Lei n.º 10.481, de 29 de dezembro de 1999.

¹⁴ Decreto n.º 50.998, de 25 de julho de 2006.

¹⁵ Decreto n.º 27.507, de 29 de outubro de 1987.

A CODASP tem por objetivo oferecer apoio técnico às atividades de infraestrutura agrícola, atuando com projetos, planejamento, execução e controle de obras de adequação de estradas rurais de terras, com ênfase na conservação da água e do solo. Suas ações, que conciliam novas tecnologias a uma experiência de quase 80 anos, buscam atender, sobretudo, aos pequenos e médios agricultores, além de prefeituras, cooperativas e sindicatos rurais. Outras ações desenvolvidas são as parceiras em áreas ambientais, abertura e adequação de estradas internas, construção de represas, tanques de piscicultura, drenagem, reflorestamento e destoca, lagoas de tratamento de esgotos, obras de terraplenagem, gerenciamento de obras, além de serviços emergenciais prestados aos municípios.

De acordo com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento:

A Codasp tem atuado nos assentamentos rurais, executando obras de infraestrutura como estradas de acesso e trânsito interno, construção de prédios comunitários e de pequenas barragens, recuperação de nascentes, construção de poços artesianos, dentro dos preceitos do desenvolvimento sustentável com proteção ao meio ambiente e ao homem.¹⁶

A Agência Paulista de Tecnologia do Agronegócio (APTA) surgiu em 2001¹⁷ para coordenar toda a pesquisa agropecuária no Estado de São Paulo, tendo como missão gerar e transferir conhecimento científico e tecnológico para o agronegócio, harmonizando o desenvolvimento socioeconômico com o equilíbrio ambiental.

Suas finalidades são: gerar, adaptar e transferir conhecimentos científicos e tecnológicos para a sustentação e ampliação da competitividade das cadeias de produção dos agronegócios paulistas, com ênfase no agronegócio familiar; formular e executar políticas de pesquisa e desenvolvimento sustentável para diferentes realidades das cadeias de produção e/ou regiões dos agronegócios; promover o desenvolvimento do capital intelectual público e privado e formular e executar políticas de produção de insumos estratégicos e de prestação de serviços especializados, visando a atender à demanda dos agentes das cadeias de produção.

¹⁶ Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, op. cit., p. 101.

¹⁷ Lei Complementar n.º 895, de 18 de abril de 2001, organizada pelos Decretos n.º 44.855, de 11 de maio de 2000, n.º 46.488, de 8 de janeiro de 2002.

Figura 5 – Estrutura organizacional básica da APTA em 2008



Fonte: elaborada pelo autor.

O Departamento de Gestão Estratégica (DGE) tem a finalidade de formular e gerenciar políticas e diretrizes de pesquisa com visão multidisciplinar de cadeias de produção, com vistas à interação entre as unidades da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios na geração e transferência de conhecimentos para o desenvolvimento dos agronegócios.

O Departamento de Gestão Estratégica possui as seguintes atribuições: operacionalizar as atividades de suporte e zelar pelo cumprimento das decisões tomadas; promover intensa troca de experiências com as Câmaras Setoriais, Conselhos Regionais, com o setor público nacional e internacional, de modo a responder a tempo às demandas e oportunidades identificadas; compatibilizar as demandas governamentais com a competência institucional e a relevância de cada atividade, administrando a estrutura de cursos e outros treinamentos; promover a modernização administrativa de modo a atender com qualidade às demandas e promover a valorização dos resultados;

apoiar os esforços de captação de recursos e viabilizar projetos institucionais a serem financiados por agentes externos, ou por entidades e organizações públicas nacionais ou estaduais; planejar e avaliar a aplicação dos recursos orçamentários e extraorçamentários aplicados no sistema, em consonância com as prioridades definidas; planejar e operacionalizar a gestão dos recursos humanos da agência, estabelecendo procedimentos e normas da política de capacitação contínua, em consonância com a legislação vigente; executar as ações administrativas pertinentes a uma unidade orçamentária e ao órgão subsetorial de administração de pessoal e realizar estudos, elaborar relatórios e emitir pareceres.

Figura 6 – Estrutura organizacional básica do DGE em 2008



Fonte: elaborada pelo autor.

O Instituto Agrônomo (IAC), com sede no município de Campinas, foi fundado em 27 de junho de 1887 pelo imperador D. Pedro II, com a denominação de Imperial Estação Agrônoma de Campinas (SP), passando para o controle do governo

do Estado de São Paulo em 1892; em 2001 foi incluído na estrutura da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios.

O IAC tem por finalidade: gerar e transferir conhecimentos científicos e tecnológicos para os agronegócios, objetivando a otimização dos sistemas de produção vegetal, o desenvolvimento socioeconômico e a sustentabilidade ambiental. Tem por atribuições: realizar a pesquisa para o desenvolvimento das cadeias de produção vegetal, buscando inovações tecnológicas a fim de promover a produtividade, qualidade e a diversidade da produção; realizar pesquisas de desenvolvimento sustentável objetivando a preservação da potencialidade dos solos e recursos agro-ambientais; identificar e manter o patrimônio genético de espécies, variedades e cultivares de interesse socioeconômico e contribuir para o desenvolvimento regional sustentável dos agronegócios.

Figura 7 – Estrutura organizacional básica do IAC em 2008



Fonte: elaborada pelo autor.

De acordo com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento:

As atividades do Instituto incluem programa de pesquisa agrícola e estudos em diversas áreas, como fitotecnia e melhoramento de culturas, solos e climas, engenharia agrícola e ciências biológicas – todos realizados em laboratórios especializados. Além disso, o IAC promove a capacitação de pessoal e mantém estágios para alunos de nível superior. Seu programa de pós-graduação é o primeiro mantido em uma instituição de pesquisa fora do sistema universitário brasileiro.¹⁸

O Instituto Biológico (IB) teve origem na Comissão para Debelação da Praga Cafeeira, instituída em 1924. Em dezembro de 1927¹⁹ foi criado o Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal, que em 1937 passou a denominar-se Instituto Biológico, com sede na capital de São Paulo.

O IB procura desenvolver e transferir conhecimentos científicos e tecnológicos para os agronegócios nas áreas de sanidade animal e vegetal, pretendendo a melhoria de vida da população e a preservação do meio ambiente.

Suas atribuições são: realizar a pesquisa em sanidade animal e vegetal, constituindo-se como centro de referência para as políticas de defesa sanitária animal e vegetal; buscar inovações para reduzir o impacto ambiental no controle de doenças e pragas; desenvolver tecnologia para o aumento de produtividade e controle de qualidade de insumos, produtos e processos, e contribuir para o desenvolvimento regional sustentável dos agronegócios.

Conforme a Secretaria de Agricultura e Abastecimento:

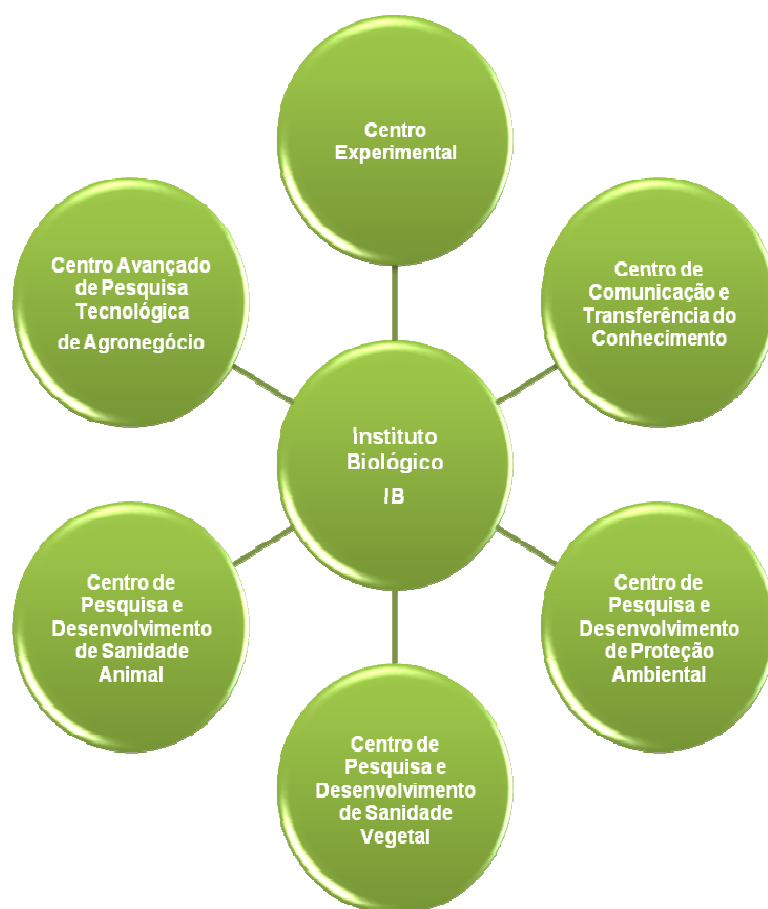
Em 2007, O IB iniciou seu programa de pós-graduação, em nível de mestrado, com “Sanidade, Segurança Alimentar e Ambiental no agronegócio”. O tema possui uma proposta inovadora relacionada ao desafio de formar profissionais para compreender e intervir no processo de desenvolvimento do agronegócio e na geração de políticas públicas, tendo como base o uso correto e sustentável dos recursos naturais.²⁰

¹⁸ Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, op. cit., p. 39.

¹⁹ Lei n.º 2.243, de 26 de dezembro de 1927.

²⁰ Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, op. cit., p. 49.

Figura 8 – Estrutura organizacional básica do IB em 2008



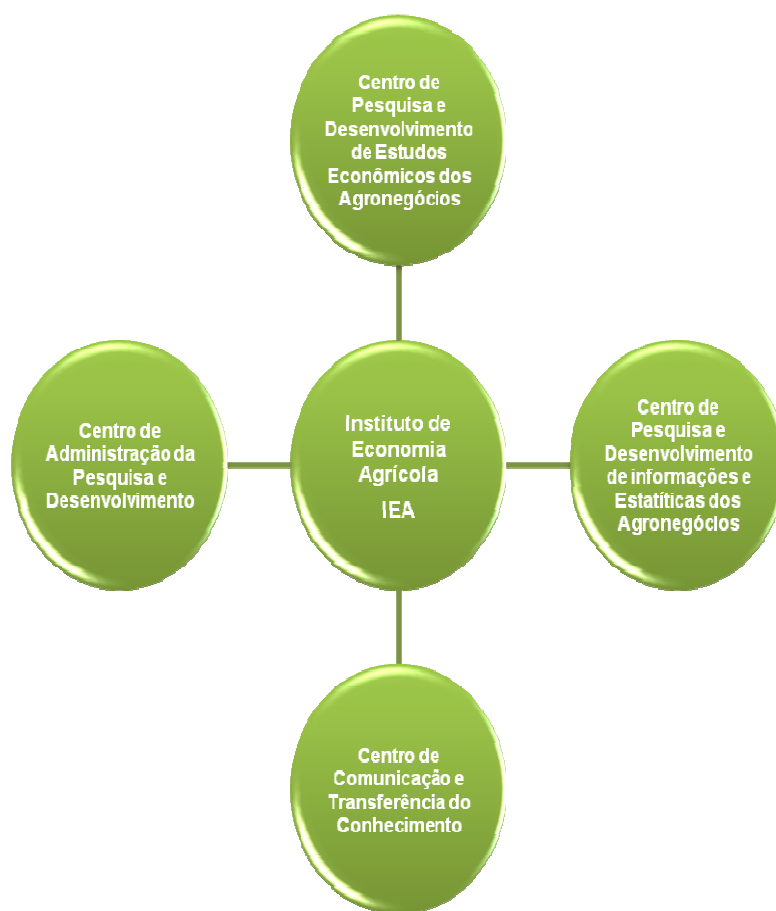
Fonte: elaborada pelo autor.

O Instituto de Economia Agrícola (IEA), situado no município de São Paulo, foi gerado no Departamento de Produção Vegetal (DPV), criado na Secretaria da Agricultura e Abastecimento em 1942.

O IEA tem como missão: gerar, adaptar e transferir conhecimentos científicos e informações na área da economia aplicada aos agronegócios, visando ao desenvolvimento econômico.

Suas atribuições são: realizar a pesquisa e produzir informações estratégicas; analisar políticas públicas e propor medidas para haver maior competitividade dos agronegócios e das diversas cadeias de produção; desenvolver estudos e propor estratégias de alavancagem de oportunidades de negócios nos mercados interno e externo, e contribuir para o desenvolvimento regional sustentável dos agronegócios.

Figura 9 – Estrutura organizacional básica do IEA em 2008



Fonte: elaborada pelo autor.

Consoante a Secretaria de Agricultura e Abastecimento:

O IEA é o pioneiro em levantamento por amostragem probabilística para fazer previsão de safra, em levantamento de preços e no cálculo da cesta de mercado. Atualmente, calcula e divulga os preços agrícolas quadrissemanais ou a inflação do campo. Os preços agrícolas são referências para os mercados: atacadistas, varejistas e de produtores, tanto estadual como nacional.²¹

Ressalta-se que o Instituto de Economia Agrícola é a única instituição que divulga dados estatísticos da balança comercial e do agronegócio paulista e brasileiro.

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento informa:

²¹ Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, op. cit., p. 53.

O IEA é a única instituição que divulga dados da balança comercial paulista por grupo de mercadorias, cuja classificação foi desenvolvida pela própria instituição. É também a única instituição que divulga dados do agronegócio paulista e brasileiro por fator agregado (produtos básicos e industrializados) e por categoria de uso (bem de capital, bens de consumo e matérias-primas e produtos intermediários).²²

O Instituto de Zootecnia (IZ) foi resultante da evolução do Posto Zootécnico Central construído em 1905. Em 19 de janeiro de 1970 o nome do IZ foi oficialmente transformado em Instituto de Zootecnia, adaptando-o às necessidades exigidas pela grande expansão que vinha alcançando a produção animal nas últimas décadas. De 1970 a 1975, a sede permaneceu no Parque da Água Branca, transferindo-se então para o município de Nova Odessa (SP).

O Instituto de Zootecnia tem como missão: gerar e transferir conhecimentos científicos e tecnológicos para os agronegócios, objetivando maior produtividade e qualidade superior.

Suas atribuições são: realizar a pesquisa para o desenvolvimento das cadeias de produção animal, buscando inovações tecnológicas no intuito de promover a produtividade, qualidade e a diversidade da produção; identificar e manter o patrimônio genético de espécies, raças e linhagens de animais de interesse sócio-econômico; identificar e manter o patrimônio genético de espécies, variedades e cultivares vegetais de interesse socioeconômico para a alimentação e saúde animal e contribuir para o desenvolvimento regional sustentável dos agronegócios.

De acordo com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento:

Também os animais não são esquecidos: trabalhos na área de ambiência e bem-estar são executados continuamente, visando proporcionar-lhes conforto. Neste aspecto, o IZ possui um Comitê de Ética em Experimentação com Animais que regulamenta, fiscaliza e acompanha todos os ensaios em que haja participação dos exemplares experimentais, de modo a garantir plenamente o respeito pelos mesmos e o cumprimento estrito da regra dos “5 não”: não à dor, não ao medo, não ao estresse, não à privação de movimentos e não à fome ou sede.²³

²² Idem, p. 55.

²³ Idem, p. 57.

Pode-se representar a estrutura organizacional do Instituto de Zootecnia na figura a seguir:

Figura 10 – Estrutura organizacional básica do IZ em 2008



Fonte: elaborada pelo autor.

O Instituto de Pesca (IP), sediado no município de São Paulo, foi criado oficialmente em 8 de abril de 1969 pelo desmembramento do antigo Departamento da Produção Animal da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

O Instituto de Pesca tem como missão: gerar, adaptar e transferir conhecimentos científicos e tecnológicos para os agronegócios da pesca e aquicultura, para possibilitar o uso racional dos recursos aquáticos.

Suas atribuições são: efetuar pesquisa para o desenvolvimento das cadeias de produção da pesca e da aquicultura, buscando inovações tecnológicas a fim de promover a produtividade, qualidade e a diversidade da produção; realizar pesquisas de desenvolvimento sustentável objetivando a preservação da potencialidade dos recursos

hídricos e recursos aquáticos; identificar e manter o patrimônio genético de espécies, raças e linhagens de animais aquáticos de interesse socioeconômico e contribuir para o desenvolvimento regional sustentável dos agronegócios.

De acordo com Instituto de Pesca:

O Instituto de Pesca é uma das mais importantes e pioneiras instituições de pesquisa do gênero no contexto brasileiro e da América Latina, constituindo-se em um centro de excelência para as cadeias de produção do pescado marinho e pesca continental. O incremento da aquicultura, enquanto atividade econômica sustentável para o fornecimento de peixes destinados ao consumo, à pesca esportiva ou à criação de peixes ornamentais, representa um desafio que exige a presença ativa do IP na produção e difusão do conhecimento para a sustentabilidade produtiva.²⁴

A estrutura organizacional do Instituto de Pesca pode ser demonstrada pela figura seguinte:

Figura 11 – Estrutura organizacional básica do IP em 2008



Fonte: elaborada pelo autor.

²⁴ Disponível em: <http://www.pesca.sp.gov.br/conheca_historico.php>. Acesso em: 22 de novembro de 2008.

O Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL) foi criado em 1963, originado do Centro Tropical de Tecnologia de Alimento da cidade de Campinas.

O Instituto de Tecnologia de Alimentos tem como missão: gerar e transferir conhecimentos para a agregação de valor e certificação da qualidade de produtos e processos no âmbito das cadeias de produção dos agronegócios.

Suas atribuições são: realizar a pesquisa e desenvolvimento de métodos e técnicas de preparo, armazenamento, processamento, conservação, acondicionamento, distribuição e utilização de alimentos e seus subprodutos, bem como a aplicação de métodos de avaliação de qualidade de matérias-primas, alimentos processados e embalagens; executar atividades relativas à assistência tecnológica e à transferência dos resultados das pesquisas em alimentos e embalagens aos setores produtivos público e privado; assistir órgãos oficiais em estudos, projetos, normatização e padronização, relacionados a alimentos e embalagens e contribuir para o desenvolvimento regional sustentável dos agronegócios.

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento ressalta:

O Instituto foi fundado para preencher uma séria lacuna em termos de desenvolvimento científico e tecnológico de alimentos. Depois dele vieram as primeiras faculdades de engenharia de alimentos, e o trabalho conjunto dessas instituições contribuiu para que o país promovesse novos produtos, embalagens e sistemas de distribuição.²⁵

Demonstra-se na figura 12, a estrutura organizacional do Instituto de Tecnologia de Alimentos.

²⁵ Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, op. cit., p. 41.

Figura 12 – Estrutura organizacional básica do ITAL em 2008



Fonte: elaborada pelo autor.

A APTA Regional foi criada em 2002 para atender às demandas de todo o Estado. A Administração Central dos 15 Pólos APTA é sediada no município de Campinas. Os 15 Pólos APTA abrangem diversas regiões do Estado, sendo composto por 34 Unidades de Pesquisa e Desenvolvimento (UPDs).

A APTA Regional tem como missão: gerar, adaptar e transferir conhecimentos científicos e tecnológicos. Esta missão se dá a partir de uma visão multidisciplinar concentrada em cada região do Estado e em suas principais cadeias de produção, baseadas nos 15 Pólos Regionais de Desenvolvimento Tecnológico dos Agronegócios.

As principais áreas de atuação dos 15 Pólos Regionais são:

Sede Central – Localizada em Campinas, abriga o centro de insumos estratégicos e serviços especializados.

Vale do Paraíba – Situado em Pindamonhangaba, promove pesquisas, desenvolve tecnologias e presta serviços em áreas como fitotecnia e fitossanidade, bovinocultura de leite e de corte, apicultura, agregação de valor e engenharia de alimentos, aquicultura e sanidade animais. Em parceria com o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), desenvolve projetos importantes em rizicultura.

Leste Paulista – Sediado em Monte Alegre do Sul, pesquisa setores como melhoramento vegetal, horticultura, fruticultura, agricultura familiar e orgânica, agroindústria artesanal, cultivo protegido, plantio direto na pequena propriedade e piscicultura.

Centro-Sul – Localizado em Piracicaba, promove pesquisas relativas a temas como cana, produção orgânica, agricultura familiar, adubação verde, suinocultura, plantas aromáticas e medicinais.

Sudoeste Paulista – Baseado em Capão Bonito, estuda melhoramento vegetal em feijão, trabalhos com tangerinas sem sementes, reprodução animal, manejo de suínos, agregação de valor e engenharia de alimentos, entre outros assuntos.

Vale do Ribeira – Instalada em Pariquera-Açu, pesquisa temas como agricultura orgânica, irrigação e drenagem, melhoramento genético em bubalina cultura, nutrição e adubação, clima, controle de doenças em bananais, plantas medicinais e ornamentais, piscicultura e sanidade animal.

Centro-Leste – Sediado em Ribeirão Preto, tem cinco programas principais: incentivo à pecuária leiteira; incentivo à aquicultura e à pesca; sanidade vegetal; sistema de cultivo das culturas; melhoramento genético e avaliação de cultivares de culturas semiperenes e perenes (em parceria com o IAC).

Centro-Oeste – Baseado em Jaú, promove pesquisas em áreas de cana, aquicultura e pesca continental, qualidade e sanidade vegetal e animal, patologia e parasitologia vegetal e animal, zootecnia e exploração animal, fitotecnia e exploração vegetal.

Médio Paranapanema – Com sede em Assis, pesquisa culturas como algodão, cana-de-açúcar, milho, soja, trigo, frutas, café e seringueira, além de temas como irrigação, climatologia, socioeconômica, agregação de valor a produtores regionais.

Alta Mogiana – Localizado em Colina, atua no desenvolvimento de estudos em áreas como bovinos de corte e de leite, fitotecnia, seringueira, fruticultura, olericultura, espécie frutíferas, cana-de-açúcar, grãos e fibras e agregação de valor. Possui o maior centro de melhoramento genético e reprodução de equinos.

Centro-Norte – Situado em Pindorama, pesquisa melhoramento e fitotecnia, fertilidade e conservação do solo, hidroponia e plantio direto, piscicultura e educação ambiental, sanidade animal e vegetal, produção de grãos e silagem, além de bovinocultura de corte.

Noroeste Paulista – Localizado em Votuporanga, concentra trabalhos de pesquisa em três áreas principais: fitotecnia, produção animal, aquicultura e pesca continental.

Extremo Oeste – Baseado em Andradina, desenvolve pesquisas nas áreas de bovinos, integração agricultura-pecuária, sanidade animal e vegetal e diagnósticos laboratoriais.

Alta Paulista – Com sede em Adamantina, desenvolve pesquisas em banco de germoplasma, plantio direto na palha, adubação verde, melhoramento genético, sistemas de produção, fitossanidade e meteorologia.

Alta Sorocabana – Instalado em Presidente Prudente, promove estudos e pesquisas em fitotecnia, produção animal, aquicultura, economia e sanidade animal e vegetal.

Nordeste Paulista – Situado em Mococa, desenvolve pesquisas concentradas nas áreas de: aquicultura, economia e desenvolvimento regional, fitotecnia, genética e melhoramento animal e zootecnia.

Pode-se representar a estrutura organizacional da APTA Regional pela figura a seguir:

Figura 13 – Estrutura organizacional básica da APTA Regional em 2008



Fonte: elaborada pelo autor.

A figura seguinte mostra a localização dos Pólos:

Figura 14 – Localização dos Pólos



0 – Centro / Sede: São Paulo	8 – Alta Mogiana / Sede: Colina
1 – Nordeste Paulista / Sede: Mococa	9 – Médio Paranapanema / Sede: Assis
2 – Leste Paulista / Sede: Monte Alegre Sul	10 – Centro Oeste / Sede: Jaú
3 – Vale do Paraíba / Sede: Pindamonhangaba	11 – Centro Norte / Sede: Pindorama
4 – Vale do Ribeira / Sede: Pariquera-Açu	12 – Alta Sorocabana / Sede: Presidente Prudente
5 – Sudoeste Paulista / Sede: Capão Bonito	13 – Extremo Oeste / Sede: Andradina
6 – Centro Sul / Sede: Piracicaba	14 – Noroeste Paulista / Sede: Votuporanga
7 – Centro Leste / Sede: Ribeirão Preto	15 – Alta Paulista / Sede: Adamantina

No complexo técnico-científico composto pelas unidades da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios com seis institutos e 15 pólos de pesquisa, é vital o gerenciamento do conhecimento e do tempo direcionados à pesquisa.

Interatividade, confluência de esforços e recursos, reunião de competências direcionadas ao mesmo objetivo: avaliar as respostas tecnológicas já existentes, projetar as necessidades futuras decorrentes das transformações socioeconômica, ambientais, e organizar, em conjunto, a pesquisa técnico-científica no sentido de atender às demandas do agronegócio paulista e brasileiro.

2. Os Institutos Públicos de Pesquisa

Conformidade com a Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo, os institutos públicos de pesquisa, na sua maioria, foram criados com o objetivo de solucionar as necessidades emergentes da sociedade. Com o decorrer dos anos, passaram a desenvolver atividades e pesquisas básicas, epidemiológicas e tecnológicas visando à produção de vacinas, soros, novos cultivares de sementes selecionadas, a seleção e o aprimoramento de animais, manejo de bacias hidrográficas, a gestão ambiental e territorial, a administração de unidades de conservação e preservação, a sustentação da agroindústria de alimentos, a melhoria da saúde coletiva.

Todos os institutos públicos de pesquisa paulista possuem tradição no atendimento à sociedade, tornando-se centros de pesquisas científicas e tecnológicas de renome nacional e internacional, por meio dos quais oferecem bens e prestam relevantes serviços à comunidade, tais como: análises clínicas, controle da qualidade de alimentos e de medicamentos; diagnósticos e controle de pragas e doenças endêmicas ou epidemias humanas, de plantas e de animais; previsões e estimativas de safras agrícolas; análises toxicológicas, microbiológicas e biológicas; análises de impacto ambiental; aproveitamento racional de água subterrânea; ocupação de área de risco, etc.²⁶

Muitas são as contribuições dos institutos públicos de pesquisa da agropecuária ao bem-estar da sociedade ao longo dos anos. O ex-ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, salienta:

Elas estão por aí, nas bancas das feiras, nas gôndolas dos supermercados, das hortaliças, na abundância das frutas, das farinhas, do açúcar e dos óleos, das essências e dos néctares, e de todos os subprodutos feitos a partir de matérias-primas naturais. Eles estão também nas grandes lojas e butiques, na enorme variedade de bens que a indústria tira das fibras obtidas nas lavouras, nos criatórios e nas florestas, notadamente as madeiras, os fios têxteis, os couros, os produtos celulósicos e resinosos naturais. E há também os produtos energéticos, como o álcool e o biodiesel, em que repousam nossas esperanças de continuação da prosperidade que vivenciamos hoje.

²⁶ Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo, op. cit.; Disponível em: <http://www.apqc.org.br/pdf/Proposta_da_APQC_ao_Governo_do_Estado_2007_2010.pdf>. Acesso em: 17 de novembro de 2008, p. 2.

Para que tudo isso seja hoje possível, é inegável a contribuição do conhecimento técnico gerado pelos pesquisadores agrícolas do Brasil.²⁷

Há inúmeras contribuições relevantes, porém vale lembrar as de caráter institucional e cultural, decisivas para que o Brasil pudesse se tornar um ator estratégico para a segurança alimentar mundial, no dizer de Rodrigues:

Os institutos de pesquisa agrícola o fizeram acontecer: aqui, fomentando a indústria de sementes com material genético superior; ali, avaliando as características de touros e matrizes para segurança dos produtores e das centrais de inseminação; ora treinando os técnicos das cooperativas; ora socorrendo a defesa sanitária e os produtores com antídotos contra pragas e doenças, enfim, sempre oferecendo, com presteza, a solução adequada para que o negócio agrícola tropical tivesse a qualidade e eficiência que o caracterizam.²⁸

Com a progressiva abertura do Brasil à competição internacional, a sua inserção no contexto econômico mundial vem impondo novas dinâmicas.

Com a globalização, o comércio internacional de bens e serviços torna-se mais competitivo diante da inovação tecnológica permanente e contínua, além das descobertas científicas e avanços tecnológicos acelerados e significativos, dos novos métodos de produção e novos produtos oriundos de cadeias produtivas integradas mundialmente, onde a questão ambiental passa a ter importância fundamental nos processos de produção, comercialização e consumo. As exigências dos consumidores globalizados são maiores em termos de preços, qualidade, processos produtivos, prazos, regularidade de entrega, origem, rastreabilidade, conformidade com padrões globais.

Pode-se citar como exemplo dois mercados importantes: o asiático, que exige quantidades cada vez maiores de alimentos, e o europeu, que se preocupa cada vez mais com a qualidade do que consome, a forma como os alimentos são produzidos, o respeito às questões ambientais e ao bem estar animal.²⁹

²⁷ RODRIGUES, Roberto. *As glórias do presente e os desafios do futuro*. Gazeta Mercantil, 4 5 e 6 de abril de 2008, p. A3.

²⁸ Idem.

²⁹ Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, op.cit., p. 13.

Rodrigues complementa que um dos grandes desafios para o desenvolvimento agrícola brasileiro é a resposta satisfatória ao consumidor diante desta nova dinâmica que determinará sua decisão de compra:

O agronegócio brasileiro deve estar preparado para questões mais complexas, que intrinsecamente estão vinculadas ao posicionamento defensivo dos principais mercados internacionais: sanidade vegetal e animal, abordada sob os aspectos de saúde pública e do nível adequado de proteção ao consumidor; os aspectos culturais das diferentes sociedades; a exigência do consumidor em saber se os procedimentos utilizados para aquele produto que está adquirindo na gôndola do supermercado possuem atributos como sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e procedência que lhe assegure a qualidade e a segurança desejada. A resposta satisfatória ao consumidor para essas questões determinará sua decisão de compra e constitui-se, sem dúvida alguma, em um dos grandes desafios ao desenvolvimento agrícola brasileiro.³⁰

É necessário enfatizar que no agronegócio mundial há uma crescente demanda em áreas estratégicas, como biotecnologia, nanotecnologia, processamento de alimentos, agroenergia, agropecuária de precisão, tecnologia de informação e desenvolvimento sustentável, e para atendê-las torna-se imprescindível o domínio e o uso de novas tecnologias e de novas ferramentas do conhecimento.

Para Elísio Contini, José Garcia Gasques, Renato Barros de Aguiar e Eliana Teles Bastos, os avanços da biotecnologia estão transformando os mercados e ampliando as oportunidades na agricultura e na bioindústria. A nanotecnologia pode contribuir para o desenvolvimento de novas ferramentas para a biotecnologia e para a nanomanipulação de genes e de materiais biológicos.

O desafio é incorporar as inovações científicas e tecnológicas, em desenvolvimento no Brasil e no mundo, ao agronegócio brasileiro, garantindo a sua competitividade em médio e longo prazos.³¹

Dante Daniel Giacomelli Scolari assegura que o mercado mundial de produtos agrícolas sinaliza na direção de produto limpos obtidos por processos limpos, dos pontos de vista ambiental, econômico, social, ético e moral. Conceitos como certificação, rastreabilidade, transparência, proteção ambiental, justiça social, marcas

³⁰ MOURA, José Carlos de & FERRÃO NETTO, Victor André de Argollo. *Anais do Congresso Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Piracicaba: FEALQ, 2005, p. 26.

³¹ CONTINI, Elísio; *et al.* *Projeções do agronegócio no Brasil e no mundo*. Revista de Política Agrícola. Ano XV, n. 1, jan./fev./mar./ 2006, p. 47.

éticas, produção responsável, selos verdes e selos *fairtrade* ganham importância, e processos produtivos estão sendo rapidamente modificados com o uso de novas tecnologias. Países e grupos privados investem fortemente em pesquisas “portadoras de futuro”, como biotecnologia, nanotecnologia, agroenergia e a agricultura de precisão, como parte de uma estratégia nessa emergente economia do conhecimento.³²

Os institutos públicos de pesquisa paulista do setor do agronegócio se inserem nesse novo panorama.

Sérgio Luiz Monteiro Salles Filho alerta:

O problema é que o paradigma vigente está mudando e o conhecimento acumulado para se fazer ciência e tecnologia já tem outra natureza, diferente daquela na qual foi criada a estrutura de pesquisa agrícola do país no século XX. O ritmo, a direção, o grau e as formas de desenvolvimento científico e tecnológico para a agricultura já são outros.

Está na hora de parar de festejar os feitos e efeitos tecnológicos do agronegócio brasileiro e começar a se preocupar com o futuro. De fato, não estamos fazendo a lição de casa achando que o que temos é suficiente para enfrentar as transformações em curso.³³

Além dos institutos de pesquisa se inserirem neste cenário, eles enfrentam diversos desafios ao longo dos anos, decorrentes de fatores de natureza distinta, como: a redução nos recursos orçamentários, resultado da crise fiscal do Estado – ponto específico de um conjunto mais amplo de problemas que fazem parte da revisão do papel do Estado; a emergência de novas tecnologias e de novas áreas do conhecimento revelando a necessidade de reorganizar a pesquisa, dado que o enfoque disciplinar não é mais suficiente para entender fenômenos complexos e para desenvolver tecnologia e serviços adequados à dinâmica da inovação; e uma maior competição inter-institucional no âmbito dos sistemas de inovação, pela emergência de novas organizações ou pelas transformações nos papéis desempenhados pelas já existente.³⁴

Estes desafios não são exclusivos do Brasil; estão presentes em muitas nações, que não devem ter conseguido alcançar os patamares de reestruturação

³² SCOLARI, Dante Daniel Giacomelli. *O sucateamento das instituições científicas e tecnológicas do agronegócio*. Revista Fundepag & Negócios. Ano 2, n. 5, São Paulo, jan./2007, p. 34.

³³ SALLES FILHO, Sérgio Luiz Monteiro. *A pesquisa agrícola em berço esplêndido*. Revista Fundepag & Negócios. Ano 1, n. 2, São Paulo, jan./2007, p. 28.

³⁴ SALLES FILHO, Sérgio Luiz Monteiro; et al. *Dimensões de análise para o estudo de transformações institucionais: uma abordagem para a reorganização da pesquisa pública*. XXI Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica. São Paulo – SP, novembro/2000.

necessários para se inserirem no que se convencionou chamar de cenário globalizado, o que lhes podem ter trazido elevados custos econômicos, produtivos e financeiros, com fortes impactos sociais e políticos.

Na visão de Dante Daniel Giacomelli Scolari, nos países em desenvolvimento as atividades de ciências, tecnologia e inovação são caracterizadas pela existência de estrutura legal inadequada, investimentos majoritariamente públicos, baixos e descontínuos, baixa participação do setor privado, modelos de gestão ineficientes e mercados de tecnologias ainda limitado³⁵.

Mesmo com as glórias do passado, estes institutos públicos de pesquisa estão passando por dificuldades de inovação em relação a recursos de capital humano, estrutura física, equipamentos, informatização para conquistar, manter e sobreviver à competitividade nacional e internacional devido aos baixos recursos financeiros. Outra situação agravante para os institutos é a descontinuidade de seus projetos em virtude da renovação do governo.

Scolari observa:

O agronegócio é um dos setores da economia em que a inovação tecnológica tem sido marcante e, graças aos investimentos feitos no passado, esse setor mostrou-se extremamente competitivo no mercado internacional, responsável por 4% do comércio mundial de produtos agrícolas. Mas os desinvestimentos feitos nos últimos anos, principalmente nas instituições científicas e tecnológicas (ICT's) públicas, a falta de uma estrutura legal e adequada, a baixa renovação na equipe de cientistas, a perda de foco e a ingerência política na nomeação de dirigentes e gestores, conjuntamente com posições ideológicas, estão causando considerável atraso no potencial brasileiro de desenvolvimento tecnológico do setor agropecuário.³⁶

Outras mazelas que ameaçam as atividades da pesquisa agropecuária, foram, segundo o relatório final do estudo feito pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, são: todas as instituições analisadas estão vinculadas ao governo estadual local, sujeitas, portanto, à descontinuidade de seus projetos, com as renovações de governo; alguns projetos, de longo prazo, estão à mercê das decisões políticas, nem sempre sensíveis à importância estratégica da matéria em estudo; por fim, as organizações de pesquisa

³⁵ SCOLARI, Dante Daniel Giacomelli. *Inovação tecnológica e desenvolvimento do agronegócio*. Revista de Política Agrícola. Ano XV, n. 4, out./nov./dez./ 2006. Brasília, p. 61.

³⁶ Idem, p. 60.

agropecuária sofrem com estruturas hierarquizadas e burocráticas, o que dificulta a comunicação intradepartamentos e extrainstituições. Em meio a esse quadro, apurou-se a inexistência de um planejamento estratégico para direcionar as políticas de pesquisa e a ausência de metodologias com foco em resultados³⁷.

Também estão evidenciadas no relatório final do projeto: a contribuição da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP à agricultura do Estado de São Paulo, e as dificuldades do Instituto Agrônomo de Campinas e Instituto Biológico:

Como problemas do IAC podem ser lembrados: I) tendência de queda dos investimentos públicos em pesquisa; II) inadequação das carreiras de pessoal de apoio técnico, administrativo e operacional; III) falta de flexibilidade e autonomia administrativa no que respeita à execução orçamentária e contratação de pessoal; e, IV) em parte como consequência deste último, dificuldade dos pesquisadores em participar de eventos científicos nacionais e internacionais, bem como de cursos de aperfeiçoamento e pós-graduação no exterior.³⁸

No Instituto Biológico:

Entre os problemas institucionais específicos, podem ser citados: I) rigidez e falta de autonomia administrativa; e, II) falta de uma política de recursos humanos, voltada, principalmente, para o pessoal de apoio técnico e administrativo.³⁹

De acordo com a pesquisa feita por Magalhães dos Santos Filho, do Departamento de História da Universidade de São Paulo, em tradicionais institutos de pesquisas paulista: Butantã, Botânico, Pesca e de Economia, com 32 pesquisadores com experiência média de 22 anos na área de biociências, cujo objetivo era diagnosticar as mudanças vividas por estes profissionais, chegou-se a conclusão de que a excessiva

³⁷ Pesquisa Agropecuária. *Estudo retrata quadro crítico das instituições estaduais de pesquisa agropecuária no País*. Disponível em: <<http://www.cgee.org.br/noticias/viewBoletim.php?in%20news=613&boletim=1>>. Acesso em: 12 de julho de 2008.

³⁸ ARAÚJO, Paulo Fernando Cidade de; et al. *O crescimento da agricultura paulista e as instituições de ensino, pesquisa e extensão numa perspectiva de longo prazo: relatório final do projeto contribuição da Fapesp à agricultura do Estado de São Paulo*. São Paulo: FAPESP, 2003, p. 176.

³⁹ Idem.

burocracia, a falta de recursos públicos e verbas para aquisição de equipamentos, materiais de pesquisa e consumo, serviços de manutenção e terceirizados, a perda da qualificação profissional e a falta de contratação de técnicos de nível médio dificultam o bom desempenho das atividades⁴⁰.

Para Salles, uma das áreas em que o Brasil tem mais competência é o melhoramento genético de plantas e animais, graças aos cento e vinte anos de trabalho sistemático, e hoje há vários grupos de pesquisa espalhados em praticamente todos os Estados da Federação, situação que responde por parte importante do sucesso do agronegócio brasileiro, mas que está sob forte ameaça, por haver níveis críticos de defasagem nos investimentos em capacitação e em pesquisa em novas áreas do conhecimento e novas ferramentas⁴¹.

Mesmo com tantas dificuldades enfrentadas pelos institutos públicos de pesquisa, o que pode representar um obstáculo maior, um grande desafio a vencer é o excesso de burocracia.

Scolari afirma:

No Brasil, o modelo público de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) emite sinais claros de obsolescência institucional e fadiga criativa. Ele é burocrático, engessado, dependente do governo, tem pouca capacidade de atrair parceiros privados e é muito lento no processo decisório, principalmente a partir da vigência da lei nº. 8.666.⁴²

Durante o seminário Modelos Jurídicos e Administrativos das Instituições de Pesquisa Científica e Tecnológica no Brasil, a burocracia nos institutos foi uma das questões também levantadas, mencionou Antônio Álvaro Duarte de Oliveira:

A burocracia excessiva afeta não só o processo de gestão, mas é também um dos principais obstáculos para o estabelecimento de convênios. O fato foi apresentado pelo vice-coordenador da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta), Álvaro Duarte de Oliveira, que afirmou ainda que para todo convênio é necessário a

⁴⁰ SALLES FILHO, Sérgio Luiz Monteiro. *Institutos de pesquisa buscam autonomia para crescer*. Ciências e Cultura. Vol. 56, n. 3, São Paulo, jul./set./2004.

⁴¹ Idem. *A pesquisa agrícola em berço esplêndido*. Revista Fundepag & Negócios. Ano 1, n. 2, São Paulo, jan./2007, p. 28.

⁴² SCOLARI, Dante Daniel Giacomelli. *O sucateamento das instituições científicas e tecnológicas do agronegócio*. Revista Fundepag & Negócios. Ano 2, n. 5, São Paulo, set./2007, p. 34.

assinatura do governador, o que prejudica em muito o estabelecimento dessas parcerias.⁴³

A expansão do agronegócio no mundo, e no Brasil em particular, vem se dando dentro de um ambiente em que o nível de competitividade dos mercados impõe aos agentes econômicos uma preocupação permanente com a qualidade e preços de seus produtos. Em face desses requisitos do mercado, a inovação tecnológica se reveste de uma importância cada vez maior, podendo elevar o investimento em novos produtos e processos a um patamar nunca antes atingido.

A inovação voltada para a competitividade pode ser considerada um fator de diferenciação que permitirá abrir as portas para o futuro, surgindo como uma das melhores alternativas para viabilizar a expansão do agronegócio. Assim sendo, a inovação e a produção de bens e produtos de alto valor agregado poderão representar requisitos para participação e sobrevivência dos institutos públicos de pesquisas nas relações econômicas internacionais. Embora esteja presente em qualquer área de atividade, a inovação está mais acentuadamente vinculada à dimensão tecnológica. Isto pode explicar as prioridades de investimentos em ciências, tecnologia e inovação nos institutos públicos de pesquisa.

2.1 Evolução dos investimentos públicos

Os investimentos brasileiros em Ciências, Tecnologia e Inovação colocam o país em uma posição razoável diante das nações desenvolvidas, mesmo com a tradição e pioneirismo em áreas específicas de alguns institutos de pesquisa, porém ocupa uma posição favorável em comparação com as nações em desenvolvimento.

De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa:

⁴³ OLIVEIRA, Antônio Álvaro Duarte de. *ABIPTI discute modelos jurídicos nos institutos de pesquisa*. Informe ABIPTI. Ano 26, n. 161, Brasília, jun./2005, p. 4.

O investimento em CT&I permite ao País ocupar uma posição intermediária no conjunto das nações que se esforçam para colocar a produção de conhecimento no centro do desenvolvimento econômico e social. O Brasil encontra-se aquém do marco dos países industrializados, ainda que numa posição favorável, quando comparado com outros países em desenvolvimento.⁴⁴

Estes investimentos são predominantemente financiados por fontes governamentais através de instituições públicas federais e estaduais e apresentam uma situação crítica:

A pesquisa para o desenvolvimento dos agronegócios, em especial, é predominantemente financiada por fontes governamentais, através das instituições públicas. No processo de produção agrícola, uma preocupação precípua dos serviços de pesquisa e extensão rural é o incremento da produção e da produtividade; portanto, avaliar a eficiência desses serviços implica em mensurar os impactos dos investimentos efetuados sobre a produtividade. Por outro lado, elementos que afetam a eficiência das instituições de pesquisa, como a escassez de recursos financeiros, planejamentos de médio e longo prazo, a identificação de demandas e gestão dos processos que envolvem o desenvolvimento da pesquisa e seus resultados, podem encontrar nos indicadores subsídios para as tomadas de decisões que refletirão nos ambientes internos e no posicionamento das instituições perante a sociedade que financia suas atividades.⁴⁵

Segundo a Embrapa, a situação do financiamento de pesquisa, desenvolvimento e inovação ainda é um fator crítico devido à sua oscilação. Mesmo havendo alocação na Lei Orçamentária, a liberação dos recursos do orçamento federal tem sido submetida a contingenciamentos em virtude das exigências do equilíbrio fiscal.⁴⁶

O gráfico a seguir mostra os indicadores de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e evidencia uma preocupante oscilação e estagnação dos recursos destinados aos agronegócios por parte do governo do Estado de São Paulo nos

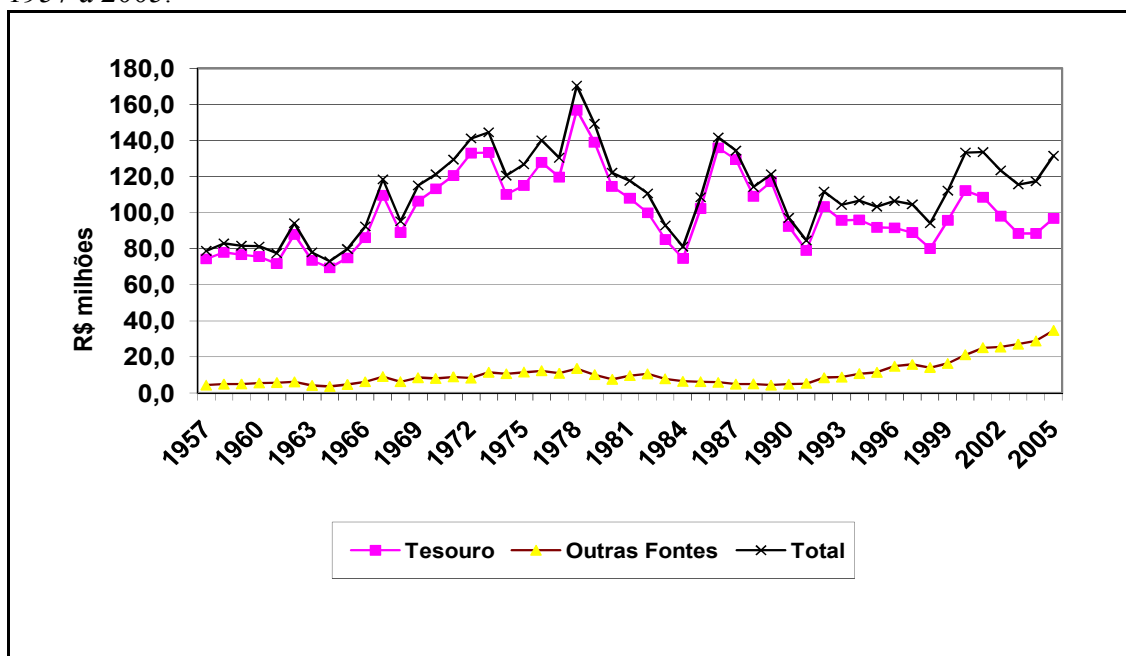
⁴⁴ Embrapa Informação Tecnológica. *Pesquisa, desenvolvimento e inovação para o agronegócio brasileiro: Cenários 2002-2012*. Embrapa, Secretaria de Gestão e Estratégia. Brasília, DF, 2003, p. 23.

⁴⁵ VICENTE, José Roberto; *et al.* *Impactos dos investimentos em pesquisa agrícola no Estado de São Paulo, Brasil, 1960-2000*. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=6841>>. Acesso em: 18 de dezembro de 2008.

⁴⁶ Embrapa Informação Tecnológica. Op. cit., p. 24.

orçamentos da Agência Paulista de Tecnologia do Agronegócio (APTA) para o período de 1957 a 2005.⁴⁷

Gráfico 1 - Evolução dos investimentos em P&D para a agricultura do governo do Estado de São Paulo, realizados na APTA segundo as fontes de recursos, no período de 1957 a 2005.



Fonte: *Agropecuária paulista e brasileira: crescimento do produto e investimento em P&D. Análises e Indicadores do Agronegócio*. V.1, n. 10, out./2006.

O gráfico apresenta um ciclo crescente que eleva os recursos totais aplicados pelo Tesouro, de R\$ 80 milhões em 1957 ao patamar de R\$ 160 milhões no final do período de 1978. No período de 1978 a 1984 houve uma queda abrupta do investimento em razão da crise fiscal no final dos anos 1970, que voltou ao patamar dos R\$ 80 milhões. Esse movimento de crescimento e queda repetiu-se nos anos seguintes.

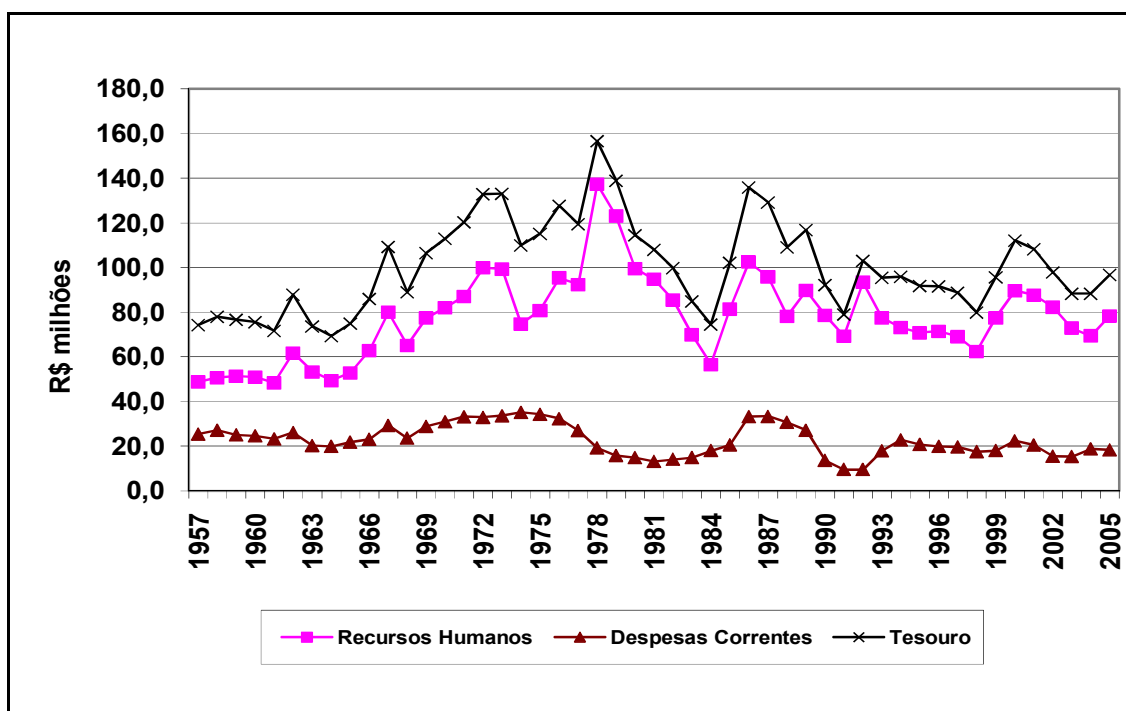
No período de 1992 a 1998, os investimentos mantiveram-se no patamar de R\$ 100 milhões, e subiram para R\$ 120 milhões no período de 1999 a 2005. Tiveram como característica a notável participação de outras fontes de captação e recursos próprios.

No gráfico 2 pode-se observar a evolução dos investimentos do Tesouro no período de 1957 a 2005 por tipos de dispêndios.⁴⁸

⁴⁷ Não foi possível demonstrar os períodos de 2006 e 2007 por não haver pesquisa do autor ou de outros autores.

⁴⁸ Idem.

Gráfico 2 - Evolução dos investimentos em P&D para a agricultura do governo do Estado de São Paulo, realizados na APTA, aplicações do Tesouro do Estado segundo tipos de dispêndios, no período de 1957 a 2005.



Fonte: *Agropecuária paulista e brasileira: crescimento do produto e investimento em P&D*. Análises e Indicadores do Agronegócio. V.1, n. 10, out./2006.

O gráfico mostra que os investimentos em pesquisa refletem de forma direta a política de recursos humanos, dada a elevada participação dos dispêndios com pessoal e reflexos nos dispêndios totais da APTA.

Todos os picos estão associados à recomposição da isonomia entre pesquisadores científicos e os professores universitários das instituições públicas estaduais, bem como às realizações de concursos públicos para a recomposição das equipes.

Gonçalves comenta:

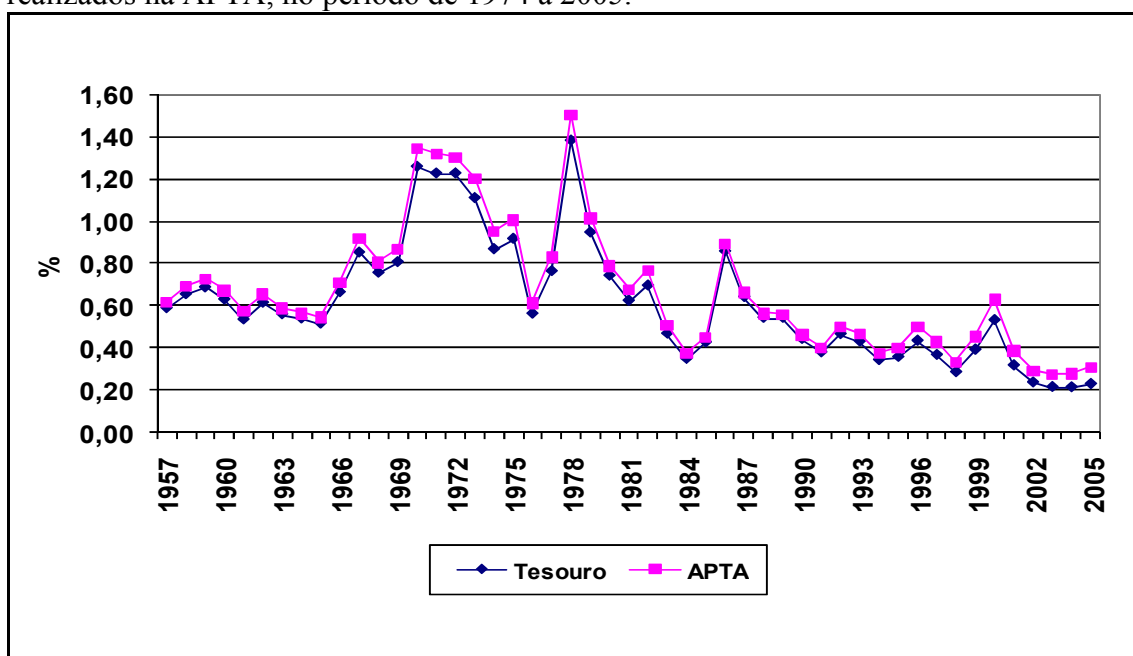
Quatro destaques podem ser notados na trajetória dos recursos alocados pelo Tesouro do Estado para o custeio das atividades da APTA. Os dois positivos são representados pelos dois últimos blocos maciços de investimentos em modernização da infra-estrutura de pesquisa (equipamentos, laboratórios e novos campos experimentais). Tratam-se dos esforços realizados nos períodos 1972-1976 e 1985-1989, que montaram a atual condição de trabalho da APTA, com destaque para a compra de equipamentos e para a construção de novas

unidades experimentais no Oeste Paulista e no Vale do Ribeira na primeira metade dos anos 1980. Os destaques negativos ficaram por conta da sub-alocação pelo Tesouro do Estado de recursos para custeio nos períodos 1979-1983 e 1990-1992.⁴⁹

A proporção dos investimentos em P&D em relação ao PIB agropecuário revela com maior consistência a aderência da política governamental às necessidades setoriais, uma vez que permite acompanhar o esforço despendido na sua relação com a magnitude do produto setorial.

No caso paulista, os investimentos em P&D para a agricultura situaram-se no patamar de 0,6% do PIB agropecuário estadual até 1965. No momento seguinte, no período 1970-1990, mostraram significativas oscilações: avançaram para níveis próximos a 1,4% do PIB agropecuário em 1970; recuaram para o mesmo patamar de 0,6% do produto setorial em 1976; atingiram o ápice de mais de 1,4 % do PIB em 1979; caíram para 0,4% do PIB em 1984; voltaram para 0,9% do PIB em 1986 e recuaram para 0,4% do PIB em 1990, conforme o próximo gráfico.⁵⁰

Gráfico 3 - Evolução do percentual, em relação ao PIB agropecuário estadual, dos investimentos em P&D para a agricultura do governo do Estado de São Paulo, realizados na APTA, no período de 1974 a 2005.



Fonte: Fonte: *Agropecuária paulista e brasileira: crescimento do produto e investimento em P&D. Análises e Indicadores do Agronegócio*. V.1, n. 10, out./2006.

⁴⁹ GONÇALVES, José Sidnei. *Agropecuária paulista e brasileira: crescimento do produto e investimento em P&D. Análises e Indicadores do Agronegócio*. V.1, n. 10, out./2006.

⁵⁰ Não foi possível demonstrar os períodos de 2006 e 2007... op. cit.

No período 1991-2000, tais investimentos variaram em torno de 0,45% do PIB setorial, quando em 2000 atingiram 0,6% do PIB agropecuário. Entretanto, desde então vêm apresentado constância no ínfimo patamar de 0,3% do PIB agropecuário.

Duas constatações são fundamentais nesse comportamento: a primeira é que todos os picos de recuperação denotam fases de recomposição da aludida isonomia entre os salários dos pesquisadores científicos e professores universitários; e a segunda consiste no fato de que os recursos orçamentários da APTA não têm correspondido a uma proporção razoável do PIB agropecuário. Neste caso, apresentou, no período 2002-2005, o preocupante menor patamar histórico da relação investimento em P&D e PIB agropecuário desde o final dos anos 1950.

Gonçalves conclui:

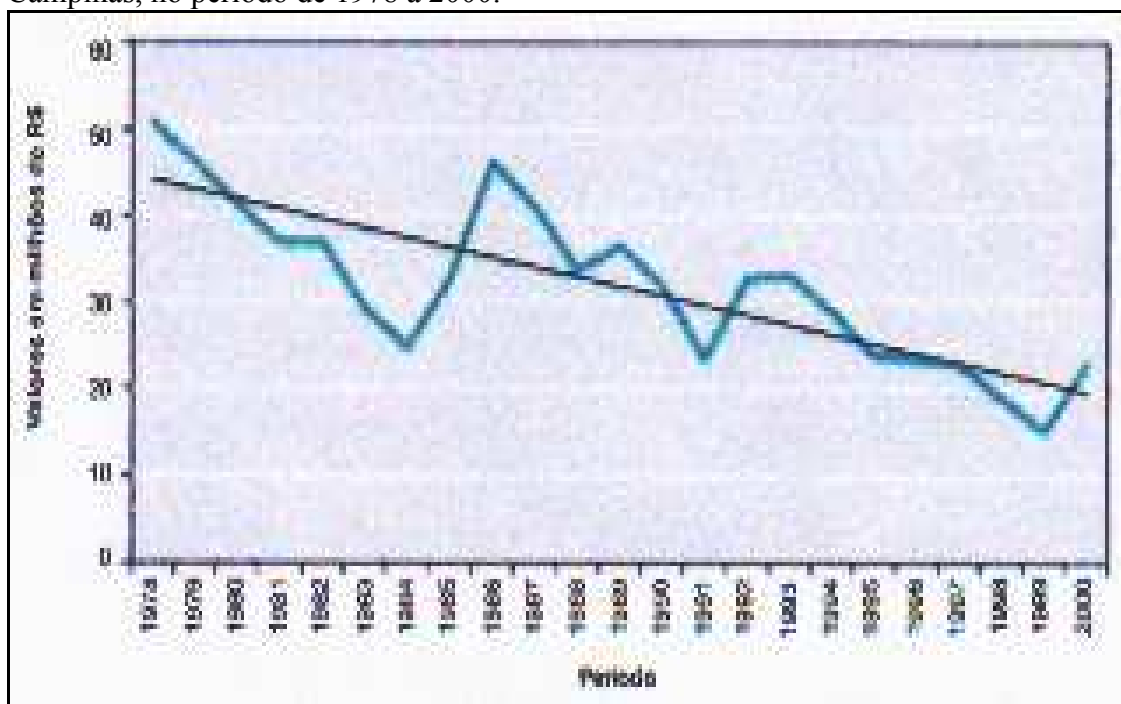
Para finalizar, exatamente esse desempenho recente de manutenção dos valores investidos em P&D para a agricultura, numa realidade de PIB agropecuário crescente e com ampliação da demanda tecnológica, coloca enorme rigidez na possibilidade de sucesso de propostas de redução dos dispêndios governamentais pelo corte de gastos correntes. Por certo, há amplo espaço para a melhoria da qualidade dos gastos públicos, inclusive em ciência e tecnologia, com mecanismos de monitoramento e avaliação mais eficientes dos resultados. Porém, não há dúvidas de que a idéia de cortar gastos correntes enfrenta enorme rigidez estrutural e dificilmente poderá ser executada sem redução dos orçamentos fundamentais para a agricultura, e não apenas de P&D.⁵¹

Nos próximos gráficos 4, 5 e 6, mostra-se a evolução dos investimentos em pesquisa nos institutos Agrônomo, Biológico e Zootecnia no período de 1978 a 2000.⁵²

⁵¹ GONÇALVES, op. cit.

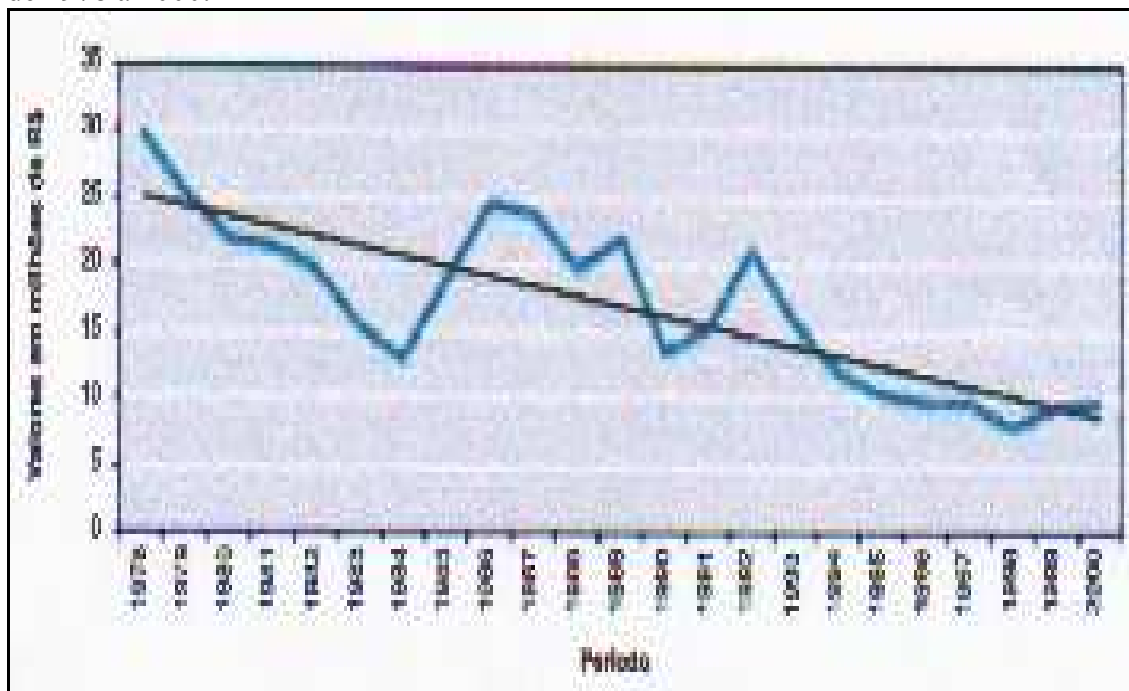
⁵² Não foi possível demonstrar os períodos de 2001 a 2007... op. cit.

Gráfico 4 – Evolução dos investimentos em pesquisa no Instituto Agrônomo de Campinas, no período de 1978 a 2000.



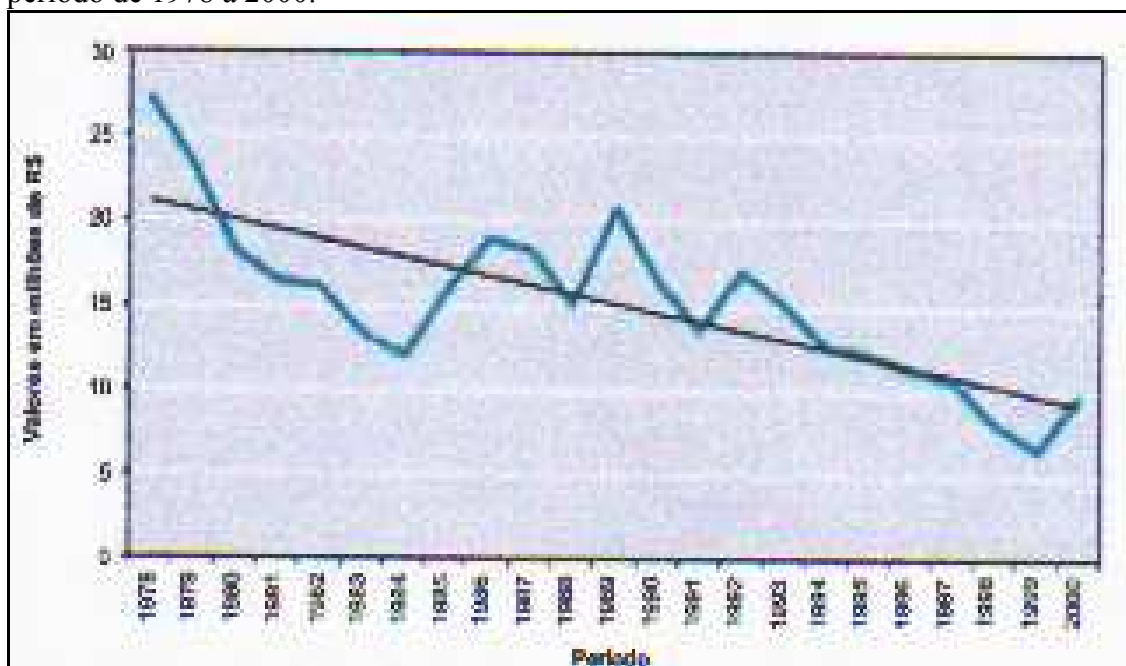
Fonte: *O crescimento da agricultura paulista e as instituições de ensino, pesquisa e extensão numa perspectiva de longo prazo: relatório final do projeto de contribuição da Fapesp à agricultura do Estado de São Paulo*. São Paulo: FAPESP, 2003

Gráfico 5 - Evolução dos investimentos em pesquisa no Instituto Biológico, no período de 1978 a 2000.



Fonte: *O crescimento da agricultura paulista e as instituições de ensino, pesquisa e extensão numa perspectiva de longo prazo: relatório final do projeto de contribuição da Fapesp à agricultura do Estado de São Paulo*. São Paulo: FAPESP, 2003

Gráfico 6 - Evolução dos investimentos em pesquisa no Instituto de Zootecnia, no período de 1978 a 2000.



Fonte: *O crescimento da agricultura paulista e as instituições de ensino, pesquisa e extensão numa perspectiva de longo prazo: relatório final do projeto de contribuição da Fapesp à agricultura do Estado de São Paulo*. São Paulo: FAPESP, 2003

A redução dos investimentos nos três institutos é explicada pelo declínio da participação relativa da Secretaria da Agricultura e Abastecimento no orçamento total do Estado. Não foi possível mostrar a tendência do período de 2001 a 2007 por motivo da inexistência de fontes para a pesquisa.

Sérgio Salles chama a atenção:

O Estado continua provendo recursos diretamente às suas organizações de pesquisa, mas em níveis largamente insuficientes para um mundo que precisa de mais conhecimentos, mais tecnologia e mais integração entre quem faz tecnologia e quem a usa. Um mundo que, cada vez mais, encontra quem se dispõe a fazer aquilo que as organizações públicas não estão fazendo.⁵³

⁵³ SALLES FILHO, Sérgio Luiz Monteiro. *O diabo não são os outros*. Revista Fundepag & Negócios. Ano 2, n. 6, São Paulo, jan./2008, p. 27.

Como se pode observar, a questão dos recursos financeiros continua sendo um fator crítico e de extrema importância para os institutos públicos, e a pesquisa ainda é totalmente dependente dos recursos vindos do Estado.

Há a necessidade de um investimento mais arrojado e contínuo do Estado com o objetivo de manter estes institutos em prol da sociedade, e uma das alternativas é por intermédio de parcerias com iniciativas privadas, o que demonstrou um crescimento ainda modesto, porém de extrema importância.

Pode-se considerar também outro fator crítico e relevante: a questão dos recursos humanos – que se trata do bem mais importante dentro das entidades públicas e particulares.

2.2 Evolução dos recursos humanos

Considerando-se que os institutos de pesquisa são constituídos por pessoas qualificadas para o desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação, e que o principal patrimônio desses institutos seja o capital intelectual, isto traduz condições de objetividade de ampliação de organização e decisão, com dizem Elísio Contini e Patrick Sechet:

O capital humano e sua qualificação são insumos determinantes para o progresso da ciência e tecnologia. Pesquisadores e tecnólogos capacitados em centros de excelência identificam e interpretam adequadamente os problemas, captam necessidades latentes da sociedade, analisam-nas em laboratórios e propõem soluções. Como os problemas são múltiplos e existem muitos ramos do conhecimento, mesmo que haja prioridade, é necessário um contingente considerável de pesquisadores e tecnólogos para criar massa crítica e interagir para potencializar resultados.⁵⁴

Comprova-se pelo gráfico 2, que o maior dispêndio do Estado se dá nos recursos humanos e com a redução dos recursos financeiros do Tesouro agrava-se mais

⁵⁴ CONTINI, Elísio & SECHET, Patrick. *Ainda há um Longo Caminho para a Ciência e Tecnologia no Brasil*. RBPG. V. 2, n. 3, março de 2005, pp. 30-39.

a situação dos institutos de pesquisas em relação a treinamento e contratação de pesquisadores e profissionais de apoio, apresentando aos dirigentes o desafio de obterem resultados diferenciais apesar das deficiências.

Antônio Calos Simões e Roberto da Graça Lopes explicam que as instituições públicas se deparam com uma realidade onde os recursos humanos são extremamente escassos, em sua maioria sem qualificação objetiva para a função ocupada e, o mais grave, desmotivados.⁵⁵

Com a globalização e a competitividade são exigidos caminhos cada vez mais inovadores, sobretudo no que se relaciona à motivação e capacitação do funcionário, visando à obtenção de melhores resultados nos âmbitos pessoais e profissionais.

Pode-se considerar que a limitação maior é a incapacidade de se oferecer salários de mercado aos pesquisadores, diretores, técnicos e pessoal administrativo dos institutos, condizentes com o tamanho da responsabilidade. Com salários defasados, a tendência é a procura de novas oportunidades profissionais quando lhes são oferecidas melhores condições de remuneração e carreira profissional promissora.

Portanto, na impossibilidade de dotar todos os institutos públicos de pesquisa de profissionais em áreas especializadas e imprescindíveis à gestão institucional, é imperioso que o governo se conscientize da importância de investir na capacitação de pessoal.

Certamente, trata-se de um quadro que de alguma forma precisa ser superado. Se não há o mais adequado pessoal para preencher claros em funções imprescindíveis, e não há contratações à vista, uma solução seria atrair e tentar motivar funcionários que se desencantaram com a sua função na instituição.

Simões e Lopes evidenciam:

Hoje, no Centro de Comunicação e Transferência do Conhecimento, do Instituto de Pesca, a história se repete, com os recursos humanos cada vez mais escassos. Há anos sem um concurso público para pessoal da base técnica e administrativa, a instituição ainda perde, anualmente, um número razoável de pessoas que se aposentam.⁵⁶

⁵⁵ SIMÕES, Antônio Calos & LOPES, Roberto da Graça. *Trato com recursos humanos, um bem escasso na instituição pública*. 2006. Disponível em: <www.infobibos.com/artigos/RH/index.htm>. Acesso em: 17 de novembro de 2008.

⁵⁶ Idem.

Dadas as restrições orçamentárias vigentes, termina-se por limitar fortemente as possibilidades de contratação, promoção, treinamento e remuneração salarial competitivas com o mercado para as pessoas mais qualificadas.

Nas palavras de Michele da Costa e Natalia Guerrero:

As perdas materiais e humanas dos institutos públicos de pesquisa (IPPs) intensificaram-se nas gestões tucanas do Governo estadual (1995-2006). A drástica redução nos orçamentos, bem como a defasagem salarial dos pesquisadores e funcionários, caracteriza a política aplicada aos IPPs pelos governos de Mário Covas e Geraldo Alckmin. As consequências são a evasão de pesquisadores — os quais, em busca de melhores salários, migram principalmente para as universidades — e enormes dificuldades na administração e no pleno atendimento da demanda, o que coloca em risco a manutenção de serviços fundamentais e estratégicos à sociedade.⁵⁷

A tabela 1 mostra a evolução de pesquisadores e demais servidores no quadro de pessoal da APTA no período de 1973 a 2003.⁵⁸

⁵⁷ COSTA, Michele da & GUERRERO, Natália. *Institutos públicos de pesquisa sob ameaça*. Revista Adusp, set./2006, p. 55.

⁵⁸ Não foi possível demonstrar os períodos de 2004 a 2007 por não haver pesquisa do autor ou de outros autores.

Tabela 1 – Evolução do quadro de pessoal em exercício, APTA, no período de 1973 a 2003.

Ano	Pesquisadores		Demais servidores		Relação	Total		Salário médio mensal ²
	Número	Índice	Número	Índice	Pq/Cl/Apoio	Número	Índice	
1973	748	100	5.214	100	6,98	5.960	100	1.125,58
1974	778	104	5.099	98	6,55	5.877	99	867,92
1975	767	103	4.916	94	6,41	5.683	95	969,07
1976	777	104	4.571	88	5,88	5.348	90	1.204,00
1977	782	105	4.072	78	5,21	4.854	81	1.288,33
1978	814	109	4.240	81	5,21	5.054	85	1.834,87
1979	792	106	4.104	79	5,18	4.896	82	1.697,58
1980	786	105	3.812	73	4,85	4.598	77	1.482,69
1981	763	102	3.538	68	4,63	4.299	72	1.467,44
1982	761	102	3.364	65	4,42	4.125	69	1.401,02
1983	781	105	3.512	67	4,50	4.293	72	1.100,33
1984	769	103	3.461	66	4,50	4.230	71	902,30
1985	766	103	3.530	68	4,61	4.296	72	1.280,07
1986	772	103	3.610	69	4,68	4.382	74	1.579,09
1987	801	107	3.727	71	4,65	4.528	76	1.429,08
1988	852	114	3.848	70	4,28	4.498	75	1.174,47
1989	923	124	3.742	72	4,05	4.665	78	1.298,33
1990	873	117	3.427	66	3,93	4.300	72	1.233,48
1991	863	116	3.386	65	3,92	4.249	71	1.102,48
1992	842	113	3.369	65	4,02	4.231	71	1.491,53
1993	825	111	3.368	65	4,08	4.193	70	1.248,52
1994	810	109	3.691	71	4,56	4.501	75	1.096,38
1995	800	107	3.129	60	3,91	3.929	66	1.217,83
1996	791	106	2.822	50	3,31	3.413	57	1.415,12
1997	706	95	2.372	45	3,36	3.078	52	1.515,72
1998	687	93	2.282	44	3,27	2.979	50	1.412,97
1999	682	91	2.297	43	3,31	2.938	49	1.781,44
2000	675	90	2.208	42	3,27	2.883	48	2.098,56
2001	651	87	2.104	40	3,23	2.755	46	2.150,57
2002	639	86	1.914	37	3,00	2.553	43	2.177,78
2003	582	79	1.805	35	3,05	2.387	40	2.052,78

Fonte: *Conhecimento para desenvolvimento: uma análise da evolução dos investimentos na pesquisa pública paulista para os agronegócios em 1957-2003*. Informações Econômicas. V. 34, n. 7, SP, jul./2004, p.80.

Constata-se que houve uma significativa queda de recursos humanos, tanto com pesquisadores passando de 746 em 1973 para 592 no final de 2003 que corresponde a 79% de redução, quanto aos demais servidores, passando de 5214 em 1973 para 1805 no final de 2003, que corresponde a 35% de redução.

José Sidnei Gonçalves, José Ricardo Cardoso de Mello Junqueira e Sílvio de Barros Filho declaram que desde a metade dos anos 80 vem ocorrendo um processo contínuo de redução do quadro de pessoal, sem reposição, concentrando-se de forma nítida nos servidores de apoio à pesquisa. Esta redução é o reflexo das questões salariais que são cruciais para as instituições de pesquisa científica e tecnológica, e dos processos de demissão voluntária e de aposentadoria.⁵⁹

Os mesmos autores complementam que a relação entre padrões e níveis de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, a estrutura do quadro de pessoal e as políticas de remuneração dos recursos humanos são uma constatação presente em toda análise histórica dos investimentos estaduais paulistas em ciência e tecnologia para os agronegócios. Influenciam diretamente na existência de carreiras específicas com bases meritocráticas, uma vez que a condição de existência de sistemas consistentes premiadores do mérito permite a manutenção das equipes por um tempo maior, ainda que em momentos conjunturais sejam praticadas políticas salariais com defasagem, desde que as oportunidades de emprego em outros campos de atividade e as ofertas salariais não sejam atrativas.

Nas crises fiscais, portanto, quando principalmente as universidades deixam de contratar, há maior estabilidade das equipes, mesmo que os salários estejam defasados. Por outro lado, a inexistência de carreiras em base meritocráticas confere menor estabilidade às equipes, porquanto nas crises fiscais os salários baixos, associados ao não-reconhecimento do mérito acabam comandando a formação da realidade desestimulante que leva muitos a mudarem de atividade. A situação fica dramática nos períodos de crescimento econômico, em especial se ao mesmo tempo houver recuperação salarial nas universidades e setor privado e ampliação das contratações. Nessa situação a evasão funcional é enorme. Entretanto, no tempo histórico há mudanças estruturais significativas derivadas do aumento da produtividade institucional, provenientes do próprio processo modernizador que as instituições

⁵⁹ GONÇALVES, José Sidnei; JUNQUEIRA, José Ricardo Cardoso de Mello & BARROS FILHO, Sílvio de. *Conhecimento para desenvolvimento: uma análise da evolução dos investimentos na pesquisa pública paulista para os agronegócios 1957-2003*. Informações Econômicas. V. 34, n. 7, SP, jul./2004, p.79.

ajudaram a engendrar e que alteraram de forma significativa o tamanho e o perfil do quadro de recursos humanos requeridos pelas instituições, normalmente no sentido da maior exigência de qualificação.⁶⁰

Além das reduções do quadro de pesquisadores e dos demais servidores, outro aspecto necessário a destacar é o comportamento dos salários médios; como pode-se observar na tabela 1, os valores cresceram de R\$ 1.125,58 mensais em 1973 para R\$ 2.052,76 mensais em 2003.

Esta questão dos salários é explicada por Gonçalves, Junqueira e Barros Filho como o resultado direto da estabilidade das equipes de pesquisadores científicos derivada da implementação da Série de Classes de Pesquisadores Científicos, com a Lei Complementar nº 125, de 18 de novembro de 1975, uma vez que a redução da proporção de servidores de apoio à pesquisa, sem carreira organizada e com baixa remuneração, associada às progressões do acesso de pesquisadores a classes mais elevadas realizadas a cada ano, fez crescer a remuneração média.⁶¹

Na tabela 2, mostra-se a situação de recursos humanos na APTA e a sua necessidade de obter um quadro considerado adequado.

Tabela 2 – Recursos humanos na APTA: situação e necessidades, 2004.

Categoria	Quadro	Existentes	Necessário	Difasagem
Pesquisadores	1.200	582	1.000	408
Assistentes ²	400	82	300	208
Técnicos ³	2.600	1.713	2.200	487
Total	4.200	2.387	3.500	1.103

Fonte: *Conhecimento para desenvolvimento: uma análise da evolução dos investimentos na pesquisa pública paulista para os agronegócios em 1957-2003*. Informações Econômicas. V. 34, n. 7, SP, jul./2004, p.83.

⁶⁰ Idem, pp. 77-78.

⁶¹ Idem, p. 79.

De acordo com o relatório do coordenador da APTA, João Paulo Feijão Teixeira⁶², os números de recursos humanos em 13 de novembro de 2007 foram de 842 pesquisadores científicos, 1.197 carreiras de apoios e 457 administrativos, totalizando 2.496 funcionários.

A alocação destes funcionários se deu nas seguintes instituições: Instituto Agrônomo, 203 pesquisadores científicos e 361 apoios e administrativos, num total de 564; Instituto de Zootecnia 60 pesquisadores científicos e 166 apoios e administrativos, num total de 226; Instituto Biológico 126 pesquisadores científicos e 116 apoios e administrativos, num total de 242; Instituto de Pesca, 71 pesquisadores científicos e 100 apoios e administrativos total de 171; Instituto de Tecnologia de Alimentos 96 pesquisadores científicos e 108 apoios e administrativos, num total de 204; Instituto de Economia Agrícola 73 pesquisadores científicos e 69 apoios e administrativos, num total de 142 e Pólos Regionais 213 pesquisadores científicos e 734 apoios e administrativos, num total de 947.

Comparando a tabela 2 com o relatório de Teixeira, ainda há uma defasagem de aproximadamente 1.000 funcionários no quadro da APTA.

Com tal desfalque, exige-se dos dirigentes das instituições públicas que sejam mais criativos e empreendedores para manter as instituições mundialmente competitivas.

Alguns poucos institutos admitiram recentemente novos pesquisadores, mas em um número insuficiente para a permanente manutenção da capacidade nacional de pesquisa agropecuária, porém encontram-se submetidos a salários que não são favoráveis à sua permanência.

Luis Fernando Ceribelli Madi estabelece:

É preciso promover uma mudança estrutural e filosófica nas instituições públicas, com interferência dos governos federal e estadual. Há também defasagem de infra-estrutura e no sistema de contratação e complementação de pessoal. Deve-se repensar o modelo dos concursos públicos para contratação e a capacitação das pessoas. Hoje, esse processo é muito lento e o mercado exige maior dinamismo. Se não atendermos o mercado, alguém vai atender. Temos

⁶² TEIXEIRA, João Paulo Feijão. *A APTA no contexto de CT&I*. Relatório de apresentação da palestra de bioenergia. Campinas, nov./2007. Disponível em: <<http://dge.apta.sp.gov.br/bioenergia/documentos/ApresentacaoDrFeijao.pdf>>. Acesso em: 12 de julho de 2008.

que priorizar também a área de gestão e qualidade. A curto prazo todas essas instituições terão que ser certificadas.⁶³

E Gonçalves completa:

O capital intelectual é o principal capital de instituições que trabalham com processos inovativos. Nesse sentido, mais que o capital fixo consistido em prédios e equipamentos, ainda que com os desenhos mais modernos e dotados dos mais atualizados mecanismos de automação, nas instituições de pesquisa científica e tecnológica, há que se tomar medidas no que diz respeito à manutenção de equipes estratégicas com alta capacidade de resposta aos desafios do desenvolvimento. As instituições de pesquisa científica e tecnológica são ranqueadas exatamente da excelência científica de seus quadros. Deixe-se claro que para os agronegócios, em todas as nações desenvolvidas, as equipes públicas de pesquisa são a esmagadora maioria, ainda que também, em grande parte deles, os investimentos em despesas correntes têm parcela expressiva de recursos privados obtidos por flexíveis instrumentos de parceria. Em países em desenvolvimento, essa premissa se torna uma inexorabilidade.⁶⁴

Suprir a necessidade dos institutos públicos de pesquisa em recursos humanos ainda é um fator crítico que envolve várias ações estruturais e filosóficas; o processo de atualização e contratação é burocrático, lento, e às vezes, com custos elevados.

Os institutos públicos de pesquisa continuam dependentes do Estado para promover soluções e mudanças nas políticas públicas, tornando-as mais flexíveis e ágeis.

3. Setores Público e Privado: Parceria para o Desenvolvimento das Pesquisas Técnico-Científicas

⁶³ PALLONE, Simone & JORGE, Wanda. *Futuro das instituições públicas de pesquisa é incerto*. Inovação Uniemp. V. 2, n. 2, Campinas, abr./jun./2006.

⁶⁴ GONÇALVES; JUNQUEIRA & BARROS FILHO. Op. cit., p.78.

Os setores públicos e privados na área do agronegócio têm diferentes interesses. O setor público esforça-se para a realização de suas metas, como o crescimento econômico, a igualdade social, sustentabilidade ambiental, segurança alimentar, etc., buscando atender aos interesses da sociedade como um todo, e o setor privado, em geral, esforça-se para alcançar os diversos objetivos e metas como: maximização dos resultados financeiros (lucro), competitividade, posição de destaque no mercado (liderança), redução de custos e aumento da qualidade, e diversificação de produtos.

Podem surgir casos em que a investigação e seus resultados respondem simultaneamente a interesses de ambos os setores ou mais. Uma pesquisa científica, uma tecnologia pode, ao mesmo tempo, melhorar os rendimentos dos agricultores e pecuaristas, ser benéfica para o meio ambiente e melhorar a qualidade do produto, beneficiando também a indústria e o comércio. A amplitude dos benefícios que perseguem os órgãos públicos, as empresas privadas, os produtores, os trabalhadores e outros agentes podem redundar em significativos resultados socioeconômicos para o setor do agronegócio em geral.

Discute-se o papel dos setores público e privado, porém há um espaço de interesse comum entre eles, a importância de investir em pesquisa e tecnologia como fator de desenvolvimento e competitividade. O conhecimento e suas aplicações (tecnologias) estão se tornando o mais importante fator de desenvolvimento econômico-social e baluarte das vantagens competitivas nos negócios das empresas. A agregação de conhecimentos na produção da agropecuária pode aumentar a eficiência produtiva, via incremento da produtividade; permitir maior grau de sustentabilidade no uso dos recursos naturais e contribuir para a diminuição das desigualdades sociais e regionais, pois tecnologias apropriadas e mais eficientes constituem-se em condição indispensável para a garantia dos interesses empresariais.

No Brasil, os institutos públicos de pesquisa são dependentes do Estado, e as diminuições dos repasses de recursos financeiros pelo Tesouro têm levado estes institutos a buscar a diversificação de fontes de financiamentos e a recorrer a novos mecanismos para alavancar outros tipos de recursos públicos e privados.

Uma das alternativas que os institutos públicos de pesquisa vêm adotando ao longo dos anos, e se intensificando, são as parcerias com as empresas privadas e principalmente com as organizações não-governamentais.

Estas organizações não-governamentais são as cooperativas, as fundações e as associações que estão sendo responsáveis por uma crescente parcela nos investimentos e possuem um papel importante para o desenvolvimento do setor.

Especificamente, as fundações em geral, têm por finalidade serem mediadoras na viabilização de projetos de pesquisas, e ainda: promover e colaborar no desenvolvimento de ensino e extensão de desenvolvimento institucional, realização de seminários e congressos, contribuindo na divulgação e transferência de conhecimentos.

Essas fundações vêm atuando como canais das instituições de pesquisas junto a empresas privadas para a realização de atividades de cooperação e prestação de serviços. Por intermédio dessas fundações é possível apoiar projetos como: pesquisa aplicada, pesquisa básica, desenvolvimento experimental, serviços técnico-científicos, capacitação de recursos humanos e difusão de resultados que estimulem o desenvolvimento científico e tecnológico no setor do agronegócio.

Considera-se que uma das grandes vantagens da parceria público-privada, tanto para o ente público quanto para o parceiro privado, reside na estabilidade de regras para garantia das obrigações assumidas nos contratos, atendendo aos interesses comuns existentes entre público, privado e a sociedade, e tornando os arranjos mais estáveis e menos vulneráveis às mudanças da política econômica.

Fábio Salles de Meirelles afirma:

As Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Oepas) infelizmente têm sofrido ainda mais que as unidades federais de pesquisa (Embrapa). Além de haver um processo de desinvestimento em muitos Estados, a falta de cooperação e articulação entre elas traz ainda mais ineficiência na alocação de recursos. Há dois anos, houve um esforço para tentar aumentar a cooperação entre as organizações, mas esse projeto perdeu força. Acreditamos que é fundamental retomar esse projeto para as Oepas compartilharem esforços e recursos de pesquisa, a fim de elevar a eficiência dos investimentos. É importante também buscar recursos no setor privado, por meio de parcerias público-privadas, aproveitando-se da Lei de Inovação Tecnológica.⁶⁵

Meirelles expressa que para a pesquisa agropecuária, quanto mais investimento, melhor. É uma aplicação de recursos a longo prazo, mas que precisa ser

⁶⁵ MEIRELLES, Fábio Salles de. *Revista Agronegócio & Inovação*. Ano 1, n. 11, Brasília, 27 de fevereiro de 2007.

efetuada. Praticamente todo o recurso financeiro destinado aos centros de pesquisa é usado para pagar mão-de-obra dos pesquisadores, e juntamente com a insuficiência de recursos gera a necessidade de viabilizar as pesquisas por meio de parcerias com o setor privado.⁶⁶

Evidencia-se que o maior gargalo de dispêndio são os recursos humanos, restando poucos recursos disponíveis para as pesquisas e uma das formas para suprir esta falta é por parcerias com o setor privado.

Sobre a busca de alternativas para a sobrevivência dos institutos de pesquisas junto ao setor privado, Lucy Woellner dos Santos e Elisa Yoshie Ichikawa asseveram:

Atualmente, o que se observa é uma tendência à restrição cada vez maior na disponibilidade de recursos para atender às demandas de pesquisa do setor agrícola. A situação de gradativa redução de recursos pela qual passam as entidades públicas de pesquisa agrícola no país expressa a tendência de afastamento do Estado de algumas áreas, numa evidente demonstração de que elas já não são consideradas prioritárias. Como conseqüência, muitos institutos de pesquisa têm sentido a necessidade de promover processos de reorganização, buscando alternativas para sobreviver à atual conjuntura de escassez de recursos, entre as quais se destaca o esforço de captação de recursos de outras fontes, particularmente do setor privado.⁶⁷

As mesmas autoras ainda exemplificam como uma das alternativas de institutos de pesquisa se aproximarem do setor privado na busca de recursos financeiros, como também de apoiarem na geração e difusão de resultados, é através das fundações:

Outras experiências alternativas de arranjos institucionais visando uma maior aproximação dos institutos de pesquisa públicos com o setor produtivo privado são as fundações e os fundos de apoio ao desenvolvimento tecnológico de produtos ou setores específicos. Como exemplos podem ser apontados: a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa Agropecuária de São Paulo (FUNDEPAG), composta por entidades privadas com a finalidade de apoiar a geração e a difusão de tecnologia para a produção agrícola, animal e agroindustrial, visando o desenvolvimento tecnológico da agricultura paulista; o FUNDECITRUS, mantido pela indústria paulista de suco cítrico; o FUNDEPEC, mantido pelo setor de

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ SANTOS, Lucy Woellner dos & ICHIKAWA, Elisa Yoshie. *Ciência, tecnologia e sociedade: visões sobre transformações da pesquisa agrícola no Brasil*. O.R. & A. Revista de Administração da UFLA. V. 5, n. 2, jul./dez./2003, p. 69.

processamento de carne bovina de São Paulo (Sendin *et al.*, 1996) e a Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento do Agronegócio (FAPEAGRO), criada no estado do Paraná, para ser um instrumento de captação de recursos para as instituições de pesquisa públicas e privadas, a partir da interação entre os órgãos que atuam na geração e disseminação de tecnologia e o setor produtivo.⁶⁸

Na tabela a seguir observa-se a evolução dos investimentos em pesquisas do agronegócio por meio de parcerias, e um comparativo com os investimentos vindos do Tesouro.⁶⁹

⁶⁸ Idem, p. 70.

⁶⁹ Não foi possível demonstrar os períodos de 2004 a 2007... op. cit.

Tabela 3 – Evolução dos investimentos públicos em pesquisa dos agronegócios, por fontes de recursos em São Paulo, no período de 1957 a 2003.

Ano	Tesouro		Parcerias		Valor total
	Valor	%	Valor	%	
1957	65.189,86	94,56	3.749,60	5,44	68.939,46
1958	68.376,57	94,06	4.301,01	5,92	72.677,58
1959	67.203,05	93,95	4.328,58	6,05	71.531,63
1960	66.416,69	93,28	4.783,49	6,72	71.200,18
1961	62.871,66	92,51	5.086,77	7,49	67.958,43
1962	77.132,74	93,47	5.390,04	6,53	82.522,78
1963	64.565,93	94,61	3.680,67	5,39	68.246,60
1964	60.628,52	95,07	3.156,63	4,93	63.785,15
1965	65.697,76	94,08	4.135,58	5,92	69.833,34
1966	75.420,78	93,28	5.431,40	6,72	80.852,18
1967	95.944,57	92,34	7.954,11	7,66	103.898,68
1968	78.041,30	93,46	5.458,97	6,54	83.500,27
1969	93.365,84	92,64	7.416,48	7,36	100.782,32
1970	99.200,49	93,37	7.044,28	6,63	106.244,77
1971	105.600,68	93,11	7.616,25	6,89	113.216,93
1972	116.577,63	94,17	7.223,49	5,83	123.801,12
1973	116.771,17	92,08	10.077,04	7,94	126.848,21
1974	95.417,57	91,20	9.305,06	8,80	105.722,63
1975	100.967,83	90,88	10.132,18	9,12	111.100,01
1976	112.136,74	91,20	10.821,44	8,80	122.958,18
1977	104.893,33	81,66	9.539,41	8,34	114.432,74
1978	137.461,12	92,00	11.951,84	8,00	149.412,96
1979	121.958,50	93,19	8.906,29	6,81	130.864,79
1980	100.500,07	93,81	6.630,72	6,19	107.130,79
1981	94.693,21	91,83	8.422,81	8,17	103.116,02
1982	87.578,04	90,42	9.277,49	9,58	96.855,53
1983	74.532,67	91,58	6.851,28	8,42	81.383,95
1984	65.474,63	92,09	5.624,39	7,91	71.099,02
1985	69.595,64	94,26	4.458,97	5,74	74.054,61
1986	119.170,43	95,87	6.128,12	4,13	125.298,55
1987	113.392,31	96,35	4.301,01	3,65	117.693,32
1988	95.670,01	95,81	4.387,50	4,19	100.057,51
1989	102.617,99	96,44	3.790,95	3,56	106.408,94
1990	80.944,54	95,06	4.204,51	4,94	85.149,05
1991	69.371,81	93,72	4.645,64	6,28	74.017,45
1992	90.457,23	92,42	7.416,48	7,58	97.873,71
1993	83.829,54	91,58	7.705,97	8,42	91.535,51
1994	84.205,06	89,93	9.429,13	10,07	93.634,19
1995	80.494,14	88,90	10.049,47	11,10	90.543,61
1996	80.300,50	86,07	12.999,52	13,93	93.300,02
1997	77.942,18	84,81	13.854,21	15,09	91.796,39
1998	70.176,85	84,96	12.420,54	15,04	82.597,39
1999	83.926,17	85,41	14.340,59	14,59	98.266,76
2000	98.373,41	84,08	18.629,28	15,92	117.002,69
2001	95.056,18	81,17	22.057,83	18,83	117.113,81
2002	85.915,90	78,38	22.320,12	20,62	108.236,02
2003	77.510,62	76,55	23.742,50	23,45	101.253,12

Fonte: *Conhecimento para desenvolvimento: uma análise da evolução dos investimentos na pesquisa pública paulista para os agronegócios de 1957-2003*. Informações Econômicas. V. 34, n. 7, SP, jul./2004, p. 61.

Gonçalves destaca os principais movimentos no desempenho das captações de recursos por meio de parcerias: no período de 1973 a 1998 houve uma significativa efetivação de parcerias decorrentes do processo de crescimento cíclico, da economia concomitante com a modernização da agricultura e do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Na primeira metade dos anos 90 entraram em exercício os pesquisadores contratados em concursos autorizados na metade dos anos 80, que como alternativa para financiar suas atividades, as instituições foram levadas a buscar recursos adicionais em parcerias e agências de fomento.

*Nos últimos anos, os grandes avanços das parcerias derivaram do papel das fundações, que viabilizaram a maior integração das empresas privadas com as instituições de pesquisa.*⁷⁰

A verificação da série histórica demonstra o equívoco do verdadeiro mito propalado nas instituições, de que os antigos fundos de pesquisa, de caráter extra-orçamentário, teriam sido instrumentos consistentes de captação de recursos, em especial privados, para o financiamento da pesquisa. Entretanto, é realidade o fato de que, invariavelmente, as autoridades que cuidam da gestão orçamentária do governo estadual tomam decisões que penalizam o estímulo à geração de receitas próprias ou parcerias com terceiros, à medida que, quando esses recursos crescem, são reduzidos proporcionalmente os recursos do Tesouro do Estado destinados às despesas correntes, ou seja, esforça-se para obter recursos adicionais, mas, diante dos cortes nos recursos fiscais, fica-se na mesma situação de recursos insuficientes.⁷¹

No ano de 1990 os investimentos vindos das parcerias entre os institutos públicos e as iniciativas privadas correspondiam a 4,94% do valor total, mas nos anos seguintes a 2003 estes investimentos corresponderam a 23,45% do valor total. No mesmo período houve uma estagnação dos recursos vindos do Tesouro: em 1990 correspondiam a 95,06%, decrescendo nos anos seguintes, e em 2003 correspondiam a 76,55%.

Os institutos públicos de pesquisas, embora estejam realizando esforços no sentido de buscar novas fontes de recursos, ainda têm no Estado o seu maior provedor (cerca de 80-90%), o que compromete a atuação dos centros de pesquisas.

Estes dados evidenciam a importância das parcerias para os institutos de pesquisas destacadamente com a atuação das fundações.

⁷⁰ Grifo do autor.

⁷¹ GONÇALVES; JUNQUEIRA & BARROS FILHO. Op.cit., p. 62.

Não obstante as parcerias sejam uma fonte de investimentos que pode resolver a questão da carência de recursos do setor público, isto não pode ser concebido como a única solução para os problemas financeiros do Estado.

4. Políticas Institucionais: Internas e Externas

Os institutos de pesquisa do Estado de São Paulo devem desempenhar cada vez mais um importante papel na cadeia de geração e aproveitamento do conhecimento, servindo de interface entre a universidade (priorizando a pesquisa associada à formação de recursos humanos) e os setores produtivos público e privado. Para que possam atingir seus objetivos, há uma urgência na necessidade de o governo do Estado de São Paulo assumir o compromisso de revitalizar essas instituições, atualizando as políticas públicas.

As mudanças nas políticas envolvem movimentos de múltiplas direções internas e externas. Por direções internas compreendem-se: a questão de liderança; definição de estratégia; reestruturação organizacional dos institutos de pesquisa; política de treinamento, atualização e gestão de pessoal (pesquisadores e de apoio); criação de novos instrumentos voltados à articulação no modelo jurídico-administrativo; gestão de projetos; processo permanente de avaliação individual e institucional.

E as direções externas são aquelas relacionadas com o ambiente de atuação dos institutos de pesquisa: as universidades, empresas privadas interagindo com as instituições públicas, as organizações não-governamentais, o crescimento econômico.

As direções internas estão relacionadas com as potencialidades internas dos institutos de pesquisa e nas direções externas pode-se perceber o nível de influência na dinâmica de atuação dos institutos de pesquisa, em suas estratégias internas.

Nas perspectivas de Luis Fernando Ceribelli Madi:

Criadas a partir do século XX, em sua maioria voltadas para atuar pontualmente em interesses e necessidades da Sociedade/Estado, as Instituições de Pesquisa Públicas se encontram hoje em busca de uma melhor inserção no complexo cenário brasileiro de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Estimulados principalmente na década de 70 e início de 80, os ICTs sofreram um processo de desagregação institucional, agravado na década de 90 por uma série de fatores amplamente divulgados no país.⁷²

Diante deste cenário, o governo federal elaborou uma série de movimentos estratégicos internos e externos com o objetivo de revitalização da área de ciências, tecnologia e inovação a partir de 1999. Segundo Madi, estes movimentos foram: a criação dos Fundos Setoriais; o retorno do diálogo com a Comunidade Científica – Livro Verde; a reestruturação da área de créditos da FINEP para a iniciativa privada; incorporação da dimensão de inovação na agenda do MCT; a recuperação dos incentivos para o desenvolvimento de PD&I por parte das empresas privadas; a reforma e implementação de políticas dirigidas a consolidar um sistema nacional de inovação; busca permanente de uma orientação mais estratégica para a execução de atividades na área de CT&I e a criação do Centro de Gestão de Estudos Estratégicos – para a realização de estudos prospectivos. No período de 2003 a 2006 foram implementados outros movimentos para possibilitarem às Instituições de Pesquisas uma maior atuação entre o governo e a iniciativa privada, visando a um maior benefício à sociedade: Lei de Inovação Tecnológica; Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE; Medida Provisória nº 255 – MP do Bem, e a Agência Brasileira para o Desenvolvimento Industrial – ABDI.⁷³

A principal ação interna foi a criação da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios em abril de 2001⁷⁴. Com esta nova estrutura institucional, esse organismo passou a coordenar e dinamizar o esquema formado por seis institutos paulistas: Instituto Agrônômico, Instituto Biológico, Instituto de Economia Agrícola, Instituto de Pesca, Instituto de Tecnologia de Alimentos e Instituto de Zootecnia.

A EMBRAPA informa:

O Governador Geraldo Alckmin sancionou, em 18 de abril, a Lei Complementar 895/2001 que constitui a Apta, Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios com instituição de pesquisa da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. A lei foi aprovada pela

⁷² MADI, Luis Fernando Ceribelli. *A contribuição da Fundepag para as Instituições de Pesquisa Tecnológicas Públicas no Brasil*. Revista Fundepag & Negócios, São Paulo, ago./2006, p. 19

⁷³ Idem.

⁷⁴ Lei Complementar n.º 895, op. cit.

Assembléia Legislativa de São Paulo, no dia 3 de abril, por 60 votos a 21. A Apta foi criada pelo Governador Mário Covas em maio de 2000. Sua formação se enquadra em um projeto de modernização institucional para a pesquisa pública dos agronegócios, atualmente em implantação no Estado de São Paulo.

Nesse novo desenho, os atuais Institutos serão mantidos e dinamizados como centro de excelência, o que lhes garante a sua revalorização institucional e proporcionando mais autonomia do que hoje dispõem como integrantes da Administração Direta.⁷⁵

Em 2002 foi criada a APTA Regional para compor, juntamente com os seis institutos de pesquisa, a nova estrutura com a finalidade de atender às demandas e necessidades regionais do Estado de São Paulo.

Segundo o *Boletim Fundepag & Negócios*:

Os pólos permitem que se ampliem as ações de inovação para o desenvolvimento regional ao aperfeiçoarem processos de transferência de tecnologia, tornando acessíveis aos usuários as informações disponíveis, descentralizada as ações e atuando de forma integrada com os institutos, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), a Defesa Agropecuária, a comunidade local, as universidades e as prefeituras.

Essa maneira de atuar permite um contato mais próximo com o usuário e com a comunidade regional, atendendo a suas demandas e aproximando os institutos entre si com as realidades locais, pois os pólos reúnem unidades experimentais dos institutos que atuam em várias frentes.⁷⁶

Em relação ao ambiente externo na qual os Institutos de Pesquisa interagem, o principal movimento é a Lei da Inovação Tecnológica⁷⁷, que traz um novo paradigma para a pesquisa científica e tecnológica e permite um fortalecimento entre os Institutos de Pesquisas e as iniciativas privadas.

No *Boletim Fundepag & Negócios* lê-se que:

Pela primeira vez, o Brasil possui uma lei que favorece o desenvolvimento científico e tecnológico no ambiente produtivo, com

⁷⁵ Pesquisa estadual em foco. *São Paulo moderniza a pesquisa agropecuária*. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Ano IV, n. 9, mai./ago./2000.

⁷⁶ *Pólos: ações para o desenvolvimento regional*. Boletim Fundepag & Negócios da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa Agropecuária. Ano I, n. 2, São Paulo, jul./ago./2004, p. 4.

⁷⁷ Lei da Inovação Tecnológica nº. 10.973, de 2 de dezembro de 2004.

vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento sustentável do país.

Os atores envolvidos, instituições de apoio (fundações auxiliares), iniciativa privada, pesquisadores, etc., têm funções definidas por lei, permitindo um intercâmbio tecnológico e comercial extremamente salutar para o desenvolvimento socioeconômico.⁷⁸

A Lei da Inovação e Tecnológica, artigo 9º, define e incentiva os contratos e acordos de parcerias para a realização de atividades conjuntas entre as instituições de pesquisa e as iniciativas privadas.

Outro ponto importante está definido no artigo 10º: os contratos e acordos firmados entre as instituições científicas e tecnológicas, as instituições de apoio, agências de fomento e as entidades nacionais de direito privado sem fins lucrativos, voltados às atividades de pesquisa, poderão prever recursos para cobertura de despesas operacionais e administrativas incorridas na execução destes contratos e acordos.

No seu cumprimento será estratégica a atuação das fundações auxiliares na função de planejar e administrar a interação entre as iniciativas privadas e as organizações públicas de ciências e tecnologias.

⁷⁸ *Aprovação da Lei da Inovação Tecnológica*. Boletim Fundepag & Negócios da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa Agropecuária. Ano I, n. 4, São Paulo, nov./dez./2004, p.1.

CAPÍTULO II - FUNDAÇÕES DE DIREITO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS: A FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA DO AGRONEGÓCIO – FUNDEPAG

Neste capítulo faz-se uma abordagem sobre as fundações de direito privado sem fins lucrativos nos aspectos conceituais e de origem.

Também discorre-se sobre a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio – Fundepag, onde são identificadas algumas características que envolvem a trajetória institucional da fundação.

São demonstrados: a estrutura organizacional; o plano estratégico de negócio, que permitirá a compreensão da integração dos ambientes internos; e multidisciplinaridade entre os membros da fundação e a formação de equipes de trabalho; e nos ambientes externos são identificadas: a integração com os institutos de pesquisa e a iniciativa privada, e as diferentes características de gestão de contratos, onde se evidenciam as formas de contratos e o tratamento da utilização dos recursos advindos da gestão.

Em seguida efetua-se uma análise da relação existente entre a Fundepag, a pesquisa técnico-científica e a sociedade brasileira.

Assim, esses conjuntos de elementos permitirão uma compreensão geral da forma como a Fundepag vem reagindo ante o contexto de mudanças paradigmáticas, englobando transformações em todo o processo estrutural em que se encontra envolvida.

1. As Fundações de Direito Privado Sem Fins Lucrativos

O Código Civil Brasileiro reconhece a existência de personalidade jurídica de entes que não são pessoas humanas, desde que sua instituição e administração sigam as exigências e requisitos da lei. A ficção jurídica, neste caso, é essencial para a

concretização da personalidade do ente abstrato e deve estar, *a priori*, estabelecida em lei que lhe confira os elementos principais de existência e realização.

O Código Civil Brasileiro⁷⁹ classifica as pessoas jurídicas em dois títulos: pessoas jurídicas de direito público interno e externo e de direito privado.

As pessoas jurídicas de direito público interno são a União, os Estados, o Distrito Federal e os territórios, os municípios, as autarquias e as demais entidades de caráter público criadas por lei, e as pessoas jurídicas de direito público externo são os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.⁸⁰

As pessoas jurídicas de direito privado são: as associações, as sociedades e as fundações.⁸¹

Para a criação de uma pessoa jurídica de direito privado denominada fundação, segundo o Código Civil, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.⁸²

A criação dessas entidades está ligada à vontade ou interesse do indivíduo particular em coligar-se, em estabelecer uma nova entidade de caráter moral, ou em estabelecer uma entidade de caráter perene que lhe supere a existência pessoal na realização de fins determinados por seus instituidores.

Quando há deliberação do indivíduo, ou de um grupo que disponibiliza um patrimônio para a afetação jurídica em prol de alguma finalidade social, tem-se a instituição de uma fundação.

Ao contrário das demais pessoas jurídicas eminentemente associativas, as fundações se caracterizam pela existência de um patrimônio ou complexo de bens, que assume a forma de um ente capaz, um ente que atenderá aos desígnios lícitos de seus instituidores, voltados à realização, em regra, de ações altruístas sem fins lucrativos, ou, em última análise, de utilidade pública.

As fundações diferem das sociedades e das associações porque não são compostas por sócios, mas apenas por um patrimônio que será gerido por pessoas que atenderão às indicações dos instituidores no que diz respeito às suas finalidades, objetivos e forma de administração.

⁷⁹ Código Civil de 2002, artigo 40.

⁸⁰ Idem, artigos 41 e 42.

⁸¹ Idem, artigo 44.

⁸² Idem, artigo 62.

A fundação caracteriza-se por ser uma entidade autônoma criada por liberalidade privada ou pelo Estado, que realiza ações beneficentes, de utilidade pública ou particular, sendo administrada de acordo com as determinações de seus fundamentos.

Mario Rotondi define:

La fundación (también llamada institución) consiste en un patrimonio destinado a un fin (por ejemplo, benéfico, religioso, cultural, patriótico etc), es decir, destinado a servir a la satisfacción de algunas necesidades de determinadas categorías de sujetos. El patrimonio es destinado a este fin de una manera estable, lo que no quiere decir que la fundación deba ser necesariamente perpetua.⁸³

Eduardo Szazi explora sobre o conceito de fundação:

Rezende define uma fundação como um conjunto de bens, com um fim determinado, que a lei atribui à condição de pessoa. Rafael a tem como um patrimônio personalizado, destinado a um fim. Já Paes a define como um complexo de bens destinados à consecução de fins sociais e determinados. A experiência dos três ilustres autores à frente da Curadoria de Fundações de Belo Horizonte, São Paulo e Brasília, respectivamente, nos auxilia a definir uma fundação como um patrimônio destinado a servir, sem intuito de lucro, a uma causa de interesse público determinada, que adquire personificação jurídica por iniciativa de seu instituidor.⁸⁴

Deve-se avaliar, desta feita, que as fundações, assim como todas as pessoas jurídicas, são resultados da evolução histórica e social humana que avançou da mera perspectiva individual de identidade jurídica para uma perspectiva abstrata e coletiva, de uma entidade distinta dos indivíduos que a constituem, com existência material e jurídica próprias.

Corroborando a idéia, Francisco de Assis Alves expõe que as fundações são incomparáveis com os demais atores do terceiro setor, e possui em uma relevância maior devido às fundações possuírem uma vida jurídica própria:

⁸³ *Apud* RAFAEL, Edson José. *Fundações e direito: terceiro setor*. São Paulo: Melhoramentos, 1997, p. 8.

⁸⁴ *Apud* SZAZI, Eduardo. *Terceiro setor: regulamentação no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Peirópolis, 2006, p. 37.

Tratam-se de instrumentos de utilidade incomparável para as suas entidades apoiadas. Incomparável até mesmo em relação às OSCIPs, OSs, e ONGs, porque essas não possuem natureza jurídica própria. Ao contrário, as associações e as fundações não necessitam de entidades hospedeiras para a conquista de qualquer qualificativo. Elas têm vida jurídica própria, posto que recebem o sopro vital da lei.⁸⁵

A expressão "sem fins lucrativos" é utilizada apenas para as entidades que não distribuam entre seus membros (sócios, associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores) eventuais excedentes, aplicando-os apenas para o atendimento do objetivo constante do seu ato constitutivo.

É possível que algumas entidades sem fins lucrativos tenham excedentes em suas atividades; o que é proibido é que estas entidades distribuam estes excedentes entre seus membros, como ocorre com as empresas com finalidade lucrativa.

O conceito de sem fins lucrativos é definido por Paulo Arnaldo Olak e Diogo Toledo do Nascimento:

A expressão sem fins lucrativos, largamente usados para designar as entidades fora do contexto do Estado e do mercado (que agrega as entidades de fins econômicos), não reflete, por si só, o que são e qual o efetivo papel que desempenham no contexto social, econômico e político contemporâneo. Além disso, o próprio conceito de "lucro" é muito abrangente e, portanto, deve ser muito bem caracterizado. Ter "lucro" é uma questão de sobrevivência para qualquer tipo de entidade, com ou sem fins lucrativos.⁸⁶

A expressão sem fins lucrativos é assim compreendida por Hugo de Brito Machado:

Não ter fins lucrativos não significa, de modo nenhum, ter receitas limitadas aos custos operacionais. Elas na verdade podem e devem ter sobras financeiras, até para que possam progredir, modernizando e

⁸⁵ ALVES, Francisco de Assis. *As fundações de Apoio e a Remuneração de seus Dirigentes*. Brasília: Rossetto, 2006, p. 23.

⁸⁶ OLAK, Paulo Arnaldo & NASCIMENTO, Diogo Toledo do. *Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (Terceiro Setor)*. São Paulo: Atlas, 2006, p. 1.

ampliando suas instalações. O que não podem é distribuir lucros. São obrigadas a aplicar todas as suas disponibilidades na manutenção de seus objetivos institucionais.⁸⁷

Entende-se que a expressão sem fins lucrativos está relacionada àqueles cuja realização não envolva exploração de atividade mercantil nem a distribuição de seu resultado econômico final a qualquer título, determinado que não haja vantagens financeiras a terceiros ligados a essas entidades, sejam pessoas físicas ou jurídicas. Não enseja a perda da característica de entidade sem fins lucrativos, o fato de prestar serviços remunerados ou obter resultados econômicos positivos, mas que havendo eventuais excedentes denominados superávit, deverão ser utilizados na manutenção e/ou expansão das atividades da entidade.

As fundações são criadas por prazo indeterminado⁸⁸, contudo, as condições que determinam a sua criação podem, no futuro, sofrer alterações, tornando difícil ou até mesmo impossível manter a sua manutenção nos moldes imaginados pelo(s) instituidor (es).

Na fala de Szazi:

As fundações podem ser extintas caso seu objeto se torne ilícito, impossível ou inútil, ou vença seu prazo de existência (artigo 69 do CC), por iniciativa do Ministério Público ou qualquer interessado. Podem, também, ser extintas por seu conselho curador, na forma do estatuto social, usualmente em reunião especialmente convocada para tal fim e instalada com *quorum* qualificado (metade mais um dos conselheiros), com voto favorável de dois terços dos presentes e aprovação do Ministério Público.⁸⁹

Pode-se concluir, neste contexto, que a fundação é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, constituída a partir de um patrimônio próprio para a execução de uma determinada finalidade de natureza altruística, ora estimulando a cultura e investigações científicas, artísticas e literárias, ora realizando filantropias. Ressalta-se uma característica fundamental das fundações de direito privado: está relacionada diretamente aos seus fins institucionais ou à sua missão.

⁸⁷ MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de direito tributário*. São Paulo: Malheiros, 1994, p. 197.

⁸⁸ O artigo 30 do Código Civil permite a instituição de fundação temporária, com prazo determinado para a sua futura extinção.

⁸⁹ SZAZI, op. cit., pp. 40 - 41.

A filantropia foi o primeiro indício da origem do instituto fundacional, que remonta à era antes de Cristo. Desde os tempos primórdios da história da humanidade registram-se atitudes de homens que, movidos pelo amor às artes, à religião, à sabedoria, e pelo espírito de solidariedade, destinavam parte de seu patrimônio a alguma finalidade social.

Rafael cita dois exemplos desses gestos:

Como grande exemplo desses gestos, citamos a doação da biblioteca de Alexandria pelos Ptolomeus, com as características, ao que parece, de patrimônio desgarrado, pela primeira vez, da pessoa de seus proprietários. Como segundo exemplo, ainda no mundo antigo, é digna de nota a escola que Platão fundou nos jardins de Academos (daí Academia), uma instituição de ensino do tipo científico-religioso, consagrada às musas, em Atenas. Tendo dirigido a Academia por quase duas décadas, legou-a, em seguida, a todos os discípulos, seus sucessores.⁹⁰

Na lição de José Eduardo Sabo Paes:

Os antecedentes da figura fundacional podem estar localizados no antigo Egito, onde atos filantrópicos, próprios daquela civilização foram institucionalizados e depois cristalizados com maior consistência na Grécia (...) em Roma, o instituto fundacional passou a ter contornos mais definidos, inclusive pela assimilação da instituição nos moldes anteriores, em face do fato de a Grécia ter sido conquistada.⁹¹

As primeiras fundações que a história registra foram as romanas, segundo Vandick Londres da Nóbrega⁹², com objetivos dos mais distintos: o culto funerário, a distribuição de alimentos, a manutenção de crianças pobres e os jogos.

Embora no direito romano clássico só fosse atribuída personalidade jurídica às entidades do tipo associação, concebia a existência de patrimônios vinculados à determinada finalidade, porém não se reconheciam patrimônios dotados de autonomia jurídica que pudessem ser considerados antecedentes diretos de fundação: então a

⁹⁰ RAFAEL, op. cit., p. 64.

⁹¹ PAES, José Eduardo Sabo. *Fundações: origem e evolução histórica*. Revista de Informação Legislativa. Ano 35, n. 140, Brasília, out/dez./1998, p. 42.

⁹² Apud PAES, idem, p. 42.

solução consistia na transferência do patrimônio a uma cidade com a imposição dos fins de utilidade pública feita mediante um testamento. Enquanto as fundações não foram concebidas como titulares de direitos e obrigações, os romanos doavam ou legavam seus próprios bens a uma pessoa jurídica com o encargo de destiná-los aos fins pretendidos pelos doadores, com estipulação de pena pecuniária em caso de inexecução, cuja fiscalização exercia-se através do *curator reipublicae*.

O professor Luiz Fernando Coelho exprime:

A inexistência de patrimônios juridicamente personalizados no direito romano clássico é explicada, de um lado, por não terem os romanos elaborado uma teoria das pessoas jurídicas; espíritos eminentemente práticos desenvolviam suas instituições e as aperfeiçoavam na medida das necessidades da vida, sem a preocupação de justificativas filosóficas ou teórico-científicas, o que surgiu em momento posterior da evolução do direito positivo com a necessidade de sistematizar e precisar o significado de conceitos incorporados à técnica jurídica; este momento, mais ou menos difuso na época de Justiniano, assinala o ponto de partida do direito como ciência; de outro lado, o próprio sentido do direito positivo de Roma explica o fato de não terem os romanos concebido a personalidade jurídica das *universitates rerum*, de vez que os objetivos com exceção pública eram alcançados da mesma forma; de resto, com exceção da personalidade, todas as características das modernas fundações podem ser encontradas nas fundações fiduciárias romanas, inclusive a vigilância do Estado, através do *curator reipublicae*, instituição desenvolvida no segundo século com o aperfeiçoamento do organismo administrativo romano; a similitude com as modernas fundações é tal que, a propósito das fundações alimentares imperiais, sustentou Brinz tratarem-se de autênticas fundações, no sentido do direito moderno. O mesmo autor refere-se aos templos e bens dedicados ao culto dos deuses, afirmando tratarem-se de verdadeiros patrimônios autônomos.⁹³

Coelho prossegue:

Na história das fundações, dois acontecimentos assumem especial relevância: o primeiro é a constituição de um *actio popularis* com o fim de serem efetivadas as fundações instituídas por legado ou doação; o segundo relaciona-se com o desenvolvimento das entidades religiosas, em especial, a concepção da Igreja como pessoa. Com o desenvolvimento das instituições eclesiásticas fundadas na Igreja como *corpus mysticum*, entidade mística e impalpável, passaram a ser concebido como entes distintos daquelas instituições de benemerência e culto, organizadas em terrenos, igrejas e conventos; com efeito, o

⁹³ Apud RAFAEL, op. cit., p. 66.

pium corpus, os *hospitalis*, a *sancta domus* passariam a ser concebido como sujeitos de direito, de natureza ideal.⁹⁴

Neste contexto, é fácil perceber que os primeiros institutos fundacionais não tinham autonomias como entes jurídicos autônomos. A outorga de personalidade jurídica a uma massa de bens destinada a um fim filantrópico ocorreu bem mais tarde, em decorrência da evolução da doutrina cristã, quando foi admitida a pessoa jurídica no direito positivo.

Para os romanos, fundação era, em sentido amplo, toda destinação de patrimônio gravado de qualquer encargo. Entretanto, fundação é propriamente uma instituição do Cristianismo, tendo como escopo fazer caridade. A fundação forma-se para a consecução de objetivos, tendo como beneficiárias pessoas estranhas aos instituidores e administradores da entidade. As fundações são designadas com a expressão *universitates personarum*, nelas preponderando o elemento patrimonial, enquanto nas associações predomina o elemento pessoal, traduzindo um agrupamento de pessoas com seu objeto direcionado aos instituidores e demais participantes.

Tendo concebido aos institutos fundacionais a autonomia, eles se espalharam por todo o continente europeu, ganhando contornos próprios em cada país. Houve dificuldades no direito germânico, por não atribuir personalidade para ente jurídico distinto das pessoas que deveriam compô-lo, e no direito francês, por não admitir a possibilidade de doação de patrimônio para ente jurídico futuro. Como ficou consequência dificultada a criação das fundações por via testamentária.

No direito alemão, o Estado tem uma forte influência na aprovação de uma fundação. Paes apresenta a posição destes entes no Código Alemão:

Junto à associação, o Código Civil reconhece outra espécie de pessoa jurídica, a fundação, ou seja, um patrimônio autônomo, que se destina a servir a um objetivo, desde o início e por toda a sua duração (...). Em sua qualidade de pessoa jurídica, a fundação tem uma esfera jurídica nitidamente separada das de outras pessoas e um patrimônio próprio, independente de outros (...). A fundação nasce por vontade do fundador (negócio de fundação) e aprovação do Estado. É natural que o Estado se reserve o direito de controlar o nascimento dessas massas patrimoniais – a “mão morta” – já que o patrimônio da fundação fica subtraído, por tempo em princípio ilimitado, à circulação jurídica e reservado para um objetivo determinado (...). Só a fundação para a

⁹⁴ Idem.

qual o fundador está disposto a sacrificar parte de seu patrimônio obterá a aprovação do Estado.⁹⁵

Paes também complementa, em síntese, umas palavras de Sylvio Marcondes:

Na Alemanha, embora seja admitida a investidura direta da fundação na qualidade de sujeito de direito, também se verificou a reação do Estado, não como o rigor proibitivo do Direito francês, mas que se revela na necessidade de autorização governamental, prévia e de natureza constitutiva, para criar-se fundação.⁹⁶

Na França houve reação do Estado no que se referia às fundações, nas quais se impediu, por meio de um edital de 1749, a concentração de bens pelas fundações, em razão de estes bens serem destinados aos herdeiros.

Para Saleilles, “quando se fala de fundação, na França, é do legado *sub modo* ou da doação *sub modo* que se trata, os quais não constituem uma verdadeira fundação, no exato sentido jurídico.”⁹⁷

Paes relata, consoante Ribert Planiol:

(...) que há perigos econômicos e políticos da formação de massas patrimoniais em poder de entidades de duração ilimitada, como o exemplo dos abusos verificados antes da Revolução, e que definem a fundação como “a destinação perpétua de bens ou valores para um serviço determinado pelo disponentes”, encarecem a dificuldade de sua criação direta, no sistema francês. Para instituir-se por doação entre vivos, faz-se necessário a prévia criação de um estabelecimento que obtenha a declaração e utilidade pública e, além disso, a autorização para aceitar a liberalidade, a fim de, só então, tornar-se efetiva a fundação. A sua criação por testamento enfrenta a impossibilidade de legado em favor de pessoa ainda não concebida ao tempo da sucessão, pois a legatária, inexistente a esse tempo, somente depois viria a ser constituída. Daí a razão das práticas indiretas: a doação e o legado *sub modo*.⁹⁸

⁹⁵ PAES, op. cit., pp. 44 - 45.

⁹⁶ Idem, p. 45.

⁹⁷ Idem, p. 44.

⁹⁸ Idem, p. 44.

Na França toda pessoa fictícia privada corresponde essencialmente a uma associação de pessoas; a fundação é caracterizada como uma massa de bens destinados a alguma determinada prestação de serviços, investida diretamente de personalidade jurídica igual à admitida na Alemanha. As fundações não são definidas, no sentido que atualmente se confere ao vocábulo, como patrimônio (autônomo) e com alguma finalidade filantrópica.

Entre o final do século XVIII e o século XX, as fundações ressurgiram, expandiram-se e se consolidaram. O instituto fundacional foi naturalmente “exportado” para outros continentes, fixando-se na América do Norte, nos Estados Unidos e Canadá.

Benjamim Franklin, George Peabody e James Smithson são considerados os pioneiros das fundações americanas. Franklin doava grandes somas de dinheiro às cidades de Boston e Filadélfia em 1790, para empréstimos a jovens artífices; Peabody, instituidor do Peabody Education Fund, em 1867, destinou importâncias à educação dos estados do sul e do sudeste e Smithson foi o fundador do Smithsonian Institution inaugurado em 1846.

As fundações americanas aumentaram devido à necessidade da resolução de problemas sociais decorrentes da guerra civil (Secessão 1861/1865), que exigiram consideráveis esforços do governo e dos cidadãos norte-americanos.

As fundações americanas decorreram do progresso da economia, mas também de grandes fortunas concentradas nas mãos de algumas pessoas que, por concepção religiosa, ou por amor à humanidade, foi destinada às fundações, como forma de fazer com que a comunidade a que pertenciam participasse dessa riqueza. Ressalta-se também que ao lado do espírito público e cristão de alguns verdadeiros mecenas daquela época, havia as grandes empresas e sociedades comerciais que encontravam, amparadas na visionária legislação tributária norte-americana, os meios de diminuir seus lucros tributáveis a serem pagos ao Estado sob a forma de tributos, alegando pagamentos indiretos, já que os repassavam à comunidade diretamente em benefício social, com a criação e manutenção de unidades de ensino, de pesquisa, de saúde, de cultura e assistência social.

Coelho revela:

Mas a proliferação das fundações americanas é decorrência direta do extraordinário progresso econômico da nação americana, e, mais que isso, do fenômeno da concentração de riquezas incalculáveis em mãos de particulares, que se defrontam com a responsabilidade de fazer a comunidade a que pertenciam participar de frutos dessa riqueza: assim, uma extensa e valiosa rede de universidades, bibliotecas, museus, teatros, orquestras sinfônicas, hospitais, orfanatos etc. expandiu-se por toda a América do Norte e mesmo fora do país; paralelamente ao espírito público de alguns verdadeiros mecenas da época moderna, encontraram as grandes empresas industriais, na instituição fundacional, um meio de diminuição de lucros tributáveis, carreando com isso somas incalculáveis de dinheiro e bens que, ao invés de serem pagos diretamente ao Estado sob forma de tributos, configuravam espécie de pagamento indireto, já que ocorria em favor da comunidade, no amparo à pesquisa e ao ensino, no financiamento das atividades culturais e manutenção de necessitados, tudo isso incentivado por uma legislação inteligente e realmente voltada para o bem comum.⁹⁹

São exemplos: a Fundação Carnegie, criada em 1911; a Fundação Rockefeller, criada em 1913; a Fundação Ford e a Fundação W. K. Kellogg, criadas em 1930, com a finalidade de patrocinar pessoas ou instituições que realizassem trabalhos sociais nas áreas de voluntariado e de filantropia além de juventude, educação, saúde, desenvolvimento social e liderança.

Da Europa, o instituto fundacional também chegou a América Latina.

Na expressão de Rafael:

O primeiro esboço do instituto fundacional no Brasil data de 1738, quando Romão de Matos Duarte, solteiro milionário, achou por bem separar parte de seu patrimônio para formar “fundo” para auxiliar, exclusivamente, os expostos na “roda” que, a partir de seu gesto, passariam a ter tratamento digno, ao serem atendidos na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

Assim nasceu a “Fundação Romão de Matos Duarte”, funcionando paralelamente à Santa Casa do Rio, com patrimônio próprio, com finalidade de apoiar e proteger aos órfãos desvalidos cariocas.¹⁰⁰

Rafael complementa:

⁹⁹ Apud RAFAEL, op. cit., pp. 67 - 68.

¹⁰⁰ RAFAEL, op. cit., p. 68.

O instituidor, mais tarde denominado “benfeitor magno dos expostos”, por ser também mesário da Santa Casa, não lograva, ao longo dos anos, qualquer separação das entidades: a Fundação Romão de Matos Duarte foi sempre, por ignorância, comodismo ou falta de legislação adequada, mero apêndice da Santa Casa carioca. A despeito de patrimônio próprio (casa e dinheiro dado a juros), a despeito do nome “Fundação Romão de Matos Duarte” e mesmo da ala especial (Casa dos Expostos), no interior do hospital, a entidade não conseguia assumir a personalidade jurídica autônoma.¹⁰¹

Em 29 de janeiro de 1952, segundo relatos de Escragnole Dória, citado por Homero Sena e Clóvis Monteiro¹⁰², a pretensão do instituidor foi parcialmente atendida, ao designar-se uma pessoa distinta da Santa Casa para, como tesoureiro, tomar conta, administrar os bens, as dívidas e os afazeres da embrionária fundação, vindo inclusive a ter o referido ente um “Regimento Interno das Obrigações e Empregados da Casa dos Expostos”.

Senna e Monteiro acrescentam:

A rigor, o que Romão de Matos Duarte quis fazer, com suas doações para criação dos meninos expostos na Roda, foi instituir uma fundação, patrimônio afetado a determinado fim. Embora, ao que tudo indica, esse patrimônio tenha, desde 1752, administração autônoma, não foi destacado dos demais bens pertencentes à Santa Casa, que, em compensação, tomou a si o cargo de manter a Casa dos Expostos, dando-lhe, porém, o nome que, talvez, aos irmãos mesários tenha parecido mais sugestivo ou adequado, de Fundação Romão de Matos Duarte.¹⁰³

Da mesma forma, como registra Rafael, com maior ou menor vinculação, vários testamentos fora feitos nas cidades de São Paulo e Santos, como, de resto, em várias outras capitais dos Estados brasileiros onde existiam “Santas Casas de Misericórdia”, com legados (patrimônio) a servirem para tal ou qual objetivo (finalidade), previamente escolhido pelo próprio testador, mas que, na verdade, se tornou apenas um fundo, um mero apêndice da legatária.

¹⁰¹ Idem, p. 69.

¹⁰² SENNA, Homero; MONTEIRO, Clóvis Zobaran. *Das Fundações no Direito da Administração*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1970, pp. 183 - 184.

¹⁰³ Idem, pp. 185 - 186.

Entretanto, somente com o advento da Lei nº. 173, de 10.9.1903, foi atribuída personalidade jurídica às entidades com fins literários, científicos e religiosos, sendo que, em 1912, a “Nova Consolidação do Direito Civil”, de Carlos Augusto de Carvalho, já previa as fundações como pessoas jurídicas de direito privado.

Contudo, foi em 1916, com a entrada em vigor do Código Civil Brasileiro que foi consolidada a figura da fundação já existente em legislações esparsas.

No Brasil figuram como entidades fundacionais mais antigas: a Fundação Pão dos Pobres de Santo Antônio, em Porto Alegre, de 1867; o Abrigo Cristo Redentor no Rio de Janeiro, de 1923, destinado a prestar assistência a mendigos e a menores desamparados, e a Fundação Getúlio Vargas, de 1944, com a finalidade técnico-educativa especializada na organização nacional do trabalho.

Atualmente as fundações de direito privado sem fins lucrativos são reconhecidas como partes integrantes do conjunto de instituições que compõem o Terceiro Setor no Brasil, podendo ser entendidas como pessoas jurídicas organizadas com base na vontade de um indivíduo de prestar serviços sociais, e de utilidade pública a todos aqueles que delas necessitem.

Anteriormente as fundações eram constituídas apenas com fins caritativos, filantrópicos, educacionais, mas nos dias atuais tornaram-se fundações com fins diversificados como, por exemplo, intermediadoras entre as entidades públicas e as iniciativas privadas no setor do agronegócio, e para ilustrar, o seguinte subcapítulo abordará a Fundação do Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio.

2. Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio - Fundepag

De acordo com a revista *Fundepag & Negócios*¹⁰⁴, ao longo de 30 anos a Fundepag passou por três grandes períodos: o primeiro de 1978 a 1985, marcado pelo seu nascimento e sua modesta atuação; no segundo de 1985 a 2005, houve a reforma de sua estrutura organizacional e a transferência de suas instalações para a sede própria; e o

¹⁰⁴ 10, 20, 30 anos...Revista Fundepag & Negócios. Ano 2, n. 9, São Paulo, out./2008, p. 6.

terceiro período, de 2005 a 2008, caracterizou-se por uma grande e profunda alteração em seu organograma funcional, bem como pela conquista da certificação de qualidade da norma NBR ISO 9001:2000.¹⁰⁵

Com a necessidade do setor privado de desburocratizar o processo de realização de pesquisas agropecuárias feitas pelos órgãos públicos, e de criar um elo entre os institutos de pesquisa e a iniciativa privada, que funcionasse como um gestor administrativo-financeiro, nasceu, no dia 24 de outubro de 1978, a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio¹⁰⁶, uma entidade de pessoa jurídica, de caráter privado e altruísta, sem fins lucrativos.

A criação desta entidade teve a atuação decisiva do, então Secretário da Agricultura de São Paulo, Dr. Paulo da Rocha Camargo, que mobilizou as mais importantes pessoas do setor privado com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da pesquisa e tecnologia do setor da agropecuária

A Fundepag foi instituída a partir da iniciativa de grupos empresariais da indústria, comércio e das finanças: Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (COSESP), Banco Francês e Italiano para a América do Sul S/A (SUDAMERIS), Banco Comércio e Indústria de São Paulo S/A (COMIND), Banco Mercantil de São Paulo, Banco de Crédito Nacional (BCN), Banco Real, Banco Mercantil de São Paulo, Bolsa de Mercadorias de São Paulo, Metalúrgica Matarazzo e Unibanco Planejamento e Comércio Ltda, anexo 1.

Luiz Carlos dos Santos enfatiza a justificativa para a criação da Fundepag:

A relação entre os setores públicos e privados tem algumas amarras. Antes da Fundepag, era muito difícil realizar esse tipo de atendimento, porque os trâmites burocráticos eram complicados. Se existe uma fundação, esse processo é facilitado e acelerado.¹⁰⁷

¹⁰⁵ NBR ISO 9001:2000: Especifica requisitos para um Sistema de Gestão da Qualidade, em que uma organização precisa demonstrar sua capacidade para fornecer produtos que atendam aos requisitos do cliente, aos regulamentares legais, e objetiva aumentar a satisfação do cliente. A NBR ISO 9001 é a versão brasileira da norma internacional ISO 9001, que estabelece requisitos para o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) de uma organização, não significando, necessariamente, conformidade de produto às suas respectivas especificações. ISO é a sigla da Organização Internacional de Normalização (International Organization for Standardization), com sede em Genebra, Suíça, e que cuida da normalização (ou normatização) de produtos e serviços em nível mundial.

¹⁰⁶ Em outubro de 2007 a denominação da Fundepag passou a ser de Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa da Agropecuária para Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio.

¹⁰⁷ 10, 20, 30 anos...op. cit., p. 6.

A sua primeira instalação foi num espaço no Unibanco cedido pelo secretário, Dr. Paulo Egídio, e pelo Dr. Roberto Konder Bornhausen, então presidente da Associação dos Bancos do Estado de São Paulo.

No dia 8 de dezembro de 1978 foi realizada a primeira reunião do Conselho de Administração, com a aprovação do Regimento Interno da Fundação, tendo a princípio as missões de: promover, tanto junto à iniciativa governamental como junto à iniciativa privada, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia aplicadas ao campo da agropecuária, em todas as suas formas de manifestação, indo da pesquisa experimental à industrial de seus produtos, notadamente daqueles suscetíveis à alimentação humana, tornando mais acessível ao bem comum a realização e os resultados das pesquisas, estudos, investigações, descobertas, projetos e técnicas incidentes nessa área.

Do período de 1978 a 1985 a atuação da Fundepag não foi tão expressiva, se comparada com o potencial que poderia representar. Não pôde estabelecer um relacionamento mais profundo entre os institutos e a iniciativa privada, porém chegou a financiar alguns projetos. Luiz Carlos dos Santos explica: “Apesar de ser o seu maior objetivo, isso não ocorreu em função da estrutura reduzida que possuía.”¹⁰⁸

A partir de 1985 houve uma atualização estatutária que resultou na criação de uma diretoria executiva e na contratação de pessoal, assim possibilitando o funcionamento mais ativo da Fundepag.

Em 15 de dezembro de 1989 a Fundepag, através do Projeto-de-Lei 614/88 aprovado pela Assembléia Legislativa, foi declarada uma entidade de utilidade pública. Posteriormente esse projeto-de-lei foi transformado na Lei nº. 6.676, em 15 de fevereiro de 1990.

Sua sede foi transferida provisoriamente para as dependências do Parque da Água Branca, cedidas pela Secretaria da Agricultura em 1995, e posteriormente a Fundepag transferiu-se para a sua sede própria e atual, localizada no bairro da Barra Funda, na capital de São Paulo.

O ano de 2005 marcou o início da transformação da Nova Fundepag. Houve uma profunda alteração em seu organograma funcional e ampliou-se o quadro de funcionários, com intensivos treinamentos para a consolidação de sua equipe em consequência, ampliaram-se também as instalações da sede e investiu-se em máquinas e equipamentos de informática.

¹⁰⁸ *Idem.*

Houve a criação de gerências intermediárias compostas pela Gerência de Recursos Humanos, Gerência de Qualidade (devido à gestão do ISO 9001:2000), Gerência de Negócios e a Gerência Administrativa Financeira, pois a diretoria tinha apenas um secretário.

Até dezembro de 2007, a estrutura da Fundepag contabilizava 21 funcionários na sede e 326 alocados nos institutos de pesquisa.

Foi contratada uma empresa especializada em consultoria de gestão organizacional para auxiliar nessa reestruturação, e essa contratação resultou, em 12 de maio de 2006, a recomendação para a certificação da norma NBR ISO 9001:2000 pela Det Norske Veritas (DNV), tornando a Fundepag uma das raras fundações a possuírem este tipo de certificação.

Santos se manifesta sobre a Nova Fundepag:

Hoje, conseguimos uma atuação mais eficiente, pois os problemas dos institutos de pesquisa são os mesmos de quando a Fundepag foi criada. O Estado não tem todos os recursos para bancá-los, por isso, eles precisam gerar seus recursos próprios a partir dos negócios. Então, os institutos de pesquisa vão buscá-los junto aos outros órgãos federais, às agências de fomento e à iniciativa privada. E a Fundepag faz a gestão disso.¹⁰⁹

As perspectivas para o futuro da Fundepag são relatadas por seus conselheiros:

Na opinião de Ricardo Mariano Marcondes Ferraz:

Em relação ao futuro, devemos ressaltar que com a consciência e a atuação firme como núcleo impulsionador do agronegócio no Estado de São Paulo, a FUNDEPAG, ocupará o papel da alavanca nos processos de inovação e desenvolvimento tecnológico, tornando-se o principal agente de agregação das necessidades de pesquisa e desenvolvimento, bem como de atualização e reformulação dos parques tecnológicos ligados ao agronegócio. Dessa forma, a FUNDEPAG, estará no topo da lista, como entidade a favor da evolução das cadeias produtivas do agronegócio paulista.¹¹⁰

¹⁰⁹ Idem, p. 7.

¹¹⁰ FERRAZ, Ricardo Mariano Marcondes. *O papel renovador da Fundepag*. Revista Fundepag & Negócios. Ano 1, n. 1, São Paulo, ago./2006, p. 14.

Ferraz ainda complementa suas perspectivas com o desejo de atuar cada vez mais junto aos institutos para viabilizar pesquisas de grande utilidade social, ou seja, no seu ponto de consolidação. A pesquisa deve chegar ainda mais ao produtor e a quem possa se beneficiar com os resultados dela, sendo uma fonte permanente e atual para que seja aproveitada em sua total potencialidade.¹¹¹

Na concepção de Antônio Álvaro Duarte de Oliveira:

Para o futuro, necessariamente, devemos imaginar que, como catalisadores das relações entre as organizações públicas e privadas, teremos que evoluir do papel de administradores para o de provedores em um ambiente com constante evolução e, priorizar nossa união social em introduzir qualidade ao agronegócio brasileiro, através da ciência e tecnologia.¹¹²

Para Américo Utumi:

Pelo fato do Brasil ser o grande candidato a celeiro mundial de alimentos, abre-se a oportunidade de sermos os atores principais desse cenário, no qual consumidores de todo o mundo dependerão de nossos produtos. Urge, portanto, nos prepararmos para esse desafio e iniciarmos um processo de agregar valor aos insumos agrícolas brasileiros e exportá-los. A Fundepag poderá exercer o papel de assistir os produtores a alcançar este desiderato.¹¹³

Na visão de Antônio de Paiva Neto, a Fundepag continuará participando das atividades científicas mais importantes para o agronegócio brasileiro, tendo a certeza de que aumentará ainda mais seu prestígio, trabalho e produção em benefício da agricultura do País.¹¹⁴

¹¹¹ Idem. *Perspectiva para o futuro*. Revista Fundepag & Negócios. Ano 2, n. 9, São Paulo, out./2008, p. 10.

¹¹² OLIVEIRA, Antônio Álvaro Duarte de. *Novos Paradigmas*. Revista Fundepag & Negócios. Ano 1, n. 1, São Paulo, ago./2006, p. 20.

¹¹³ UTUMI, Américo. *Perspectiva para o futuro*. Revista Fundepag & Negócios. Ano 2, n. 9, São Paulo, out./2008, p. 10.

¹¹⁴ PAIVA NETO, Antônio de. Idem, p. 10.

Carlos Roberto Corrêa Ferreira afirma:

Dentro do varejo alimentar, que é o elo mais próximo o consumidor, o desenvolvimento do agronegócio é de suma importância. Pretendemos auxiliar a Fundepag no encaminhamento de ações de relevância para o fomento de pesquisa que propiciem produtos melhores e mais saudáveis, embalados corretamente e comercializados de maneira justa.¹¹⁵

Luiz Sutti comenta sobre o papel relevante da Fundepag:

É imprescindível para o agronegócio brasileiro elevar o nível de competitividade no setor, com base no aumento da produtividade e na melhoria da qualidade e da sanidade dos produtos. Tem ficado cada vez mais patente a necessidade de investimentos nessas áreas, dando contornos extremamente positivos às perspectivas da Fundepag, que deve ter – e terá – papel relevante, pois é um instrumento de fomento à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I).¹¹⁶

Antônio Batista Filho ressalta a ação da Fundepag para atender à pesquisa da agropecuária do Estado de São Paulo:

Apesar dos grandes avanços obtidos no setor de agronegócio, que contaram com o apoio imprescindível da Fundepag, ainda há um longo caminho a ser percorrido. Diante da complexidade dos desafios a serem enfrentados, a Fundepag deve lutar cada vez mais em busca de recursos para atender à pesquisa agropecuária do nosso Estado.¹¹⁷

Nilda Tereza Cardoso de Mello acredita que a Fundepag deve atuar de forma cada vez mais contundente na oferta de estudos e serviços de qualidade para o

¹¹⁵ FERREIRA, Carlos Roberto Corrêa. Idem, p. 10.

¹¹⁶ SUTTI, Luiz. Idem, p. 11.

¹¹⁷ BATISTA FILHO, Antônio Batista. Idem, p. 11.

setor de agronegócio, sempre de maneira responsável, visando ao desenvolvimento econômico, social e ambiental.¹¹⁸

Paulo Bardauil comenta:

Hoje, a Fundepag é uma prestadora de serviços para os institutos de pesquisa. Para os próximos anos, a Fundepag deve focar mais no cliente, buscar parceiras, oportunidades de negócios e investir na prospecção de novos mercados.¹¹⁹

Para Moacyr Saraiva Fernandes:

A Fundepag, dentro da sua missão de integração entre a demanda e a oferta técnico-científica brasileira, será um instrumento de apoio e fomento a estudos que reduzam perdas e desperdícios e aumentem a segurança da cadeia produtiva de frutas. Também deve promover e incentivar a adoção de estratégias para a inserção brasileira em redes internacionais de pesquisa e desenvolvimento.¹²⁰

De acordo com as citações acima, a perspectiva para o futuro da Fundepag fundamenta-se em evoluir da condição de facilitadora de negócios para a de provedora ou indutora de empreendimentos nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, sempre buscando no mercado as demandas por novos negócios e agenciando a participação de equipes multidisciplinares para o planejamento e desenvolvimento de projetos.

Conforme o estatuto, a Fundepag tem como objetivo social o desenvolvimento da pesquisa e o aprendizado e ensino na área do agronegócio, e para o alcance de seu objetivo social a Fundepag tem por finalidades: promover estudos voltados à inovação, ciência e tecnologia, buscando soluções do setor produtivo em geral; proporcionar ao setor privado um instrumento institucional de co-participação na programação de pesquisa e apoio financeiro à realização de pesquisas, notadamente as de interesse do agronegócio e setores afins; promover e colaborar no desenvolvimento de cursos, incluindo os de pós-graduação e especialização, promovidos por entidades

¹¹⁸ MELLO, Nilda Tereza Cardoso de. Idem, p. 12.

¹¹⁹ BARDAUIL, Paulo. Idem, p. 12.

¹²⁰ FERNANDES, Moacyr Saraiva. *Perspectiva para o futuro*. Revista Fundepag & Negócios. Ano 2, n. 9, São Paulo, out./2008, p. 11.

públicas, privadas ou nacionais e/ou internacionais; colaborar em programas de desenvolvimento, estabelecidos pelos governos federal, estadual e municipal; e ainda voltar-se à promoção: de segurança alimentar, defesa, preservação e conservação do meio ambiente, atuação na área de recursos hídricos, florestais e promoção do desenvolvimento sustentável; à experimentação, sem fins lucrativos, de novos modelos socioeconômicos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; aos estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos; a apoiar projetos culturais de incentivo à formação artística e cultural, fomento à produção cultural e artística, preservação e difusão do patrimônio artístico, cultural e histórico, e estímulo ao conhecimento dos bens e valores culturais de interesse das instituições de pesquisa científica e tecnológica.

Buscando atingir o objetivo social e suas finalidades, a Fundepag procura desenvolver as seguintes atividades: aplicar e gerir em programas e projetos culturais e de pesquisa científica e tecnológica, executados por Institutos de Pesquisa Públicos Pesquisa e privados; promover cursos especiais ou regulares para o treinamento e aperfeiçoamento de estudantes, especialistas, profissionais da iniciativa privada e servidores públicos devotados à geração e difusão de conhecimentos; fornecer ajuda de custo e/ou conceder bolsas de estudo, de ensino e de extensão, para estudantes, especialistas, profissionais da iniciativa, e para servidores públicos; conceder prêmios de estímulo a técnicos que tenham contribuído, de maneira notória, para o desenvolvimento do agronegócio no País; aplicar suas disponibilidades financeiras em títulos e valores mobiliários ou em outros bens que possam produzir renda financeira ou ganho de capital; receber legados, doações e contribuições; celebrar contratos, convênios, ajustes e acordos com pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais, estrangeiras e internacionais; intermediar e prestar colaboração em trabalhos e serviços tecnológicos, a serem desenvolvidos entre organizações públicas e privados, visando ao desenvolvimento tecnológico do País; prestar serviços de assessoramento técnico na seleção, elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos de pesquisa, para instituições brasileiras, públicas ou privadas; contratar pessoal auxiliar para suprir suas necessidades administrativas; contratar pessoal técnico e auxiliar para suprir de modo específico as necessidades das instituições de pesquisa, no desenvolvimento de suas atividades; receber bens, móveis ou imóveis, dinheiro ou valores, a título de

remuneração por serviços prestados em decorrência de contratos, convênios, acordos ou ajustes celebrados, e praticar quaisquer atos compatíveis com seu objeto social e respectivas finalidades e voltados à consecução destas.

A principal missão da Fundepag consiste em fazer a gestão com excelência, da parceria entre instituições públicas e a iniciativa privada, de modo a propiciar o desenvolvimento científico e tecnológico para o País, viabilizando as operações e ampliando os negócios dos nossos clientes.

A Fundepag atua em diversas áreas do agronegócio, como: aves; bovinos de corte; bovinos de leite; búfalos; café; carnes; chocolates, balas e confeitos; grãos e fibras; hortícolas; laticínios; ovinos; pastagens; biotecnologia; ecofisiologia; embalagens; engenharia genética; fotossanidade; melhoramento animal; melhoramento vegetal; microbiologia dos alimentos; nutrição e alimentação animal; química dos alimentos; recursos e proteção ambiental.

3. Estrutura Organizacional: Fundepag

A elaboração da estrutura organizacional é uma ferramenta básica para alcançar situações almejadas pelas empresas e deve ser delineada de acordo com os objetivos e as estratégias estabelecidas por elas. Djalma de Pinto Rebouças de Oliveira afirma que a organização da empresa consiste na ordenação e no agrupamento de atividades e recursos, visando ao alcance de objetivos e resultados estabelecidos.¹²¹

Conforme já mencionado, em 2005 houve uma profunda e significativa alteração na estrutura organizacional e física para atingir os objetivos e as estratégias definidas pela Fundepag e no dia 30 de agosto de 2006 houve a atualização do estatuto onde ficou definido:

¹²¹ OLIVEIRA, Djalma de Pinto Rebouças de. *Sistemas, organização & métodos: uma abordagem gerencial*. 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 84.

O Conselho será composto por Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria e Gerência. O mandato dos Conselhos e da Diretoria será de 3 anos, admitida uma recondução.

O Conselho Deliberativo é constituído por 21 membros, composta por 7 representantes de instituições públicas e privadas de pesquisa técnico-científica relacionadas ao setor do agronegócio, sendo, no mínimo, 4 representantes de instituições públicas; 7 representantes de entidades da iniciativa privada, relacionadas ao setor do agronegócio; 7 especialistas em atividades relacionadas ao agronegócio.

São de competência do Conselho Deliberativo: observar e fazer cumprir o Estatuto e o Regimento Interno da Fundepag; eleger o presidente e os membros do Conselho, nas formas dos incisos I, II, III e do § 3º. do artigo 13º. do Estatuto; escolher a Diretoria da Fundepag; deliberar sobre a aceitação de doações com encargos; deliberar sobre contratos de gestão, planos e programas de trabalho e respectivos orçamentos propostos anualmente pelo direto presidente; deliberar sobre o relatório geral das atividades e a prestação de contas da Diretoria em cada exercício; autorizar a alienação, oneração ou gravame de bens imóveis da Fundepag; aprovar o Regimento Interno da Fundepag; deliberar, como e última instância, em recursos contra os atos da Diretoria, nos termos do Regimento Interno; aprovar a alteração do Estatuto promovida, em conjunto com a Diretoria, respeitadas as disposições do artigo 33º.; deliberar sobre a extinção da Fundepag, observando-se o disposto no artigo 3º. e deliberar sobre os casos omissos.

O Conselho Fiscal é constituído por 3 membros e seus respectivos suplentes, eleitos pelo Conselho Deliberativo. Compete ao Conselho fiscal examinar os livros de escrituração da Fundepag; opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade; requisitar à Diretoria, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Fundepag; opinar sobre a contratação dos auditores externos independentes devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários, para exame das demonstrações financeiras de cada exercício; aprovar e acompanhar o trabalho, verificando o cumprimento das recomendações e ajustes quando necessários.

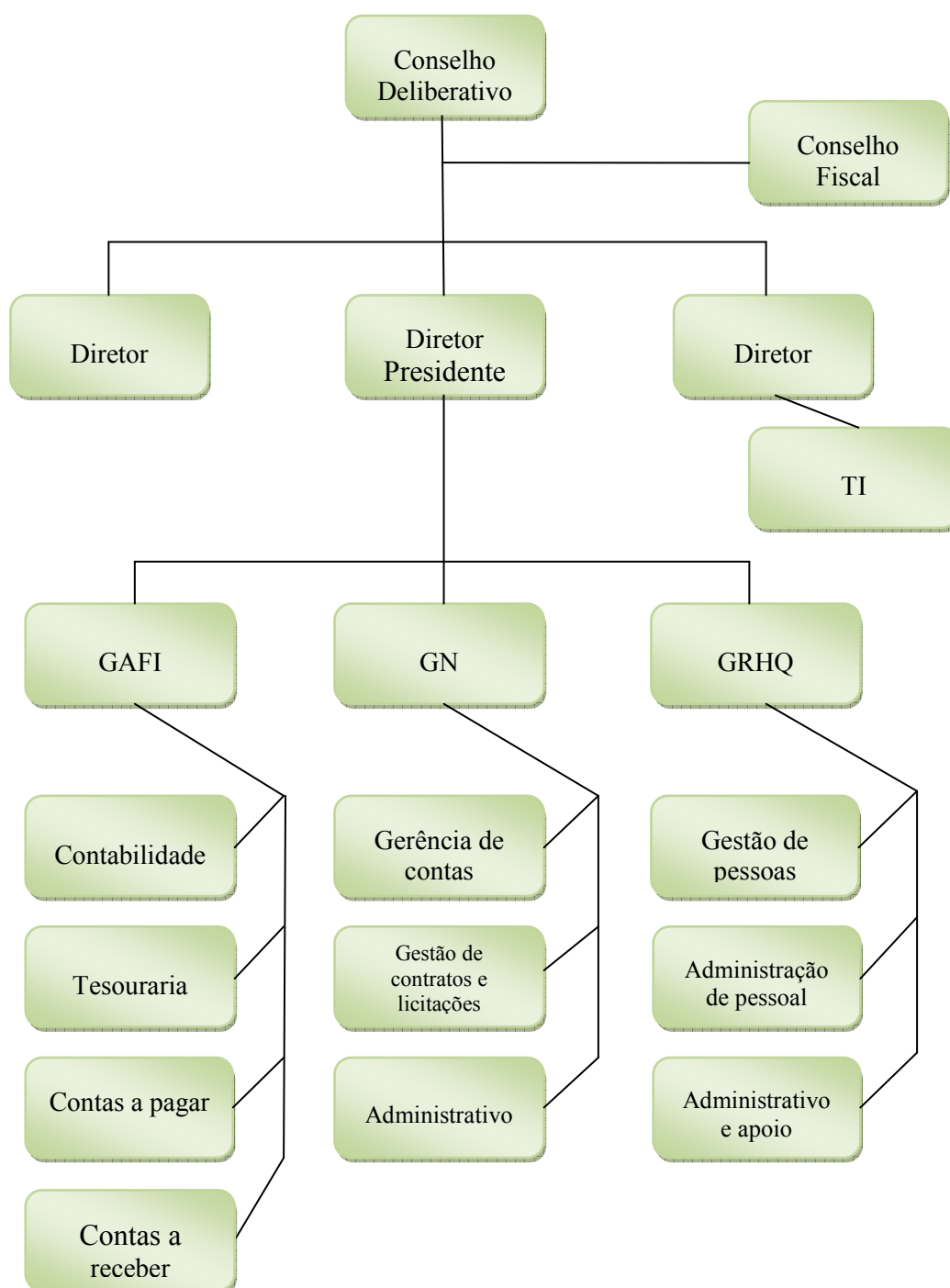
A administração da Fundepag será representada por uma diretoria constituída de um diretor-presidente e dois diretores com mandato de 3 anos, podendo ser renovado. Competem à Diretoria todos os atos necessários para assegurar o

funcionamento regular da Fundepag, especialmente: submeter à deliberação do Conselho Deliberativo projeto de Regime Interno da Fundepag; aprovar o quadro efetivo, as tabelas salariais e o Regulamento de Pessoal da Fundepag, bem como efetivar a contratação do pessoal do quadro operacional da Fundepag; aprovar as normas sobre aquisição alienação de bens móveis e imóveis, respeitando as disposições do artigo 9º. e do artigo 16º, inciso VII; aprovar normas para contratação e execução de obras e serviços; submeter à deliberação do Conselho Deliberativo, até dezembro de cada ano, plano de trabalho e proposta orçamentária para o exercício seguinte e, tempestivamente, qualquer alteração que se fizer necessária; submeter à deliberação do Conselho Deliberativo, até 31 de março de cada ano, os relatórios finais e a prestação de contas da Fundepag referentes ao exercício findo; aprovar a instalação de representação em outros municípios; autorizar a aquisição, alienação, arrendamento, cessão, oneração ou gravame de bens móveis; emitir, aceitar, endossar e avalizar letras de câmbio, duplicatas, notas promissórias, cheques, bem como realizar transações financeiras e securitárias; reunir-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum; enviar ao Ministério Público as Atas de Reuniões do Conselho Deliberativo; aprovar, definir, modificar e extinguir, conforme a necessidade, o programa de bolsas de ensino, de pesquisa e de extensão necessárias para o desenvolvimento da atividade prevista no artigo 6º., IV, do Estatuto.

Compete ao diretor-presidente representar a fundação ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; constituir procuradores, devendo constar do instrumento respectivo o prazo de validade para uso dos poderes conferidos, salvo nos mandatos “ad judicium”; presidir as reuniões da Diretoria; solicitar a convocação extraordinária do Conselho Deliberativo; autorizar admissões, transferências, re-enquadramento, promoções, remanejamentos, alterações salariais, punições e demissões de pessoal, de acordo com as normas e regulamentos em vigor e os limites do Quadro de Pessoal aprovado, podendo delegar, no todo ou em partes, essas atribuições, como observado no artigo 23, inciso II do Estatuto; autorizar a celebração de cauções, transações, acordos e renúncia de diretores; promover, contratar e superintender estudos, projetos e demais serviços técnicos; praticar todos os demais atos de gestão que não sejam atribuídos por este Estatuto ao Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal ou à Diretoria, propondo a esses órgãos as medidas que dependem de sua aprovação e cumprir e fazer cumprir este Estatuto, o Regime Interno e as Deliberações do Conselho Deliberativo.

A gerência é composta por Gerência Administrativo-Financeira, cabendo-lhe a execução da gestão administrativo-financeira da fundação, incluindo a arrecadação, guarda do dinheiro e valores e demais serviços a ela atinentes, competindo-lhe ainda o pagamento das despesas ordenadas pela Diretoria nos termos do Estatuto, além de zelar pelo patrimônio e de manter sob sua guarda os documentos da Fundepag; à Gerência de Negócios cabe a gestão dos negócios da Fundepag, incluindo o apoio aos Institutos de Pesquisas e seus usuários na prospecção de oportunidades que dinamizem a transferência de tecnologia gerada ao setor produtivo; à Gerência de Recursos Humanos e Qualidade cabe submeter à Diretoria os critérios de contratação e os níveis de remuneração dos integrantes do corpo administrativo; propor à Diretoria, anualmente, as bases da política salarial para o pessoal integrante do corpo administrativo, assim como os critérios de promoção e demissão; propor à Diretoria, anualmente, um programa de desenvolvimento e treinamento para formação e capacitação do pessoal do quadro operacional e de gestão da Fundepag, podendo, em parte, ser extensivo aos funcionários dos Institutos de Pesquisa, membros da Fundepag e do Conselho Deliberativo, e fazer a gestão do programa de qualidade que a Fundepag vier a desenvolver, com toda as ações dele decorrentes.

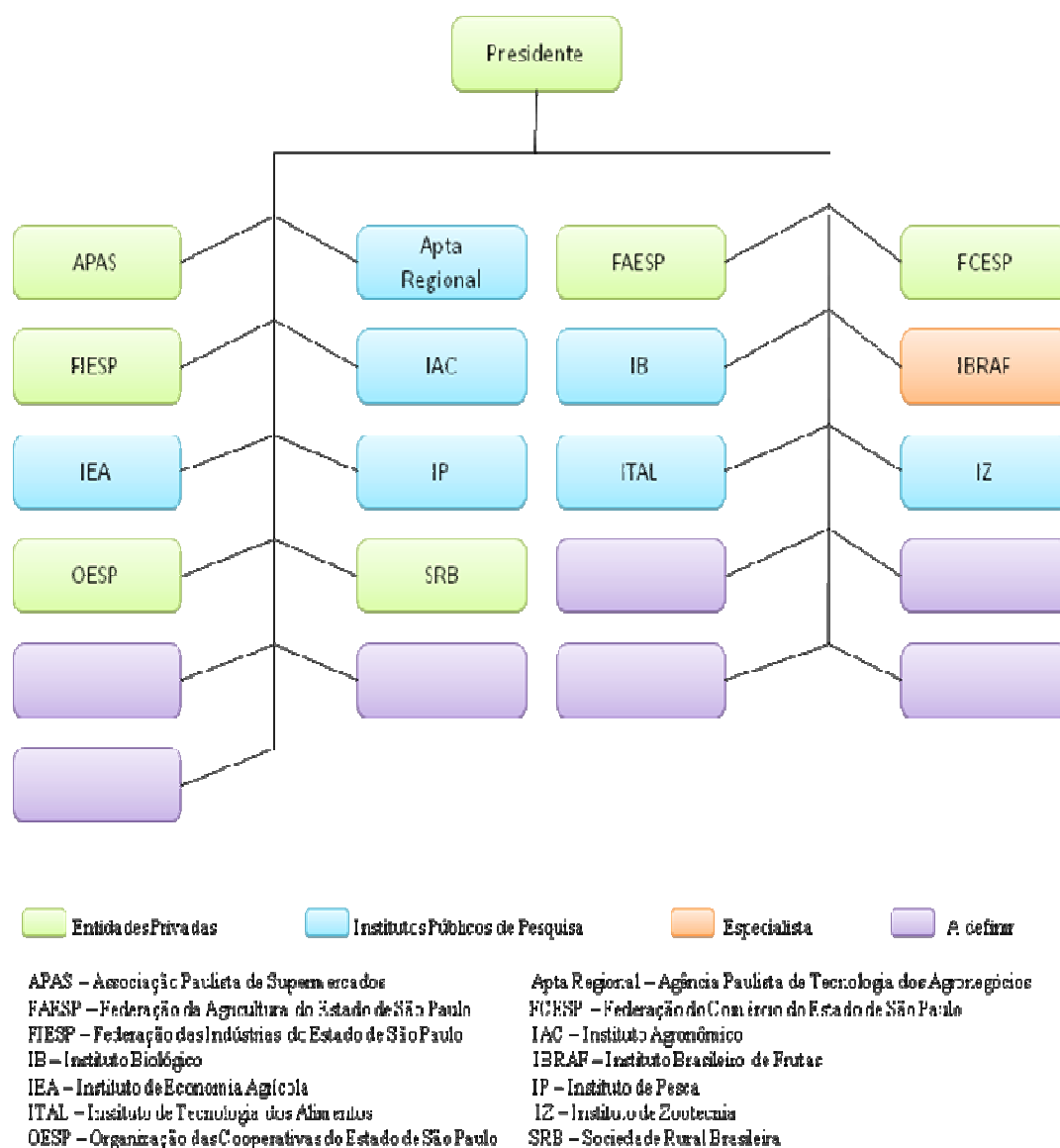
Figura 15 - Estrutura organizacional da Fundepag em 2008



GAFI – Gerência Administrativo-Financeira / GN – Gerência de Negócios /
GRHO – Gerência de Recursos Humanos e Qualidade

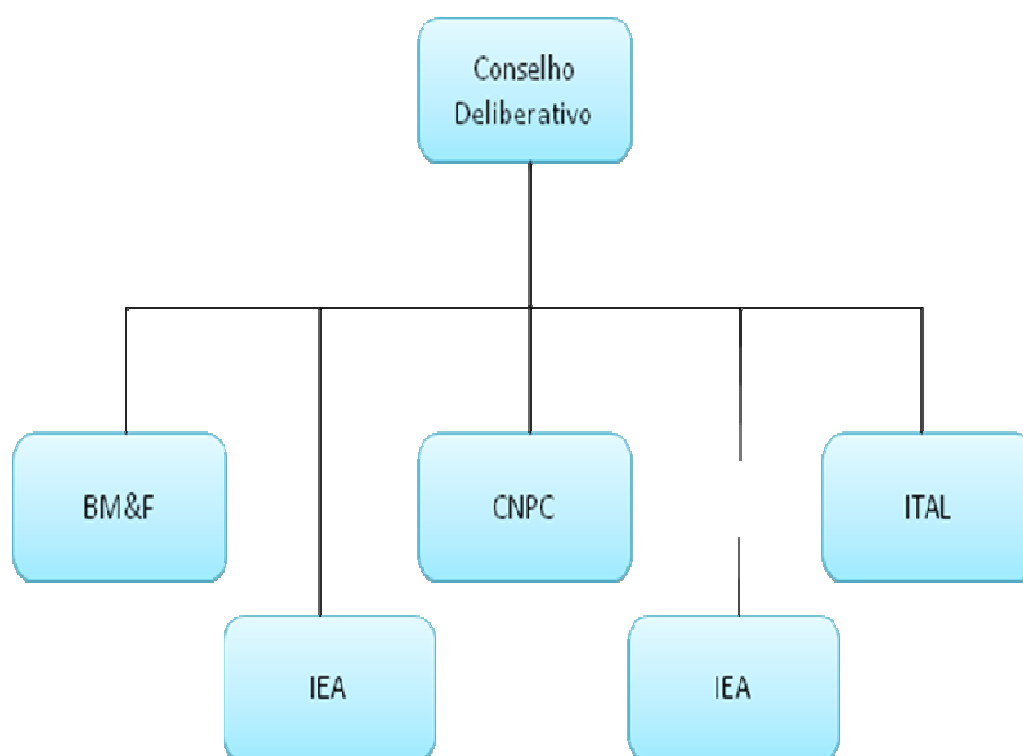
Fonte: Dados da Fundepag, elaborada pelo autor.

Figura 16 – Estrutura organizacional do Conselho Deliberativo em 2008



Fonte: Dados da Fundepag, elaborada pelo autor.

Figura 17 – Estrutura organizacional do Conselho Fiscal em 2008



BM&F – Bolsa de Mercadorias & Futuros de São Paulo

CNPC – Conselho Nacional de Pecuária de Corte

IEA – Instituto de Economia Agrícola

ITAL – Instituto de Tecnologia de Alimentos

Fonte: Dados da Fundepag, elaborada pelo autor.

A nova estrutura organizacional e a atualização do estatuto poderão proporcionar à Fundepag melhor gestão de contratos e maior atuação entre os setores público e privado.

Encontram-se instituições que têm dificuldades de atingir seus objetivos e suas metas. Muitas delas não sabem nem o que querem. Uma das grandes diferenças entre as que alcançam seus objetivos e as que não conseguem pode ser explicada pelo fato de que os pensamentos e sentimentos ajustados e focados nas suas expectativas promovem o poder de mudar suas instituições, e o instrumento essencial para atingir seus objetivos e suas metas é através do plano estratégico de negócios.

Peter Ferdinand Drucker faz esta consideração:

É o processo contínuo de, sistematicamente e com o maior conhecimento possível do futuro contido, tomar decisões atuais que envolvam riscos; organizar sistematicamente as atividades necessárias à execução dessas decisões; e, através de uma retroalimentação organizada e sistemática, medir o resultado dessas decisões em confronto com as expectativas almejadas.¹²²

A idéia de planejamento estratégico é compreendida por Antônio Marchiori, *et al.*:

O planejamento deve ser visto como um processo contínuo, porque o futuro tende a ser diferente no passado. O processo de planejar envolve um modo de pensar, com questionamento sobre o que fazer, como fazer, quando, para quem, por quê, por quem e onde. No processo de planejamento deve hierarquizar os objetivos estabelecidos e procurar alcançá-los em sua totalidade, tendo em vista a interligação entre eles.¹²³

Um dos interesses centrais do planejamento estratégico é a definição dos negócios em que a organização está no presente e pretende estar no futuro. É como uma resposta consistente a oportunidades e ameaças externas e forças e fraquezas internas, com a finalidade de alcançar e manter um desempenho competitivo.

De acordo com esta perspectiva, a motivação do plano estratégico é alcançar um desempenho que seja bom e, ao mesmo tempo, autosustentável a longo prazo, em relação aos competidores ou aos parceiros-chave da instituição, em todos os negócios dos quais ela participa.

Esta dimensão do planejamento estratégico está presente nas modernas metodologias utilizadas para apoiar a busca por uma posição competitiva favorável. Reconhece que a vantagem competitiva resulta de um profundo conhecimento dos fatores internos e externos que impactam a organização. Externamente, tem-se que identificar as tendências e a atratividade do ambiente de atuação da organização e as características dos principais competidores (atuais ou potenciais). Isto indica oportunidades e ameaças a serem consideradas. Internamente tem-se que avaliar as

¹²² DRUCKER, Peter Ferdinand. *Introdução à Administração*. 3ª. ed. São Paulo: Pioneira, 1998, p. 136.

¹²³ MARCHIORI, Antônio; *et al.* *A pirâmide invertida e o barril de Liebig: planejamento estratégico e desenvolvimento local sustentável*. Anais do congresso brasileiro de assistência técnica e extensão rural. Edição de José Carlos de Moura e Victor André de Argollo Ferrão Netto. Piracicaba: FELAQ, 2005, p. 114.

capacidades da instituição e dos seus órgãos, que produzem forças a serem desenvolvidas e preservadas, bem como deficiências ou fraquezas que devem ser eliminadas e corrigidas.

Nesta perspectiva, a Fundepag, em 2005, elaborou o seu primeiro plano estratégico de negócios com a finalidade de a entidade alcançar um equilíbrio viável entre seu ambiente externo e suas aptidões internas. O plano não é visualizado como algo passivo, que apenas responde às oportunidades e ameaças apresentadas pelo ambiente externo, mas sim como uma "ferramenta" gerencial ativa, adaptando contínua e ativamente a Fundepag para fazer face às demandas de um ambiente em mudança.

Segundo o *Boletim Fundepag & Negócios*:

Trabalhar com a visão clara de onde se quer chegar, medir e monitorar as ações e atividades, bem como seus impactos, são coisas que de fato permitirão o gerenciamento eficaz do negócio. Além disso, a gestão através do Plano cria uma cultura mais positiva e realista de gerenciamento, uma vez que se baseia em fatos e dados e na visão sistêmica do negócio, ajudando de forma significativa a tomada de decisão. Conhecer as opiniões dos clientes (através de pesquisas anuais de satisfação) ajudará a realizar os “acertos de percurso”, dando o dinamismo e a vitalidade do Plano, validando-o enquanto orientador das ações estratégicas.¹²⁴

O plano estratégico de negócio foi definido em quatro fatores críticos de sucesso, com suas ações estratégicas e operacionais ou objetivos das áreas, e assim também definidos os responsáveis, os indicadores e/ou metas e prazos.

O primeiro fator crítico de sucesso é o crescimento e manutenção da Fundepag, sendo de responsabilidade do diretor-presidente.

A ação estratégica é aumentar o resultado do exercício, com base no ano de 2004, em igual ou maior que 8% por ano, de 2005 a 2007. Aumentar o índice de eficiência da administração¹²⁵, aumentar a receita operacional por cliente e aumentar a receita bruta de contratos.

As ações operacionais ou objetivos das áreas consistem em: a) incrementar novos negócios e aperfeiçoar os acordos vigentes no setor do agronegócio e em outros segmentos e instituições; b) constituir nova Comissão de Finanças com Plano Diretivo

¹²⁴ A importância do plano estratégico para o negócio da Fundação. Boletim da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa Agropecuária. Ano II, n. 5, São Paulo, jan./fev./2005, p. 4.

¹²⁵ Fórmula receita administrativa de contratos / despesas administrativas.

definido; c) aumentar o número de contratos com os institutos da Agência Paulista de Tecnologia do Agronegócio, Instituto Botânico e Instituto Pasteur; d) apresentar aos institutos as características da Nova Fundepag.

O segundo fator crítico de sucesso é a gestão e liderança, sendo de responsabilidade da Gerência de RH e Qualidade.

Ação estratégica é incrementar o relacionamento com clientes internos e externos: aumentar o índice de satisfação dos clientes nos institutos de pesquisas e os colaboradores da Fundepag. A meta de satisfação é igual ou maior que 70% para o ano de 2005, igual ou maior que 80% para o ano de 2006, e igual ou maior que 84% para o ano de 2007.

As ações operacionais ou objetivos das áreas consistem em: a) reavaliar a atual composição do Conselho da Fundepag; b) revisar o estatuto e o regimento interno; c) definir novos papéis para os conselheiros e diretores; d) definir o plano de reuniões periódicas entre a diretoria da Fundepag e a diretoria dos Institutos; e) implantar cronograma de reuniões periódicas entre os diretores, funcionários e gerentes, e f) avaliar a necessidade da criação de um plano de comunicação abrangente.

O terceiro fator crítico de sucesso consiste em produtos e serviços para os clientes, sendo de responsabilidade da Gerência de Negócios.

A ação estratégica é definida para atender plenamente aos atuais requisitos dos clientes quanto aos processos de crédito e cobrança, atuar junto aos clientes como assessores para os negócios, serviços e produtos, e aumentar X% o número de contratos com valor nominal maior ou igual a R\$ 50 mil reais. Os indicadores e metas são eficiência do processo de crédito e cobrança maior ou igual a 98%, índice de não conformidades menor ou igual a 5%, e índice de contratos com parcela em atraso menor ou igual a 3%.

As ações operacionais ou objetivos das áreas consistem em: a) readequar os sistemas de informatizados da Fundepag em: a1) revisão das atuais atividades, processo informatizados, frente às necessidades e demandas dos clientes, e a2) informatização dos processos de contratos, documentação e relacionamento com o cliente; b) criar formulário de requisitos de entrada do cliente para realizar análise crítica prévia, e c) definir e obter aprovação do cliente nos procedimentos de trabalho da Fundepag.

O quarto fator crítico de sucesso é a estrutura, sendo de responsabilidade da Gerência de RH e Qualidade.

A ação estratégica é definida para implantar o processo de transformação organizacional, tendo como meta o organograma implantado e equipe treinada com prazo para setembro de 2005; adotar um Sistema de Gestão Estratégica (SGE) que permita o gerenciamento dos resultados e dos negócios, tendo como meta a certificação ISO 9000:2000, com prazo estipulado para dezembro de 2005, e manter a certificação do SGE para os próximos anos.

As ações operacionais ou objetivas das áreas consistem em capacitar a equipe dos gestores dos Institutos de Pesquisas nas práticas da gestão colaboradora e de negócios, e recuperar pessoas-chave nos institutos de pesquisas.

No final do ano de 2007 foi elaborado um novo plano estratégico de negócios pelas gerências, referentes ao ano de 2008, com o objetivo de atingir os objetivos e metas definidas pela Fundepag.

No entender de Fábio Penna Firme Curto:

O planejamento estratégico para este ano converge para a consolidação de novas unidades estratégicas de negócios, o Ensino a Distância (EAD) e a Consultoria Fundepag.

Através do EAD, serão desenvolvidos cursos de curta, média e longa duração, possibilitando uma maior integração entre as áreas de pesquisa, desenvolvimento e inovação, que poderão apresentar seus resultados e transferir conhecimentos por meio de treinamentos e capacitação profissional.

A consultoria iniciará processos de certificação de competências para diversas áreas do agronegócio brasileiro, permitindo uma maior flexibilidade e confiabilidade na contratação de pessoal para os setores envolvidos.¹²⁶

A elaboração do plano estratégico de negócios da Fundepag em 2007 possibilitou a criação de duas novas unidades de negócios, com uma análise mais consistente através dos resultados realizados em 2007. Além de definirem os novos fatores críticos de sucesso e suas ações estratégicas e operacionais ou objetivos das áreas, foram também definidos os responsáveis, os indicadores e/ou metas e prazos para 2008.

¹²⁶ CURTO, Fábio Penna Firme. *Obstáculos superados, metas atingidas*. Revista Fundepag & Negócios. Ano 2, n. 6, São Paulo, jan./2008, p. 14.

A gestão de contratos e o planejamento estratégico de negócio devem envolver questões relacionadas à capacidade de promover as competências internas necessárias da organização, de seus recursos humanos e de sua infra-estrutura, no sentido de responder às exigências impostas pelo contexto externo.

O plano estratégico da Fundepag está relacionado diretamente às diretrizes que dizem respeito aos procedimentos gerenciais de controle e planejamento, de apoio, de gestão de problemas, objetivos ou desafios que mudam a rotina institucional. O resultado do estabelecimento destas diretrizes estaria vinculado ao modelo de gestão de contratos, que em conjunto formam a capacidade institucional dinâmica da fundação.

A percepção das tendências sobre as possíveis transformações no contexto externo, que podem envolver o meio em que a organização encontra inserida, deve estar implícita no processo de gestão de contratos, desenvolvimento de estratégias, formação de parcerias e integração entre os demais agentes que participam do contexto interno e/ou externo. Desta forma, torna-se necessário definir os parceiros, os usuários, os clientes e os benefícios, a fim de que sejam estabelecidas parcerias e relações com o ambiente externo.

As ações integradas às influências anteriores constatadas podem contribuir ou moldar características futuras, e este processo de construção pode resultar no sucesso dos atores envolvidos.

Para tanto, as instituições deveriam criar um mecanismo de monitoramento das atividades externas, objetivando formular rotinas de busca ativa que garantiriam informações sobre os novos caminhos para a evolução e atualização institucional. Promove-se assim “... *uma organização que não apenas responde, mas se antecipa às mudanças e interfere no seu rumo*”.¹²⁷

Para analisar a gestão de contrato é necessária uma identificação, compreensão do ambiente externo e seus atores, onde a Fundepag está inserida, e a identificação das ações internas para atender às diversas necessidades. A figura a seguir demonstra o processo de negócio da Fundepag no contexto externo.

¹²⁷ SALLES FILHO, Sérgio Luiz Monteiro; MELLO, Débora & ZACKIEWICZ, Mauro. *Organização da Inovação e Cooperação regional*. Montevideu: Procisur/BID, 2001, p. 92.

Figura 18 - Processo de Negócios



Fonte: Revista *Fundepag & Negócios*, ano 1, n. 1, São Paulo, ago./2006, p 12.

A Fundepag está envolvida em dois cenários neste processo: um, no qual a iniciativa privada procura a fundação, e outro, cenário no qual os institutos públicos de pesquisa entram em contato com a fundação.

No processo de negócio da Fundepag há três atores diretos: a iniciativa privada, os Institutos Públicos de Pesquisa e os Órgãos de Fomento, e o ator indireto é a sociedade.

Com capacidade administrativa de acompanhamento gerencial, a Fundepag realiza o monitoramento e o controle de todas as etapas de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, por meio das áreas de captação de recursos, comunicação, negócios, gestão de contratos, licitações de bens e serviços e assistência administrativa.

Para atender às demandas de cada cenário é necessário analisar os tipos de serviços e/ou produtos, e assim poder firmar uma parceria através de contratos, que obedecem aos padrões assim definidos:

a) Contrato de Modelo Associativo

Este modelo de contrato reúne várias empresas que se associam a um determinado centro de pesquisa tecnológica de atuação específica, desembolsando uma soma de recursos em parcelas trimestrais e recebendo uma série de benefícios.

De acordo com a Agência Paulista de Tecnologia do Agronegócio, o futuro das instituições e pesquisa depende de eficiência da sua atuação, otimizando a aplicação dos recursos materiais e humanos disponíveis de modo a atender às necessidades dos diferentes setores relacionados à sua área de conhecimento. E, como resultado da implantação de uma nova organização baseada na participação do Setor Produtivo, na manutenção e utilização do CETEA, criou-se, em 1987, o Modelo Associativo, utilizado com sucesso em vários países da Europa.

No ano de 2002 contava com mais de 150 empresas associadas, representantes dos setores fabricante e usuário de embalagem, o Modelo Associativo do CETEA mostrou-se plenamente eficaz e compatível com a realidade brasileira. A participação das empresas neste modelo insere-as no sistema internacional de informação em embalagem, bem como as integra a um dos mais completos Centros de Embalagem do mundo.

O Modelo Associativo é um dos mecanismos responsáveis pela consolidação do CETEA como Centro de Excelência na área de embalagem, obtendo reconhecimento nacional e internacional.¹²⁸

b) Contrato de Apoio Institucional

Refere-se ao repasse do superávit da Fundepag para os Institutos Públicos de Pesquisa com os quais mantém parceria.

c) Contrato de Mandato

Contrato realizado exclusivamente com as cooperativas.

d) Contrato de Usuários

Utilizado nos projetos de valores não expressivos e por um curto período de tempo.

e) Contrato de Fomento

¹²⁸ Agência Paulista de Tecnologia do Agronegócio. Disponível em: <www.apta.sp.gov.br>. Acesso em: 26 de setembro de 2008.

Trata-se de contrato realizado entre a Fundepag, os Institutos Públicos de Pesquisa e os órgãos de Fomento. Este contrato obedece às normas exigidas pela Lei nº 8.666/93.¹²⁹

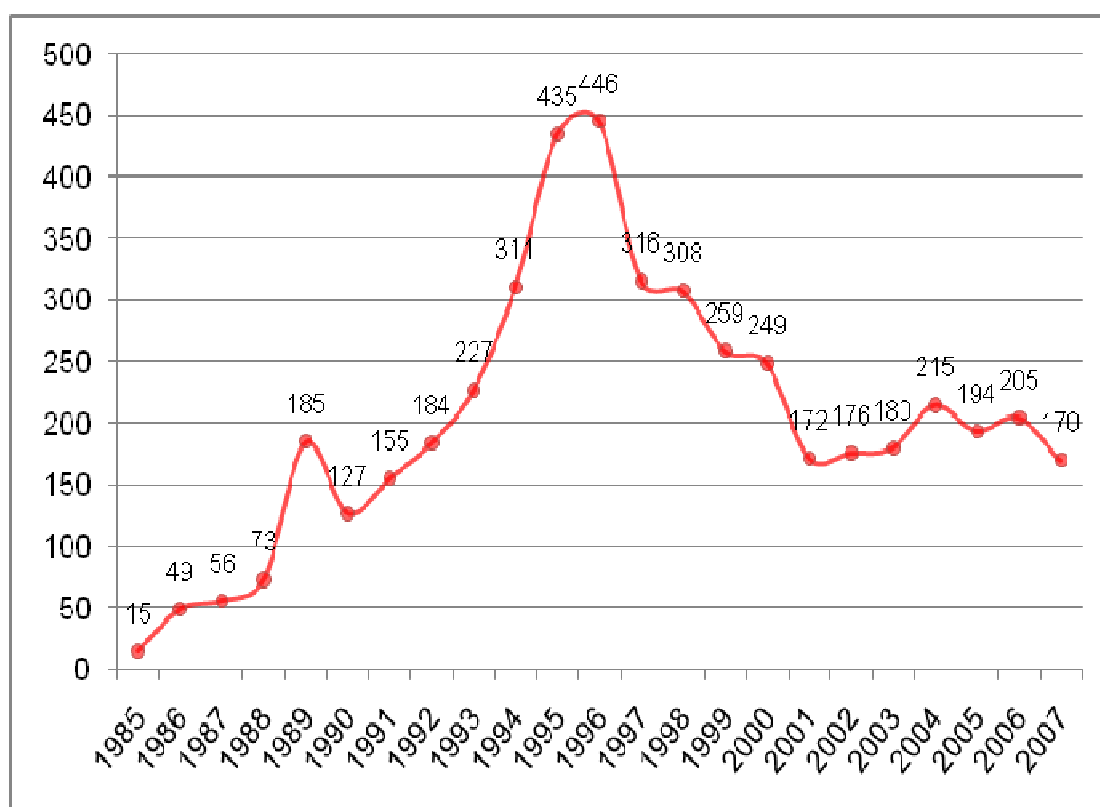
f) Contrato de Prova de Ganho de Peso

Contrato destinado à realização de pesquisa para o melhoramento genético das raças de bovinos de corte dos rebanhos de criadores particulares.

Desde a criação da Fundepag até 2007 registraram 4.707 projetos intermediados, conforme demonstrado no gráfico 7, dos quais 373 contratos são remanescentes, sendo 7 de Apoio Institucional; 150 de Modelo Associativo, 1 contrato da Fundepag, 4 contratos do Instituto de Zootecnia e 145 contratos do Instituto de Tecnologia de Alimentos (CATEA/CTC/FRUTH); 19 de Modelo de Mandato, 1 contrato do Instituto Agrônômico de Campinas, 1 contrato do Instituto de Zootecnia, 1 contrato do Agência Paulista de Tecnologia de Alimentos e 16 contratos do DDD; 191 contratos de usuários, 1 contrato do SBI-AGRO, 15 contratos do Instituto de Zootecnia, 29 contratos do Instituto de Pesca, 15 contratos do Instituto de Economia Agrícola, 7 contratos do Instituto Botânica, 41 contratos do Instituto Biológico, 18 contratos da Fundepag, 36 contratos do DDD, 2 contratos da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios e 27 contratos do Instituto de Tecnologia de Alimentos; 6 contratos de Fomentos sendo, 1 DDD, 1 contrato do Instituto de Botânica e 4 contratos do Instituto de Tecnologia de Alimentos.

¹²⁹ Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993. Lei das Licitações e Contratos Públicos.

Gráfico 7 – Evolução da gestão de contratos, no período de 1985 a 2007



Fonte: Dados da Fundepag, elaborado pelo autor.

A partir de 1988 os números de contratos gerenciados começaram a crescer, e uma das contribuições deste crescimento se devem a criação do contrato modelo associativo, sendo a precursora o CETEA. De 1994 para 1995 houve um aumento de 40%, devido ao aumento dos contratos de modelo associativo, correspondendo a 10,80% do total de contratos, e ganho de peso que corresponde a 17,01% do total de contratos de 1995. Em 1996 atingiu-se o auge de números de contratos: de 1995 para 1996 houve um pequeno aumento de 2,5%, porém os contratos de modelo associativo corresponderam a 45,52% do total de contratos e ganho de peso que corresponderam a 11,66% do total de contratos de 1996. No período de 1996 para 1997 houve um decréscimo de 29% devido à redução de contratos do modelo associativo, que passou a corresponder a 18,04% do total de contratos, e ganho de peso que passou a corresponder a 22,47% do total de contratos de 1997, com aumento de contratos de outras definições.

A Fundepag retém uma taxa de gestão/administração do montante total de cada contrato firmado, com exceção de alguns contratos de fomento, pois a lei das licitações não permite a retenção.

Ao final de cada exercício financeiro¹³⁰ apura-se o resultado dos recursos advindos da gestão de contratos uma parcela; é convertida para ser gerida pela Fundepag com o objetivo de reinvestir na estrutura interna¹³¹; outra parcela é repassada para ser gerida pelos Institutos Públicos de Pesquisa.

O valor deste repasse é aprovado pelo Conselho Deliberativo e somente liberado aos Institutos através do contrato de Apoio Institucional.

4. A Fundepag, a Pesquisa Técnico-Científica e a Sociedade Brasileira

Desde tempos primitivos até os dias atuais, as pessoas se defrontam com situações que as levam a tomar decisões relacionadas à sua sobrevivência e qualidade de vida. Embora quase não se dêem conta disso, essas decisões demandam, em alguma dose, informações científicas ou tecnológicas. Tais decisões são importantes no dia-a-dia, na vida privada, mas também são de fundamental importância no desempenho do papel de cidadãos, ou seja, na maneira pela qual participam da vida em sociedade, acompanhando e fiscalizando as decisões políticas que afetam a todos, e verificando se a ciência e a tecnologia delas resultantes estão contribuindo para melhorar suas condições de vida. Compreender os fatos da ciência e tecnologia é atualmente um instrumento de exercício da cidadania, comprovando que a ciência não é uma atividade à parte, autônoma, imune a fatores econômicos, políticos, históricos, sociais e ideológicos da sociedade.

Samira Aoun Marques assinala:

Os benefícios da pesquisa científica são a comunidade científica e academia que ampliam seus conhecimentos científicos; os futuros profissionais aos quais se transmitem novos conhecimentos; aos técnicos de órgãos públicos e da iniciativa privada que têm à disposição conhecimentos, informação e elementos para a realização de trabalhos técnicos; autoridades e órgãos públicos de decisão beneficiados com as informações necessárias para tomadas de decisão e elaboração de políticas agrícola; empresários do negocio agrícola

¹³⁰ O exercício financeiro coincide com o ano civil.

¹³¹ Considerar a estrutura interna sendo manutenção da sede, revista, treinamento, comunicação, material promocional, sistema de informática, eventos, etc.

também beneficiado com as informações para a tomada de decisão empresarial; imprensa e público em geral, beneficiados com conhecimentos e informações. De um modo geral, a pesquisa científica pode contribuir para induzir ou facilitar mudanças na sociedade.¹³²

A sociedade é quem ganha ou perde com os resultados da ciência e do desenvolvimento tecnológico, bem como recebe os benefícios ou sofre as consequências dos resultados da pesquisa. Ademais, o conhecimento e a tecnologia não devem ser privilégios de grupos, mas devem ser ferramentas importantes na construção de uma sociedade cidadã, a saber, uma sociedade ética, sustentável e solidária.

O acentuado progresso da pesquisa técnico-científica do século XX promoveu a prosperidade e criou condições para a melhoria da qualidade de vida na sociedade. Estes benefícios, contudo, ainda não alcançaram grande parte da população mundial. Saúde, instrução, habitação, alimentos, água e energia, e muitos outros aspectos relacionados ao bem-estar humano, hoje negados a uma parcela significativa da população, podem ser melhorados e tornados mais acessíveis a um maior número de pessoas através do progresso continuado em pesquisa técnico-científica.

Para que isso ocorra, as barreiras que dificultam o aproveitamento das oportunidades de uso da ciência e tecnologia para a solução dos problemas que afetam uma parcela menos favorecida da sociedade necessitam ser amplamente debatidas, envolvendo todos os agentes sociais, e não somente aqueles pertencentes aos níveis científicos e governamentais.

Ao mesmo tempo em que a pesquisa técnico-científica avança na importância dos aspectos ambientais, de segurança e éticos aumenta: aplicações possíveis de ciência, tecnologia e inovação, que podem ameaçar o futuro da humanidade e do planeta.

Considerando as tendências de aceleração do progresso em ciências, tecnologia e inovação e as necessidades de promoção do desenvolvimento sustentável, é necessário que se exercitem visões de futuro, de forma a situar os desenvolvimentos científicos e tecnológicos na direção da visão de futuro desejada, e também, sob algum tipo de controle e acompanhamento. Este desafio passa obrigatoriamente pela consolidação de canais de diálogo e reflexão sobre o futuro das atividades de ciências,

¹³² MARQUES, Samira Aoun. *Pesquisa científica em economia agrícola*. Revista Informações Econômicas. V. 28, n. 10, São Paulo, out./1998, p. 44.

tecnologia e inovação, com os mais diversos setores da sociedade. A busca sistemática de um futuro compartilhado é indispensável para a orientação presente.

Pode-se destacar entre os principais problemas que vêm pressionando as sociedades modernas: os avanços do desenvolvimento econômico e o aquecimento global; questões relacionadas à segurança e ao terrorismo; o controle de doenças infectocontagiosas; as nanotecnologias, a biotecnologia e os organismos geneticamente modificados, a clonagem humana e os problemas de bioética relacionados.

Em termos ambientais, o uso de tecnologias limpas estará exigindo soluções sobre poluição térmica e acústica consumo, de energia, combustíveis renováveis, reciclagem de materiais, tratamento de efluentes, investimento em recuperação de meio ambiente, etc. Em termos de relação com os consumidores, os produtos devem ser seguros, atóxicos, eficientes, baratos, e os medicamentos devem ter poucos efeitos colaterais, bem como os inseticidas e outros produtos domésticos, e a moderna agricultura também está sendo questionada a respeito do uso de agrotóxicos, adubos artificiais, sementes transgênicas, etc.

Ao responder aos imperativos ambientais por meio de seus processos de inovação, os Institutos Públicos de Pesquisa contribuem no desenho de novas bases científicas e tecnológicas que trazem no seu cerne a consideração ambiental. Manuel Castells acentua que ao mesmo tempo em que o debate sobre as relações entre meio ambiente e desenvolvimento científico e tecnológico é permeado por uma certa descrença (visto que historicamente o desenvolvimento científico e tecnológico tem sido responsável por impactos ambientais negativos), a superação deste tipo de relação tem como base a própria ciência (a coleta, análise, interpretação e divulgação de informações científicas sobre a interação entre artefatos produzidos pelo homem e o meio ambiente), e tem como objetivo o desenvolvimento de um novo padrão tecnológico (com minimização e prevenção de impactos ambientais). É neste sentido que o autor fala sobre a “[...] *relação estreita e ao mesmo tempo ambígua* [...]” do movimento ambientalista “[...] *com a ciência e a tecnologia*”.¹³³

Esforços internacionais no sentido de buscar soluções para essas questões são cada vez mais requeridos, pois se torna imperativo aproveitar as oportunidades sem, entretanto, esquecer que os riscos devem ser controlados.

¹³³ CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 155.

As políticas públicas enfrentam o desafio de incentivar a participação dos cidadãos em questões que envolvem ciência, tecnologia e sociedade. As decisões devem ampliar-se até iniciativas que contemplem os direitos à informação e à participação da sociedade como requisitos fundamentais para o exercício da democracia.

Segundo o Livro Branco:

É necessário mobilizar a população e sua participação consciente em torno ao tema da importância da educação e da CT&I para a sociedade no conhecimento; abrir canais concretos de participação da sociedade no processo de debate e discussão da política; reforçar as ações de educação e divulgação em Ciência, Tecnologia e Inovação, assim como as de conscientização da importância dessas como fatores da promoção do desenvolvimento e da qualidade de vida.¹³⁴

As pesquisas técnico-científicas no setor da agropecuária estão cada vez mais se empenhando em resultados que contribuam para as questões da sociedade moderna.

Os autores Levon Yegianantz e Manoel Moacir Costa Macêdo afirmam que a pesquisa agropecuária brasileira busca contribuir para resolver os problemas sociais, como a fome, a desigualdade e danos ambientais, dando um salto qualitativo na produção de conhecimentos de interesses nacionais, fortalecendo assim a independência tecnológica do País. Além disso, ainda promove e agiliza a transferência das informações.¹³⁵

Duarte Nogueira destaca:

É inequívoca a importância da pesquisa e desenvolvimento dos agronegócios para o consumidor, para o meio ambiente e para o desenvolvimento econômico em geral. No caso do consumidor, a pesquisa implica redução de crises de abastecimentos, queda real de preços e melhoria de qualidade da produção. Para o crescimento do agronegócio como um todo, a pesquisa garante o desenvolvimento de

¹³⁴ Ministério da Ciência e Tecnologia. *Livro Branco: Ciência, Tecnologia e Inovação*, Brasília, 2002, pp. 66 - 67.

¹³⁵ YEGANIANZ, Levon & MACÊDO, Manoel Moacir Costa. *Avaliação de impacto social de pesquisa agropecuária. A busca de uma metodologia baseada em indicadores*. Texto para discussão 13. Embrapa Informações Tecnológicas, 2002, p. 32.

Os esforços individuais e coletivos, nas mais diversas áreas do conhecimento, não podem estar dissociados de uma contribuição efetiva para a melhoria da qualidade de vida da humanidade em todos os seus aspectos. A questão que se apresenta, e que constantemente precisa ser pensada, é como permitir uma interação maior entre a pesquisa técnico-científica e a sociedade de forma a alcançar objetivos de desenvolvimento social e econômico em um contexto local, nacional, ou até mesmo mundial.

No quadro a seguir é demonstrada a importância das pesquisas técnico-científicas nas esferas federal, estadual e no estatuto da Fundepag.

¹³⁶ Programa de Inovações Tecnológicas para a Competividade dos Agronegócios Paulistas. Plano Plurianual 2004-2007 do Governo do Estado de São Paulo. Agroinova: São Paulo 2004-2007. Apta 2004-2007, São Paulo, 2003, p. 7.

Quadro 1 – Importância da Pesquisa e Tecnologia

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - OUT./1988	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO – OUT./1989	ESTATUTO DA FUNDEPAG
Artigo 218 – O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica. § 1º A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências; § 2º A pesquisa tecnológica voltar-se à preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional; § 3º O Estado apoiará a formação dos recursos humanos nas áreas de ciências, pesquisa e tecnologia e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho; (...).	Artigo 184 – Caberá ao Estado, com a cooperação dos Municípios: (...) V – manter e incentivar a pesquisa agropecuária. Artigo 268 – O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica. § 1º A pesquisa científica receberá tratamento prioritário do Estado, diretamente ou por meio de seus agentes financiadores de fomento, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência.	Capítulo 11, artigo 5º - A fundação tem por objetivos: I. Contribuir para o desenvolvimento e prover estudos voltados à ciência e tecnologia, relativos a novos produtos, processo de produção e prestação de serviços, buscando solução de problemas do setor produtivo em geral, ações que executará com o apoio dos Institutos de Pesquisa, públicos e privados ou através de organismos e consultores de notória especialização; II. Proporcionar ao setor privado um instrumento institucional de co-participação na programação de pesquisa e apoio financeiro à realização de pesquisa notadamente de interesse da agropecuária, agroindústria e setores afins; III. Promover e colaborar no desenvolvimento de cursos, incluindo os de pós-graduação e especialização, promovidos por entidades públicas ou privadas, ligadas às suas finalidades; IV. Colaborar em programas de desenvolvimento, estabelecidos pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais.

Elaborado pelo autor.

A importância da pesquisa e tecnologia é defendida e estabelecida pelas Constituições federal e estaduais, onde o Estado fica responsável pela promoção e

incentivo do desenvolvimento da ciência, pesquisa e tecnologia, como também por apoiar na formação dos recursos humanos, e conceder aos que deles se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

É determinada pelas Constituições que a pesquisa e tecnologia sejam predominantemente voltadas para a resolução das necessidades brasileiras e para o desenvolvimento dos sistemas produtivos nacional e regionais.

Todos os esforços da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio estão em unir-se à iniciativa privada, o que demanda as necessidades de serviços e produtos com os institutos públicos de pesquisa que desempenham a função de executores das necessidades, visando a contribuir para o desenvolvimento da pesquisa técnico-científica, com os benefícios deste desenvolvimento voltados diretamente à sociedade como um todo, conforme definido no Estatuto.

Neste contexto, a relação existente entre a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio e a pesquisa técnico-científica é fazer com que os frutos de seus trabalhos contribuam para o desenvolvimento da sociedade.

No capítulo a seguir, serão demonstrados os principais projetos realizados e em andamento na Fundação como frutos de seus trabalhos, e os resultados dos esforços da união entre os institutos públicos de pesquisa e as iniciativas privadas.

CAPÍTULO III - OS PROJETOS ENTRE OS INSTITUTOS PÚBLICOS DE PESQUISA E A INICIATIVA PRIVADA SOB A GESTÃO DA FUNDEPAG

Neste capítulo apontam-se os principais projetos realizados e em andamento desenvolvidos entre os institutos públicos de pesquisa e a iniciativa privada, sob a gestão administrativa e financeira da Fundepag, no período de 1990 a 2007 no Estado de São Paulo.

Estes projetos estão subdivididos entre: os institutos públicos de pesquisas, as agências de fomento, os projetos de apoio institucional e os demais projetos.

1. Fundepag e os Institutos de Pesquisa

Os contratos a seguir são celebrados entre a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio, desempenhando a função de gestora, e a Agência Paulista de Tecnologia do Agronegócio, que tem como proposta executar os projetos intermediados pelos institutos de pesquisa.

A Fundepag compromete-se a pôr à disposição dos institutos de pesquisas, na forma de bens materiais e serviços, o montante das condições da proposta. Após a assinatura do contrato, este é publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

A APTA, por intermédio dos institutos, realiza projetos firmados com a Fundepag em conformidade com o plano de trabalho. Os resultados e conclusões dos projetos são oferecidos à Fundepag pela APTA.

A revista *Fundepag & Negócios* informa:

Durante seus 30 anos, a Fundepag, em parceria com instituto de pesquisa e empresas privadas, realizou importantes projetos para o agronegócio, que beneficiam não só produtores e empresários, mas também os consumidores brasileiros.¹³⁷

Em 1990 foi realizado o projeto “Apoio `a formação de monitores agrícolas para o desenvolvimento do vale do Ribeira”, com parceria entre a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e o Centro de Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira – CEDAVAL, no valor de R\$ 152.677,62, com vigência de doze meses.

O objetivo deste projeto foi formar agricultores para a função de agentes comunitários nas questões agrícolas procurando buscar alternativas de produção agrícola que equilibrem o meio ambiente e as necessidades dos agricultores com os recursos disponíveis; incrementar a produção de subsistência e comercial dos pequenos agricultores e incentivar o associativismo e o cooperativismo com vistas à melhoria das condições gerais de vida e trabalho.

Conforme a matéria de Márcia Colla:

O curso é inédito no Estado de São Paulo e, segundo os organizadores, atingirá diretamente e indiretamente cerca de 800 famílias. Com a meta de orientar os agricultores sobre metodologia e técnicas para um melhor aproveitamento do trabalho no campo, a equipe de atuação composta por dois agrônomos, técnicos agrícolas e assistentes sociais transmite conceitos sobre o sistema de produção, culturas da região, alternativas agrícolas, manejo dos recursos naturais, pequenas criações, mecanização agrícola, industrialização, entre outros temas.¹³⁸

O projeto teve grande repercussão e relevância e na época foi tema de artigos de alguns jornais, como *O Vale*, *A Tribuna do Ribeira* e *O Estado de S. Paulo*.

Desde 1991 até 2007 foram realizados vários projetos referentes à “Prova de ganho de peso”, com parceria entre diversas empresas privadas e o Instituto de Zootecnia.

¹³⁷ *Fazendo a diferença*. Revista Fundepag & Negócios. Ano 2, n. 9, São Paulo, out./2008, p. 8.

¹³⁸ COLLA, Márcia. *Ribeira melhora ensino agrícola*. O Estado de S. Paulo, caderno interior, 23 de setembro de 1990, p. 63.

Esses contratos contribuíram para a pesquisa e o melhoramento genético das raças de bovinos de corte, principalmente Nelore, Guzerá, Gir, Santa Gertrudes e Caracu.

A “Prova de ganho de peso” foi criada há mais de 55 anos e aconteceu na estação de Sertãozinho, no interior do Estado de São Paulo.

O projeto teve como principal objetivo possibilitar ao produtor os meios de tirar o maior proveito econômico dos resultados, além de testar animais dos próprios plantéis e também avaliar o mérito genético para peso e ganho de peso de bezerros dos rebanhos particulares de criadores de diferentes portes.

Entre as vantagens e os benefícios da “Prova de ganho de peso” pode-se destacar: para o mercado, a melhoria nas taxas de ganho médio diário de peso; possibilitou antecipar a utilização de reprodutores tesados; estimou o mérito genético de animais relativamente jovens, viabilizando, assim, a sua utilização precoce no rebanho; diminuiu o intervalo de gerações na população selecionadas, especialmente pela redução da idade de início de utilização dos touros na reprodução; a seleção dentro e entre rebanhos; a venda de animais testados e comprovados.

Segundo a revista *Fundepag & Negócios*, a cada ano, aproximadamente 200 criadores de diversas regiões do Brasil enviam em torno de 700 animais para a avaliação realizada pelo centro do IZ, em Sertãozinho. Atualmente o projeto “Ganho de peso” é um relevante instrumento de avaliações entre rebanhos, que podem ser conduzidas com o objetivo de identificar os melhores animais com características relacionadas ao potencial de crescimento e à qualidade da carcaça¹³⁹.

Em 1992 foi firmado o contrato referente ao projeto “Rentabilidade da cultura da seringueira”¹⁴⁰, realizado pelo Instituto de Economia Agrícola.

Este projeto teve como propósito geral analisar o componente agrícola do complexo da indústria de artefatos de borrachas, objetivando fornecer subsídios aos produtores, aos industriais e ao governo, para as tomadas de decisões compatíveis com os investimentos efetuados na implantação da cultura da seringueira no Estado de São Paulo e no País.

¹³⁹ *Prova de ganho de peso do IZ*. Revista Fundepag & Negócios. Ano 1, n. 4, São Paulo, jun./2007, p. 23.

¹⁴⁰ MARTIN, Nelson Batista & ARRUDA, Sílvia Toledo. *Rentabilidade da cultura da seringueira*. Revista Informações Econômicas. V. 22, n. 7, São Paulo, jul./1992, pp. 37 – 65.

As finalidades específicas foram: avaliar os custos e retornos em seringueiras implantados que estavam sendo exploradas, e avaliar a viabilidade de investimento em novos seringais.

A íntegra deste projeto encontra-se no artigo publicado na revista *Informações Econômicas*, volume 22, número 7, de julho de 1992.

Em 27 de agosto de 1992 foi estabelecido o projeto “Promoção de intercâmbio didático, científico, cultural e administrativo, realização de projetos conjuntos de pesquisa, de formação e treinamento de técnicos de nível médio e de desenvolvimento tecnológico”¹⁴¹ entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Estado de São Paulo – SENAI-SP e o Instituto de Tecnologia de Alimentos.

Este projeto teve por objetivo oferecer um curso técnico de nível médio para a formação de profissionais a fim de atender e sustentar a evolução qualitativa e diversificada do setor alimentício.

O curso foi ministrado em tempo integral com três semestres de duração e carga total de 2.400 horas/aula. Após o primeiro semestre, o aluno adquire Habilitação Profissional Parcial em Alimentos: auxiliar de análises de alimentos; após o segundo semestre, o aluno adquire a Habilitação Profissional Parcial em Alimentos: auxiliar de inspeção de alimentos, e no terceiro semestre o aluno podia optar por uma das áreas: Tecnologia de Produtos de Origem Animal ou Tecnologia de Produtos de Origem Vegetal.

O aluno adquiria também a Habilitação Profissional Plena de Alimentos: técnico em alimentos, após cumprir um estágio supervisionado de 900 horas.

Os componentes curriculares consistiam em bioquímica e microbiologia, higiene e conservação, bromatologia, organização e normas, nutrição e dietética, industrialização.

Em 1997 foi celebrado o contrato referente ao projeto “Análise do ciclo de vida de embalagens ACV”, em parceria com o CETEA, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, ABIPET, ABVIDRO, ABPO, BRACELPA, CSN e Tetrapak, com um investimento de R\$ 1 milhão.

¹⁴¹ DOE: Seção I, São Paulo, 102 (221), 21 de nov. de 1992, pag. 11.

Este projeto consistiu em desenvolver um estudo para a avaliação dos impactos ambientais associados às embalagens, identificar o consumo de recursos naturais e de energia e a emissão de poluentes no ar, na água e no solo.

Para a sua realização foram colhidas informações desde a extração, o processamento, a conversão das matérias primas, o acondicionamento, a distribuição e o uso, até a reciclagem ou disposição final.

Na conclusão foi possível mensurar a quantidade de água desperdiçada em sua fabricação e o gerenciamento dos processos para a preservação ambiental. A ACV também identificou os pontos em que a empresa necessita de melhoramentos, além de determinar as etapas em que ocorreram os maiores impactos e as possibilidades de minimizá-los.¹⁴²

No período de 1997 a 2005, foram realizados dez projetos referentes ao “Agrishow – Feiras Internacionais”, que são eventos promovidos anualmente entre a parceria Associação Brasileira da Indústria e Máquinas (Abimaq) e o Instituto Agrônomo (nos primeiros sete eventos). No período de 2003 a 2005 foram realizados com a parceria da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por meio da Agência de Tecnologia dos Agronegócios Pólos e Publicações e Eventos Ltda.

Os objetivos desses eventos foram: contribuir para a difusão de novas máquinas e equipamentos agrícolas; a transferência de conhecimentos tecnológicos e científicos, e também para a economia do País.

O *Boletim Fundepag & Negócios* divulgou que:

(...) na Agrishow são mostradas as inovações do setor do agronegócio em equipamentos, tecnologias e técnicas de gestão que vão possibilitar aumento de produtividade e lucratividade no campo.

Viabilizada pela intermediação da Fundepag, a feira permite, além do contato com novidades em máquinas e equipamentos, a troca de informações, transferência de tecnologia e a realização de pesquisa para os agronegócios.¹⁴³ (...) Considerada o termômetro do agronegócio brasileiro, a Agrishow Ribeirão é uma das três maiores feiras agrícolas do mundo e a maior e mais importante da América Latina.¹⁴⁴

¹⁴² *Fazendo a diferença*, op. cit., p. 8.

¹⁴³ *Agrishow deve gerar mais de R\$ 1 bilhão*. Boletim Fundepag & Negócios da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa Agropecuária. Ano I, n. 2, São Paulo, jul./ago./2004, p. 5.

¹⁴⁴ *Agrishow 2005*. Boletim Fundepag & Negócios da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa Agropecuária. Ano II, n. 7, São Paulo, mai./jun./2005, p. 7.

Entre os anos de 2002 a 2006 foram assinados 25 contratos referentes ao projeto “Cultivo de peixes no sistema de tanques-rede” ¹⁴⁵, desenvolvido inicialmente pelo Instituto de Pesca e posteriormente pela APTA Regional do Médio Paranapanema.

A partir da década de 90, houve um significativo crescimento no número de produtores interessados em cultivar peixes no sistema de tanques-rede, que apresentava um potencial bastante promissor.

A adoção desse sistema de produção possibilitou vantagens em relação ao sistema tradicional, como menor custo na implantação, maior rapidez de retorno do investimento, utilização de densidades mais elevadas, maior produtividade/área e escalonamento da produção.

Este empreendimento estimulou o desenvolvimento regional ao criar condições para atrair novos investidores, tornando-se uma excelente alternativa de geração de emprego e renda em toda a cadeia produtiva do pescado e na produção de alimento de ótima qualidade, além de tratar-se de uma atividade que teve interesse na preservação do recurso hídrico, que em última análise representa o seu suporte. ¹⁴⁶

Em 2003 foi assinado o contrato referente ao projeto “Capacitação técnica e gerencial para o desenvolvimento da maricultura paulista: área de criação de moluscos bivalves” ¹⁴⁷, com vigência de dez meses no valor de R\$ 61.293,95. O projeto foi desenvolvido pelo Instituto de Pesca e pela Fundepag, com a participação do SEBRAE.

Este projeto teve por objetivo desenvolver e oferecer cursos para a capacitação de pescadores do litoral norte paulista, visando à implantação da maricultura na região, a proteção do meio ambiente, estimular a cadeia produtiva do pescado e, em consequência, diminuir a pressão extrativista sobre os recursos explorados.

Os cursos se integraram ao programa de desenvolvimento da criação ordenada de moluscos bivalves, porquanto, a partir de um diagnóstico da crise que atingiu o setor pesqueiro, concluiu-se pela necessidade de criar opções econômicas ambientalmente sustentáveis para as comunidades pesqueiras do litoral paulista.

¹⁴⁵ DOE; Seção I, São Paulo, 113 (137), 24 de julho de 2003, p. 27. DOE; Seção I, São Paulo, 114 (240), 22 de dezembro de 2004, p. 18. etc.

¹⁴⁶ Boletim da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa Agropecuária. Ano II, n. 6, São Paulo, mar./abr./2005, p. 3.

¹⁴⁷ DOE; Seção I, São Paulo, 113 (197), 16 de outubro de 2003, p. 15.

Uma delas foi a maricultura, que contribuiu para a geração de empregos e renda, aumento da produtividade e a fixação dos produtores em suas comunidades de origem.¹⁴⁸

Em 30 de dezembro de 2004 foi assinado o projeto “Bacia hidrográfica: um instrumento na educação”¹⁴⁹, com vigência de 12 meses, no valor de R\$ 85.843,69, executado pelo Departamento de Descentralização do Desenvolvimento – Pólo Regional do Centro Norte.

Este projeto teve como proposta realizar trabalhos de educação ambiental voltados para o reconhecimento de uma bacia hidrográfica através da orientação, percepção e conscientização, utilizando o espaço geográfico do Pólo Regional Centro Norte.

Cleide Elizeu esclarece:

O projeto “Bacia Hidrográfica: um instrumento na educação”, desenvolvido pelo Pólo APTA Cento Norte, recebeu o prêmio de melhor prática significativa ambiental em recursos hídricos do comitê organizador do “VI Diálogo Interbacias de Educação Ambiental”. O evento é realizado anualmente pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), na cidade de Avaré, e integra os nove Comitês de Bacias Hidrográficas no Estado de São Paulo.¹⁵⁰

Em 2006 foi assinado o projeto “Produção de óleo e farelo a partir da soja geneticamente modificada”, em parceria do Instituto de Tecnologia de Alimentos e a empresa Basf, com um investimento de R\$ 2,5milhões.

Em maio de 2007 foi instalada a primeira planta para a extração por solvente em escala piloto no Brasil, integrando um projeto entre a Basf e o ITAL com o objetivo de verificar se a soja convencional e a geneticamente modificada, criada pela empresa e tolerante a herbicidas da classe das imidazolinas, tinham alguma diferença na produção de óleo e de farelo.

¹⁴⁸ Boletim da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa Agropecuária. Ano I, n. 1, São Paulo, mai./jun./2004, p. 4.

¹⁴⁹ DOE; Seção I, São Paulo, 115 (42), 4 de março de 2005, p. 12.

¹⁵⁰ ELIZEU, Cleide. *Projeto da Apta, premiado no VI Diálogo Interbacias de Educação Ambiental*. Disponível em: <<http://www.apta.sp.gov.br/noticias.php?id=2995>>. Acesso em: 9 de maio de 2009.

Foram analisadas 2,8 toneladas de sementes tradicionais e transgênicas, em condições diversas, controlando o tempo de circulação e transferência do solvente até os teores de umidade, lipídios e proteínas da soja, para obtenção de um produto de qualidade dentro dos padrões estabelecidos pelo mercado.

O projeto ainda está em realização e os seus resultados ficarão conhecidos em 2009.¹⁵¹

Em 2006 foi assinado o projeto referente “Implantação de projeto para cultivo de tilápias do Nilo”, em parceria com a Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios e a empresa Chopa Corporation, com um investimento de R\$ 150 mil.

Este projeto pretende ampliar o cultivo da tilápia do Nilo na província de Luanda, na Angola. Estima-se que a produção seja de 15 toneladas da espécie por hectare, para que haja oferta de pescado a cada 15 dias. Para isto, será desenvolvido, em seis hectares de espelho d’água, o sistema para a seleção da linhagem de tilápia do Nilo mais apropriada para a região, a preparação dos viveiros para receber os alevinos, o treinamento da mão-de-obra, a caracterização do sistema de produção e o monitoramento.

Até outubro de 2007 foram feitos: o levantamento planialtimétrico cadastral da área, a projeção do projeto e o dimensionamento de todo o sistema de abastecimento e esvaziamento dos viveiros.¹⁵²

Em 2007 foi assinado o “Monitoramento da atividade pesqueira nas áreas de influência do empreendimento de mexilhão”, com um investimento de R\$ 7,5 milhões, em parceria entre o Instituto de Pesca e a Petrobras.

Para iniciar a operação em uma reserva de gás natural recém-descoberta na baía de Santos, a Petrobras precisou efetuar o monitoramento do pesqueiro local de mexilhões, a fim de identificar o impacto ambiental que as ações poderiam provocar no ecossistema.

Para isto, a estatal contou com o apoio do Instituto de Pesca, que avaliou as interações da produção de petróleo e gás, condensando com a atividade pesqueira. Atualmente o IP conta com 12 coletores de dados, mas este número passaria a 37.

¹⁵¹ *Fazendo a diferença*. Revista Fundepag & Negócios. Ano 2, n. 9, São Paulo, out/2008, p. 9.

¹⁵² Idem.

Vale ressaltar que os resultados guiarão nas políticas públicas para o setor pesqueiro de forma a garantir a sustentabilidade.¹⁵³

Em 2007 foram celebrados os contratos referentes aos projetos “Digestibilidade de plantas aquáticas para suínos em fase de crescimento” e “Feno de plantas aquáticas na alimentação de ruminantes”. O projeto teve como financiadora a Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL, sendo executado pelo Instituto de Zootecnia. Seu objetivo foi prever a pesquisa da viabilidade do aproveitamento das plantas aquáticas que proliferam nas represas hidrelétricas, como fonte de alimentos para os animais.

A revista *Fundepag & Negócios* informa que desde o início dos trabalhos de controle, nas décadas de 80 e 90, a CPFL buscou formas de aproveitamento das plantas colhidas. Em 2002, por exemplo, utilizou-as como fertilizantes no projeto de restauração florestal do entorno do reservatório, e em 2007 firmou contrato com o IZ para realizar a pesquisa de viabilidade de fontes de alimentos para animais.

A revista ainda complementa que o grande volume removido fez com que a disposição final se tornasse uma restrição ao processo. Como a CPFL entende que é necessário controlar as plantas sem gerar novos impactos ambientais, esta alternativa se apresentou muito boa: além de minimizar a utilização de áreas para disposição das plantas, ainda pôde beneficiar os produtores rurais da região, principalmente levando em consideração que os volumes colhidos são praticamente constantes ano todo, representando uma matéria prima sempre disponível.¹⁵⁴

As conclusões deste projeto, segundo os pesquisadores Josiane Aparecida de Lima, Eduardo Antônio da Cunha e Ivani Posar Otzuk, foram:

O feno de plantas aquáticas tem qualidade nutricional, o que reflete seu potencial para ser utilizado na alimentação de ruminantes, desde que controladas as limitações observadas; a utilização de concentrado + uréia ou do farelo de soja nas quantidades utilizadas não foi eficiente para melhorar os parâmetros estudados, pelo fato do potencial de consumo e digestível do feno ter sido atingido pelo tratamento controle (feno puro) e existem limitações para a utilização do feno de plantas aquáticas na alimentação de ovinos (ruminantes), dessa forma há necessidade de mais estudos relativos a outras formas

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ *O que fazer com as plantas aquáticas?* Revista Fundepag & Negócios. Ano 1 n. 3, São Paulo, out/2007, pp. 12 - 13.

de conservação, tratamentos químicos e utilização de concentrados em maiores níveis com o intuito de melhorar a digestibilidade, o consumo da forragem e o ganho de peso dos animais.¹⁵⁵

Conforme os anexos 2 ao 51, pode-se verificar os projetos realizados e em realização no período de 1990 a 2007. São contratos de modelos: associativo, de mandato, usuários e prova de ganho de peso, compreendendo diversas áreas do agronegócio. Só estão relacionados os contratos publicados no Diário Oficial da União; os demais não puderam ser mencionados por motivos de implicações contratuais.

2. Fundepag e as Agências de Fomento

De acordo com a Lei da Inovação Tecnológica, a “*Agência de Fomento*” é considerada:

(...) órgão ou instituição de natureza pública ou privada que tenha entre os seus objetivos o financiamento de ações que visem a estimular e promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação.¹⁵⁶

Madi diz que as Agências de Fomento foram criadas por volta dos anos 90, como uma solução para as instituições de pesquisa e desenvolvimento reverterem a sua difícil situação de falta de recursos devido a uma sensível redução dos orçamentos para ciência e tecnologia no Brasil.

Para obter esses fundos, as propostas de pesquisa devem ser submetidas à FINEP, agência que faz a gestão dessas verbas. É necessário demonstrar que a instituição solicitante do recurso possua um plano estratégico para os próximos anos, calcado em diagnósticos que identifiquem suas vocações e competências,

¹⁵⁵ LIMA, Josiane Aparecida; CUNHA, Eduardo Antônio da & OTZUK, Ivani Posar. *Feno de plantas aquáticas na alimentação de ruminantes: consumo e digestibilidade*. Artigo disponível em: <www.infobibos.com/artigos/2008_4/feno/index.htm>. Acesso em: 15 de abril de 2008.

¹⁵⁶ Artigo 1º, inciso I da Lei da Inovação Tecnológica nº. 10.973, de 2 de dezembro de 2004.

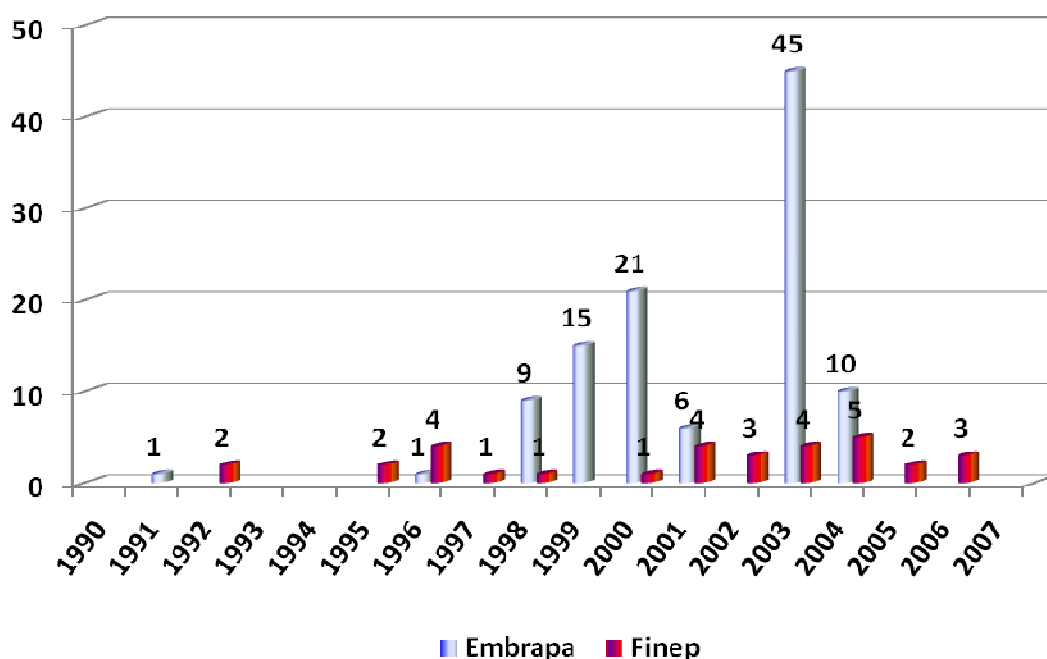
disponibilidade de recursos humanos e materiais, bem como atividades de pesquisa, desenvolvimento e prestação de serviços tecnológicos.¹⁵⁷

Madi complementa:

É cada vez maior por parte das agências de fomento, especialmente a FINEP, a exigência de que as instituições tenham um forte relacionamento com o setor produtivo e que busquem instituições parceiras. O envio de propostas de cunho estratégico também é bem-visto. Com maiores dificuldades para enviar suas propostas e firmar convênio diretamente com a FINEP, os institutos de pesquisa ligados à administração direta centralizada do Estado de São Paulo necessitam de uma segunda instituição que desempenhe a função de proponente e gestor.¹⁵⁸

O gráfico 8 mostra a evolução dos projetos entre a Fundepag e as Agências de Fomento – Embrapa / Finep – no período de 1990 a 2007.

Gráfico 8 – Agências de Fomento, em quantidade, no período de 1990 a 2007



Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor.

¹⁵⁷ MADI, Luis Carlos Fernando Ceribelli. *A Fundepag e os projetos de fomentos da Finep*. Boletim da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa Agropecuária. Ano I, n. 4, São Paulo, nov./dez./2004, p. 2.

¹⁵⁸ Idem.

Pelo gráfico constata-se que foram celebrados 140 projetos, sendo 108 financiados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, e 32 financiados pela Financiadora de Estudos e Projetos – Finep.

Analisando a Embrapa, no período de 1998 a 2000 houve um crescimento de contratos financiados, sendo a maioria dessa executada pelo Instituto de Tecnologia de Alimentos; nos anos seguintes foram financiados apenas seis contratos em 2001, e nenhum em 2002, porém em 2003 houve 45 projetos financiados pela Embrapa, dos quais 30 foram executados pelo Instituto de Agronomia.

A Finep em seus contratos financiados mostrou-se modesta, e somente em 2004 apresentou um número maior, tendo como executor o Instituto de Tecnologia de Alimentos.

Os contratos a seguir foram celebrados entre a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio, desempenhando a função de gestora, a Agência Paulista de Tecnologia do Agronegócio, cuja proposta era executar os projetos intermediados pelos institutos de pesquisa, e as Agências de Fomento, com o papel de financiadoras dos projetos.

A Fundepag comprometeu-se a pôr à disposição dos institutos de pesquisas na forma de bens, materiais e serviços, o montante das condições da proposta. Após a assinatura do contrato, ele é publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

A APTA, por intermédio dos institutos, realiza projetos firmados com a Fundepag em conformidade com o plano de trabalho.

Em 2003 foi assinado o contrato referente ao projeto “Incremento à competitividade exportadora de micros e pequenas empresas de alimentos – PROGEX”¹⁵⁹, com recursos vindos da FINEP-FNDCT/CT – Fundo Verde-Amarelo, e sua utilização para os serviços tecnológicos prestados pelo ITAL.

O PROGEX foi um programa de apoio tecnológico à exportação, da FINEP, voltado a atender micros, pequenas e médias empresas, proporcionando-lhes mudanças e adequações tecnológicas, aumentando assim a sua competitividade e abrindo caminhos para a sua inserção ou manutenção no mercado internacional, com todo o atendimento tecnológico e análises de alimentos.

¹⁵⁹ DOE, Seção I, São Paulo, 113 (177), 18 de setembro de 2003, p. 17.

Teve por objetivo o aumento das exportações brasileiras ou a substituição das importações do setor de alimentos por meio de consultorias e serviços realizados pelas unidades do ITAL.

O programa constava de duas etapas básicas: 1) diagnóstico técnico: levantamento das características gerais da empresa, identificação dos problemas tecnológicos a serem resolvidos, levantamento da legislação do mercado-alvo, e 2) adequação tecnológica: adequação de produtos, processos, embalagens e das exigências legais (análises físicas, químicas, bioquímicas e microbiológicas), aspectos de segurança alimentar e qualidade em geral, além de outros aspectos importantes para a inserção dos produtos brasileiros em mercados externos.

Em 2004 foi assinado o contrato referente ao projeto “Prumo-alimentos” com recursos vindos da FINEP em parceria entre o SEBRAE e o ITAL.

Este projeto teve o objetivo de levar às micros, pequenas e médias empresas a assistência tecnológica realizada pelo ITAL, por meio de uma unidade móvel de atendimento.

Para a realização deste projeto foi adquirido um veículo onde, no seu interior, foi instalada uma estrutura com bancadas, armários, pia, geladeira, freezer e equipamentos de termômetros, refratômetros, calorímetros, potenciômetros, microscópio, drageadeira, entre outros, o que possibilitou aos técnicos a execução de análises e testes simples, bem como o manuseio, preparo, armazenamento e transporte de amostras.

Na logística de atendimento foi implantado o deslocamento da unidade móvel a cada semana para um município do Estado de São Paulo, a fim de atender um determinado segmento da indústria de alimentos. Durante essas visitas, os técnicos elaboravam um diagnóstico da situação de cada empresa, formulando um plano de ações para solucionar eventuais problemas.¹⁶⁰

Em 2005 foi assinado o contrato referente ao projeto “Avaliação e comparação dos sistemas orgânico e convencional de produção de bovinos de corte”, sob a coordenação do Pólo Regional Alta Mogiana, com investimento de R\$ 3 milhões, sendo parceiros a Finep e Minerva.

¹⁶⁰ Boletim da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa Agropecuária. Ano II, n. 7, São Paulo, mai./jun./2005, p. 4.

Este projeto teve o objetivo de traçar um comparativo do manejo orgânico com o convencional para avaliar o sistema de produção de bovinos de corte, tendo em vista a obtenção da carne orgânica.

Para sua realização, foram testadas três alternativas de criação, sendo: animal a pasto, que recebeu sal mineral; suplemento a pasto, com produtos não-transgênicos, e o banco de proteínas, com leguminosas (feijão-guandu) plantadas em pastos específicos.

O resultado mostrou que o sistema orgânico estimulou a produção a pasto com o uso mínimo de insumos e medicamentos; reduziu o risco de contaminação do animal e da carne produzida e ainda preservou o meio ambiente.¹⁶¹

Em 2006 foi assinado o contrato referente ao projeto “Implantação de um sistema de rastreamento em frigorífico com identificador - RFID”¹⁶², com vigência de três anos no valor de R\$ 300 mil, usando recursos da Finep em parceria com o SEBRAE e o Centro de Tecnologia de Carnes (CTC) do ITAL.

O Centro de Tecnologia de Carnes desenvolveu um sistema capaz de rastrear, por meio de duas etiquetas inteligentes, todo o processo executado após o corte da carne. Para isto, uma etiqueta de radiofrequência é colocada no animal logo depois do abate, para coletar informações como o valor do pH e a temperatura de acondicionamento. Esses dados são armazenados em uma etiqueta de código de barras onde, futuramente, os próprios consumidores poderão conhecer a origem do animal, antes de realizar a compra.¹⁶³

3. Apoio Institucional

Os contratos de modelo Apoio Institucional são celebrados entre a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio e a Agência Paulista de Tecnologia

¹⁶¹ *Fazendo a diferença*. Op. cit., p. 8.

¹⁶² DOE, Seção I, São Paulo, 116 (239), 19 de dezembro de 2006, p. 19.

¹⁶³ *Fazendo a diferença*. Op. cit., p. 9.

do Agronegócio, e têm como proposta executar os projetos intermediados pelos institutos de pesquisa.¹⁶⁴

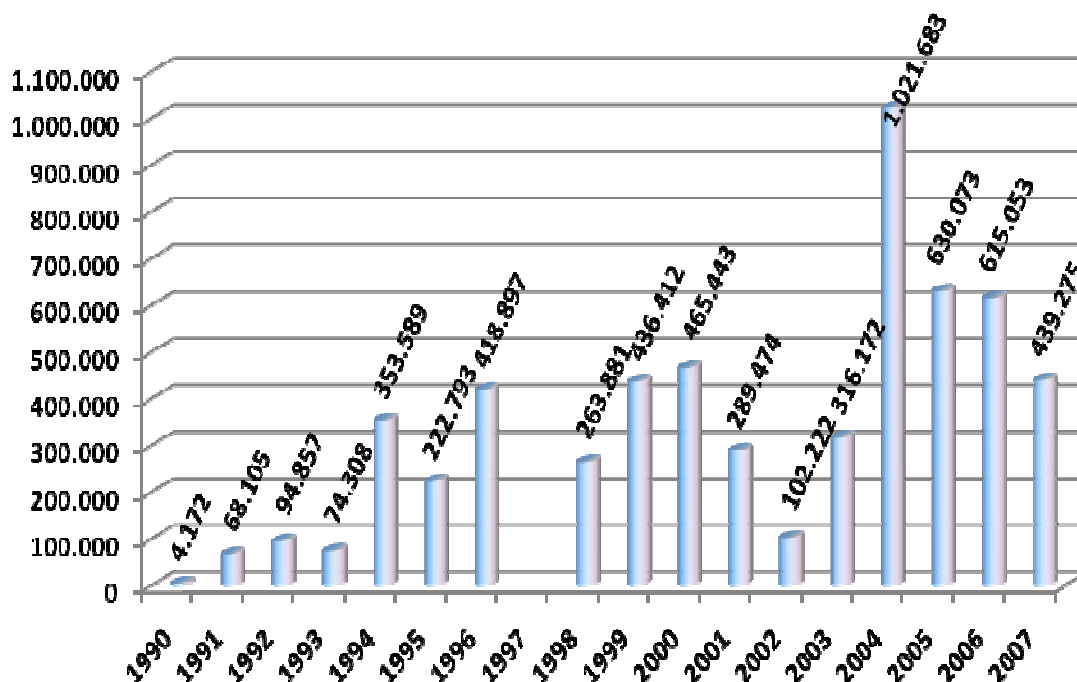
A Fundepag compromete-se pôr à disposição dos institutos de pesquisas na forma de bens, materiais e serviços, o montante em espécie definido pela diretoria e aprovado pelo Conselho Deliberativo.

A APTA, por intermédio dos institutos, realiza projetos firmados com a Fundepag, que dependem de um plano de trabalho aprovado pela fundação. Os resultados e conclusões dos projetos são oferecidos à Fundepag pela APTA, emitidos pelos institutos de pesquisa através de um relatório final, sendo permitida sua divulgação com fins científicos.

Após a assinatura entre a Fundepag e a APTA, é determinada a publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Nos gráficos 9 e 10 podemos visualizar a evolução dos valores em reais, repassados aos Institutos Públicos de Pesquisa no período de 1990 a 2007.

Gráfico 9 – Apoio Institucional em R\$, no período de 1990 a 2007



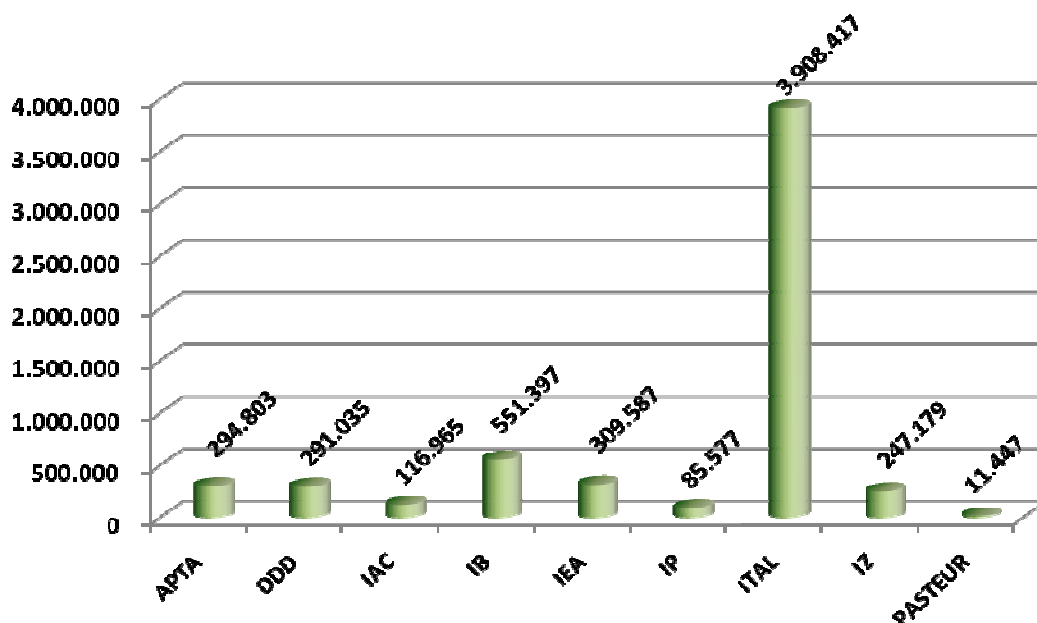
Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados pelo índice de preços ao consumidor do município de São Paulo: IPC/FIPE.

¹⁶⁴ Estes contratos são regidos pelas normas da Lei 6.544/89.

Os recursos financeiros repassados para ser geridos pelos institutos de pesquisa foram de R\$ 5.816.408 no período de 1990 a 2003. Estes recursos apresentaram uma oscilação com picos mínimos de R\$ 4.172 em 1990, e máximo de R\$ 465.443 em 2000. No ano de 2004 o repasse foi o mais expressivo, no valor de R\$ 1.021.683, e apresentou uma redução nos três anos seguintes, de R\$ 630.073, R\$ 615.053 e R\$ 439.275, em virtude dos dispêndios internos da fundação na reestruturação da Nova Fundepag.

Em 1997 não houve o repasse por uma decisão do Conselho Deliberativo, devido ao superávit deste exercício não ser expressivo. A perspectiva para os próximos anos é de crescimento em consequência de a fundação estar bem estruturada e possuir um plano estratégico.

Gráfico 10 – Apoio Institucional por Institutos de Pesquisa, no período de 1990 a 2007



Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados pelo índice de preços ao consumidor do município de São Paulo: IPC/FIPE.

O gráfico 10 mostra os recursos financeiros repassados para cada instituto de pesquisa em que a Fundepag manteve a gestão de projetos.

O ITAL foi o instituto que mais geriu recursos, que representam 67,20% do total, seguido pelo IB com 9,48%, pelo IEA com 5,32%, pela APTA com 5,07%, pelo

DDD com 5%, pelo IZ com 4,25%, pelo IAC com 2,01%, pelo IP com 1,47, e pelo Pasteur que geriu 0,20% do total disponível.

Os destinos dos recursos atribuídos aos institutos de pesquisa no período de 1990 a 2000 não foram possíveis de ser mencionadas por motivo de difícil localização.

Os destinos dos recursos atribuídos aos institutos de pesquisa no ano de 2001 são justificados conforme descrição a seguir:

No Instituto Agrônomo foram utilizados na implementação das ações referentes à aplicabilidade da Lei de Proteção de Cultivares, principalmente no tocante a contratos de recebimento de royalties, a suporte adequado às ações dos cursos de pós-graduação do IAC e na aquisição de equipamentos de informática para modernização do Sistema de Planejamento Científico.

Ao Instituto de Tecnologia de Alimentos foram destinados para pagamentos de serviços profissionais de terceiros, na construção de um laboratório, confecção de armários, manutenção da capela e melhoria no sistema de exaustão do laboratório; aquisição de materiais de consumo na reforma da infraestrutura geral do instituto, móveis para salas, computadores, impressoras, software, hardware, leitura ótica, memória RAM, equipamentos e materiais para laboratórios, acessórios para batedeiras planetárias, gás utilizado no equipamento de nariz eletrônico, sistema de filtração com membrana e turbidímetro.

Os recursos destinados ao Instituto de Economia Agrícola foram utilizados nos pagamentos de serviços profissionais de terceiros no desenvolvimento de site para a internet.

O Instituto de Zootecnia utilizou os recursos na infraestrutura dos equipamentos para a rede local, infraestrutura de eventos e na aquisição de equipamentos e materiais para o centro de comunicação de treinamento.

No Instituto de Pesca foram utilizados para a confecção de calendários de cursos e eventos para o ano 2002, objetivando a sua maior divulgação.

Os destinos dos recursos atribuídos aos institutos de pesquisa em 2002 são justificados conforme descrição a seguir:

No Instituto de Economia Agrícola foram utilizados no pagamento de serviços profissionais de terceiros, no desenvolvimento de programa para o sistema de pessoal destinado à utilização pelo núcleo de pessoal do centro de administração da pesquisa, e desenvolvimento de estudos econômicos dos agronegócios do IEA.

O Instituto de Tecnologia de Alimentos utilizou os recursos na infraestrutura da diretoria-geral da entidade.

Os destinos dos recursos atribuídos aos institutos de pesquisa em 2003 são justificados a seguir:

No Instituto de Zootecnia foram utilizados na aquisição de computadores e nos pagamentos de serviços profissionais de terceiros, de funilaria e pintura em veículo oficial do IZ e na revisão de equipamentos ópticos.

O Instituto de Tecnologia de Alimentos utilizou os recursos na aquisição de materiais de consumo destinados ao Programa Bom Prato; na manutenção do sistema da Qualidade ISO 9001 e adequação para o credenciamento pela norma ISO 17.025; readequação e complementação das reformas dos laboratórios do CETEA e do centro de química para a ISO 17.025; pagamentos de serviços profissionais de terceiros na transferência dos equipamentos de rede de informática para um local mais adequado; pagamento referente aos médicos do ambulatório do ITAL e melhoria na infraestrutura inicial do Programa de Exportação – PROGEX.

No Instituto de Pesca os recursos foram utilizados na aquisição de impressora e scanner scanjet.

O Instituto de Economia Agrícola utilizou os recursos no pagamento de serviços de profissionais de terceiros, para atualização da rede de computadores, servidores, e na contemplação do desenvolvimento de banco de dados do IEA, que contém todas as estatísticas e artigos gerados pelo IEA.

Na Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios os recursos foram utilizados na realização de seminários sobre a certificação de qualidade da ISO 17.025 para os laboratórios da APTA e cultivares de plantas forrageiras; na confecção de folders sobre a Lei do Bioterrorismo; na consultoria para elaboração de propostas de apoio à infraestrutura do programa INFRA FINEP; no treinamento de gestores referente ao atendimento de clientes e na elaboração de propostas; e no aperfeiçoamento de dirigentes dos centros tecnológicos e unidades laboratoriais para a gestão de recursos extra-orçamentários.

Os destinos dos recursos atribuídos aos institutos de pesquisa no ano de 2004 são justificados conforme descrição a seguir:

O Instituto de Zootecnia utilizou os recursos na aquisição de scanners e impressora; pagamentos de serviços profissionais de terceiros em assessoria com o objetivo de avaliar e formatar os requisitos dos sistemas para a agregação do fluxo de trabalho e do modelo de decisão; reforma da infraestrutura do ULR de análise de sementes, botânica e fisiologia vegetal.

No Instituto de Economia Agrícola os recursos foram utilizados na aquisição de cadeiras, mesas para computadores e data show para realização de treinamentos e seminários; na atualização dos servidores, envolvendo serviços e peças, no-break e aquisição de computadores.

O Instituto de Tecnologia de Alimentos utilizou os recursos no apoio de: participação em eventos técnicos (congressos e feiras), ambulatório do ITAL, modernização da rede de informática, modernização da rede elétrica, no Programa Tecnológico de Apoio à Exportação voltado ao atendimento de micros, pequenas e médias empresas; reforma da portaria externa; melhoria na infraestrutura e treinamento do sistema DG, manutenção do Sistema da Qualidade ISO 9001:2000 e 17.025; readequação e complementação das reformas dos laboratórios para atender as normas da ISO 17.025.

No Instituto Pasteur os recursos foram destinados para aquisição de equipamentos de informática; modernização das instalações laboratoriais e no treinamento de pessoal.

Os destinos dos recursos atribuídos aos institutos de pesquisa em 2005 são justificados conforme descrição a seguir:

No Instituto de Zootecnia foram utilizados na aquisição de reagentes e vidrarias necessárias na Unidade Laboratorial de Referência de Bromatologia; manutenção dos equipamentos na Unidade Laboratorial de Ambiência; manutenção das instalações de ovinos na Unidade de Ovinos; adaptação da bomba de óleo de combustível no Centro Experimental Central; aquisição de materiais de construção para finalização da reforma do prédio de alojamento de pesquisadores no Centro Avançado de Bovinos de Leite; aquisição de uma roçadeira hidráulica para o Centro Avançado de Bovinos de Corte, e o remanescente utilizado na aquisição de computadores e software.

O Instituto de Tecnologia de Alimentos utilizou os recursos no apoio do ambulatório e no programa de controle de pragas; na manutenção do Sistema da Qualidade ISO 9001:2000 e 17.025; na melhoria da infraestrutura do auditório central;

na melhoria no sistema elétrico; reforma da portaria externa e da caixa d'água; investimento do projeto PRUMO-FINEP.

Os recursos destinados ao Instituto de Economia Agrícola foram utilizados em sua totalidade na manutenção dos servidores envolvendo serviços, peças, materiais de consumo, no-break, aquisição de computadores e impressoras.

No Instituto Biológico foram utilizados nas reformas dos laboratórios: Centro Avançado de Patologia, Toxicologia, Farmacologia e Centro de P&D de Sanidade Animal e na reforma de um forno de esterilização do Centro de P&D de Sanidade Vegetal.

A Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios utilizou-os no apoio à área de informática, no programa de qualidade dos institutos; no treinamento de pessoal e na infraestrutura da APTA.

No Departamento de Descentralização do Desenvolvimento os recursos foram utilizados na recepção, treinamento e adaptação de novos pesquisadores ao departamento.

Os destinos dos recursos atribuídos aos institutos de pesquisa no ano de 2006 são justificados conforme descrição a seguir:

O Instituto de Zootecnia utilizou-os na manutenção do destilador de proteína da Unidade Laboratorial de Referência de Bromatologia e Análises Minerais; na manutenção e aquisição de equipamentos usados em análises laboratoriais do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Zootecnia Diversificada; na manutenção das instalações de animais e confecção de materiais necessários à divulgação de trabalhos científicos desenvolvidos na área de insetos úteis; na cobertura do tronco de contenção dos animais do Centro Avançado de Bovinos de Leite; e na aquisição de sistema de cerca elétrica do Centro Avançado de Bovinos de Corte.

Os recursos destinados ao Instituto de Tecnologia de Alimentos foram utilizados no apoio do ambulatório e no programa de controle de pragas; na manutenção do Sistema da Qualidade ISO 9001:2000 e 17.025; na melhoria geral da infraestrutura do ITAL; na reforma da portaria externa; e no treinamento de funcionários.

No Instituto de Pesca os recursos foram utilizados na adequação dos laboratórios de maricultura, tecnologia e biologia pesqueira.

O Instituto Biológico destinou os recursos para a aquisição de computadores, impressoras e periféricos; aquisição de materiais de consumo,

permanentes; e pagamentos de serviços de profissionais de terceiros referentes às obras de expansão das instalações do Centro Avançado.

No Departamento de Descentralização do Desenvolvimento foram utilizados no desenvolvimento de projetos de pesquisa que contemplam a geração de resíduos de pesquisa, e, portanto, proporcionem incremento de arrecadação extra-orçamentário.

O Instituto de Economia Agrícola destinou os recursos para os pagamentos de serviços profissionais de terceiros referentes à recuperação e encadernação de diversos livros da biblioteca, e digitação de dados estatísticos; aquisição de materiais de consumo e equipamentos de informática.

O Instituto Agrônômico utilizou os recursos para a aquisição de equipamentos de informática para a diretoria-geral.

Os destinos dos recursos atribuídos aos institutos de pesquisa são justificados conforme descrição a seguir:

O Instituto Biológico utilizou os recursos para os pagamentos de serviços profissionais de terceiros; na aquisição de materiais de consumo e permanentes; e na implantação do programa de qualidade total ISO 9000.

No Instituto de Tecnologia de Alimentos os recursos foram utilizados no apoio do ambulatório e no Programa Tecnológico de Apoio às Exportação, voltado ao atendimento de micros, pequenas e médias empresas; manutenção do Sistema da Qualidade ISO 9001:2000 e 17.025; na melhoria geral da infraestrutura do ITAL; e no treinamento de pessoal.

Os recursos destinados ao Instituto de Zootecnia foram utilizados na confecção parcial de uma bancada para o laboratório de bromatologia da Unidade Laboratorial de Referência de Bromatologia e Análise Mineral; na aquisição de materiais de consumo e materiais para coleta de dados de projetos de pesquisa do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Zootecnia Diversificada; na aquisição de materiais de consumo para o laboratório do Centro de Reprodução e Genética Animal; no pagamento de serviços profissionais de terceiros na obra do setor cultural e manancial do Centro Experimental Central; na aquisição de peças e conserto do veículo oficial do IZ, na aquisição de uma bomba injetora do trator do Centro Avançado de Bovinos de Leite; no pagamento de serviços profissionais de terceiros do Centro

Avançado de Bovinos de Corte; e na confecção de um painel fotográfico portátil para o stand do IZ utilizado nas feiras e exposições.

O Instituto de Economia Agrícola utilizou os recursos para pagamento de serviços profissionais de terceiros e aquisição de materiais de consumo.

No Instituto Pesca esses recursos foram utilizados na infraestrutura do prédio administrativo da entidade para o atendimento do programa de pós-graduação.

O Departamento de Descentralização do Desenvolvimento utilizou os recursos na realização de seminários, workshops e programas de integração para os novos pesquisadores.

Somente são repassados os valores financeiros aos institutos com os quais foram mantidos contratos assinados e proporcionais ao valor total das taxas no período.

A disponibilidade dos recursos financeiros da Fundepag aos Institutos de Pesquisa permite suprir algumas das necessidades existentes devido à impossibilidade de receber recursos vindos da Agência Paulista de Tecnologia do Agronegócio.

Para a Fundepag, esses repasses representam um fator de extrema importância, sendo que possibilitam aos institutos: investimento em novas máquinas e equipamentos modernos; aquisição de materiais de consumo e escritório; aquisição de móveis; manutenção da infraestrutura de laboratórios e salas; capacitação e atualização dos talentos humanos, e a transferência de conhecimentos através de seminários, o que contribui para a ampliação do atendimento à demanda por serviços e produtos, a geração de novos negócios, e alimenta o sistema de parceria com a Fundepag.

4. Fundepag e os Demais Projetos

Os contratos a seguir são celebrados entre a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio, outros Institutos Públicos de Pesquisa e outras entidades privadas e públicas que têm como proposta executar os projetos.

A Fundepag compromete-se pôr à disposição dos institutos de pesquisas e outras entidades, na forma de bens, materiais e serviços, o montante em espécie definido no contrato.

Após a assinatura entre a Fundepag, os Institutos de Pesquisa e demais entidades, os contratos são publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Quadro 2 – Demais projetos - período de 2003

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Avaliação do programa de recuperação ambiental da SABESP, mediante assessoria técnica – Fase II.	Instituto de Botânica	Jan/03 – Set/04	29.436,63	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (63), 2 de abr. de 2003 - p. 78
Uso de hermiceluloses de diferentes fontes para aumentar a resistência da pasta mecânica.	Instituto de Botânica	Jun/03	De acordo com o contrato	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (114), 18 de jun. de 2003 – p. 26
Estudo de mercado de trabalho como subsídio para a reforma da educação profissional no Estado de São Paulo.	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados	Set./03 – Dez./03	38.666,06	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (175), 16 de set. de 2003 - p. 4
Avaliação do potencial de aplicação de fungos para biorremediação de solos contaminados com resíduos organoclorados.	Instituto de Botânica	2003	De acordo com o contrato	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (82), 1 de maio. de 2003 - p. 53

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

Em 2003 foi assinado o contrato referente ao projeto “Avaliação do potencial de aplicação de fungos para biorremediação de solos contaminados com resíduos organoclorados”¹⁶⁵, com parceria entre a Rhodia S/A e o Instituto de Botânica.

¹⁶⁵ DOE, Poder Legislativo, São Paulo, 113 (82), 1º de maio de 2003, Suplemento, p. 53.

Este projeto teve como objetivo o estudo concernente à aplicação de fungos nativos (*basidiomicetos lignocelulolíticos*) para descontaminação de solo.

A equipe do IBT coletou mais de 200 espécies de fungos para o experimento, que consistiu primeiro em identificar quais espécies cresciam em laboratórios, e posteriormente identificar se eram tolerantes aos poluentes, e então, se eram capazes de degradá-los. Do total analisado foram selecionadas seis espécies, e destas, duas foram escolhidas para dar prosseguimento aos estudos, por apresentarem maior capacidade de degradação dos compostos organoclorados, especificamente o hexacloro-benzeno.

Os resultados foram excelentes no laboratório: os fungos selecionados foram capazes de degradar 90% do poluente em 50 dias. A próxima etapa do projeto é viabilizar esse processo em escala industrial.

Segundo a avaliação da Rosmary de Nadai, consultora em meio ambiente da empresa Rhodia, a pesquisa com fungos apresentou resultados promissores, mas ainda encontrou dificuldades em conseguir levar o que tinham para uma escala maior, porque em laboratórios foi possível controlar, de maneira melhor, algumas condições, como temperatura e oxigenação.

É por este motivo que alguns estudos ainda são necessários a fim de otimizar o processo para sua finalização.¹⁶⁶

Quadro 3 – Demais projetos - período de 2004

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Estudo sobre recuperação florestal com espécies nativas: monitoramento, capacitação e estabelecimento de parâmetros de avaliação para reflorestamento heterogêneo em áreas da International Paper, no município de Mogi Guaçu / SP.	Instituto de Botânica	Mar/04 – Mar/05	53.234,69	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (75), 21 de abr. de 2004 - p. 27

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

¹⁶⁶ *Fungos, uma solução ecologicamente sustentável*. Revista Fundepag & Negócios, ano 1, n. 2, São Paulo, jan./2007, p. 15.

Quadro 4 – Demais projetos - período de 2005

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Estudo sobre recuperação florestal com espécies nativas: monitoramento, capacitação e estabelecimento de parâmetros de avaliação para reflorestamento heterogêneo em áreas da International Paper, no município de Mogi Guaçu / SP.	Instituto de Botânica	Mar/05 – Mar/06	17.816,44	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (114), 21 de jun. de 2005 – p. 21
Resistindo à urbanização: educar para conservar espécies ameaçadas da Mata Atlântica.	Instituto de Botânica	Jul/05 – Maio/07	66.550,14	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (158), 20 de ago. de 2005 - p. 31
Respostas fisiológicas de plantas às mudanças climáticas globais.	Ministério da Ciência e Tecnologia	Dez/05 – Fev/09	323.409,70	

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

Em 2005 foi celebrado um instrumento de convênio entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e a Fundepag, com o objetivo de desenvolvimento do projeto “Respostas Fisiológicas de Plantas às Mudanças Climáticas Globais”, que compreende a montagem de um banco de dados com informações estratégicas sobre os mecanismos de respostas ecofisiológicas, fisiológicas e bioquímicas de um grupo de plantas da mata Atlântica e do cerrado, quando submetidas a efeitos decorrentes das mudanças climáticas globais.

Para tanto, foram realizados experimentos em que plantas serão cultivadas em câmaras especiais com alta concentração de gás carbônico. As plantas terão parâmetros fisiológicos, anatômicos, bioquímicos e moleculares analisados e com os resultados pretende-se compreender possíveis padrões gerais de resposta ao aumento de gás carbônico atmosférico relacionado às mudanças climáticas globais. Com estes dados

pretende-se construir modelos que auxiliem a previsão e acompanhamento das respostas das florestas tropicais às mudanças climáticas globais e divulgar os resultados obtidos através da Internet e de um livro.¹⁶⁷

Quadro 5 – Demais projetos período de 2006

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Assistência e assessoria técnica aos usuários da Fundepag.	Instituto de Botânica	Fev/06 – Fev/08	53.262,74	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (123), 1 de jul. de 2006 - p. 39
Assistência e assessoria técnica aos usuários da Fundepag.	Instituto de Botânica	Fev/06 – Fev/11	21.305,10	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (48), 14 de mar. de 2006 - p. 23
Estudo sobre recuperação florestal com espécies nativas: monitoramento, capacitação e estabelecimento de parâmetros de avaliação para reflorestamento heterogêneo em áreas da International Paper, no município de Mogi-Guaçu / SP, através da Chamflora Mogi-Guaçu Agrofloresta Ltda.	Instituto de Botânica	Abr/06 – Abr/09	22.975,06	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (122), 30 de jun. de 2006 - p. 58

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

Vale ressaltar que foram realizados oito projetos com o Instituto Pasteur, sendo dois projetos concretizados em 2000 referentes a seminário internacional e avaliação de anticorpos antirábicos. Em 2001 foram concretizados três projetos referentes aos mesmos temas do ano anterior; no ano de 2002, um projeto, e em 2003 ultimaram-se dois projetos concernentes a programa de consultoria técnica, em seminário internacional.

¹⁶⁷ Ministério da Ciência e Tecnologia. Disponível em:
< <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/57698.html>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2009.

CONCLUSÃO

O sistema de ciência, tecnologia e inovação do Estado de São Paulo exerce uma função vital para o próprio Estado, tanto quanto para o País, específica e essencialmente a fim de contribuir para: a produção, desenvolvendo conhecimento; a educação, formando recursos humanos; e na transferência de conhecimento, disseminando e identificando *inputs* para as demandas sociais.

No decorrer dos anos, este sistema vem exercendo outra função primordial: a construção de elos virtuosos de cooperação entre as empresas, governo e as universidades, adquirindo uma relevância crescente nas demandas sociais das mais diversas áreas do agronegócio.

Com efeito, os institutos públicos de pesquisa e as instituições de ensino, no setor do agronegócio, são o coração desse sistema, que inclui a infraestrutura governamental, os conselhos de pesquisas, as agências de fomento e as políticas públicas, potencializadas pela construção de núcleos de inovações endógenas do conhecimento.

Contudo, a situação predominante no âmbito das instituições públicas de pesquisa no Estado de São Paulo ainda indica a necessidade de que novos modelos mais flexíveis de instituição, gerenciamento e parcerias sejam discutidos e idealizados com o objetivo de tornar as instituições mais eficientes, o que demandará novos enfoques em termos de estrutura, gerenciamento e sustentabilidade.

O trabalho apresentado é determinante em termos do esforço das instituições públicas de pesquisa no setor do agronegócio, da adoção de uma administração gerencial flexível e menos burocrática, com vista, à melhoria da qualidade de seus produtos e serviços. O aumento de seus resultados se reflete na sustentabilidade econômica, social e ambiental do agronegócio nacional, no cenário de políticas públicas e globalização da economia e seus impactos.

A questão das parcerias na busca de resultados conjuntos em torno das necessidades de demandas técnico-científicas entre a clientela da pesquisa do setor do agronegócio, é e continuará a ser fundamental no esforço de melhoria da qualidade de projetos de pesquisas em face dos problemas por que passam as instituições públicas que atuam no campo da ciência, da tecnologia e da inovação agropecuária no País.

Muito embora já existam no Estado de São Paulo mecanismos de apoio ao desenvolvimento, ainda persistem algumas questões fundamentais com relação às organizações de pesquisa, tecnologia e inovação, que necessitam um encaminhamento mais adequado, transparente, moderno e menos burocrático. Por exemplo, a criação/existência de políticas públicas, a valorização institucional (por parte do Estado, do governo e da própria sociedade), um modelo de gestão mais eficiente, um forte engajamento com o setor privado (incentivando parcerias estratégicas) em todo o processo de desenvolvimento da pesquisa técnico-científica do agronegócio.

É importante ressaltar que as mudanças na administração pública acontecem no intuito de que as instituições públicas de pesquisa sejam conduzidas com o objetivo de tornar mais fácil o gerenciamento destinado à captação de recursos para a obtenção dos meios adicionais ao do Estado, necessário à cobertura dos demais dispêndios de custeio da pesquisa e para a expansão e aperfeiçoamento de sua infra-estrutura física e pessoal. Faz-se necessário considerar também que estas mudanças possibilitem aos institutos públicos de pesquisa a se tornarem mais ágeis e de maior presença na solução de problemas de natureza tecnológica de interesse dos clientes, capazes de identificar oportunidades de integração como outros organismos públicos e privados em torno de projetos relevantes.

Isto leva a concluir que a implantação e finalização dos projetos de pesquisas e desenvolvimento no setor público de pesquisa do Estado de São Paulo têm sido significativamente afetadas pelos relevantes problemas da administração burocrática: a escassez de recursos financeiros, a falta de políticas públicas atualizadas e modernas, e conseqüentemente, “atrasando” ou impossibilitando que o setor do agronegócio esteja mais ágil nas resoluções das demandas da sociedade e empresariais, afetando também a velocidade do Estado e do País em seu desenvolvimento como um todo.

No decorrer do estudo pôde-se notar também que a definição do Terceiro Setor, bem como suas ramificações, constituem o primeiro problema com que todos que se interessam pela área se deparam. A falta de consenso teórico a respeito, ou mesmo a sua impossibilidade, é um dos motivos para a invisibilidade de grande parte dessas organizações.

Outro motivo levantado foi a ausência de dados sobre os impactos do Terceiro Setor na economia brasileira, de grande parte dessas entidades fundacionais.

Uma série de alterações na produção mundial, na economia e na sociedade, tem chamado a atenção para as “fundações” como uma das ramificações do Terceiro Setor.

Iniciativas acadêmicas foram empreendidas em todo o mundo, e no Brasil cresce o interesse por este campo. A análise realizada destas determinantes globais, e em particular do estudo de caso: Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio – Fundepag, parece sugerir que se está chegando à geração de um novo tipo de sociedade civil organizada, que desenvolve um importante papel na construção de uma nova cidadania.

Através deste estudo verifica-se que o Estado levou as sociedades organizadas e sem fins lucrativos, como as fundações, entre as quais se destaca uma das pioneiras brasileiras, a “Fundepag”, a atuar no fornecimento de insumos e pesquisas do agronegócio, nos quais este Estado não atuava de maneira eficaz.

Isto leva a uma reflexão importante: a Fundepag, no decurso de sua existência, organizou-se e aperfeiçoou-se de maneira eficiente para intermediar os serviços e o fornecimento de insumos que as empresas privadas têm interesse em disponibilizar, e que o Estado, por sua complexidade burocrática e restrições orçamentárias ou mesmo por incapacidade ou incompetência administrativa, não consegue realizar.

Os projetos efetivados ou em andamento, por intermédio da gestão da Fundepag, são os resultados de todos os esforços desta fundação, ao longo de seus 30 anos de existência, para a concretização de seu ideal.

Portanto, conclui-se que a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio contribuiu e contribui para o desenvolvimento das pesquisas técnico-científicas nos institutos públicos de pesquisa do Estado de São Paulo, como também para o desenvolvimento socioeconômico do Estado e do País.

Este trabalho terá atingido seus objetivos se as reflexões nele contidas ajudarem a promover a importante discussão sobre o papel da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio – Fundepag na intermediação entre os Institutos Públicos de Pesquisa e as iniciativas privadas interessadas nesses serviços.

FONTES

Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios. Disponível em:
<www.apta.sp.gov.br>.

Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo. Disponível em:
<www.apqc.org.br/pdf/Proposta_da_APqC_ao_Governo_do_Estado_2007_2010.pdf>
Acesso em: 17 de novembro de 2008.

Boletim Fundepag & Negócios da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa Agropecuária. Ano I, n. 2, São Paulo, jul./ago./2004.

_____. Ano I, n. 3, São Paulo, set./out./2004.

_____. Ano I, n. 4, São Paulo, nov./dez./2004.

_____. Ano II, n. 5, São Paulo, jan./fev./2005.

_____. Ano II, n. 6, São Paulo, mar./abr./2005.

_____. Ano II, n. 7, São Paulo, mai./jun./2005.

BRASIL, 2002. *Livro Branco: Ciência, Tecnologia e Inovação*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia.

Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo. Disponível em:
<www.codasp.sp.gov.br>.

Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Disponível em: <www.cati.sp.gov.br>.

Coordenadoria de Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo. Disponível em: <www.cda.sp.gov.br>.

Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios. Disponível em: <www.codeagro.sp.gov.br>.

ELIZEU, Cleide. *Projeto da Apta, premiado no VI Diálogo interbacias de educação ambiental*. Disponível em: <<http://www.apta.sp.gov.br/noticias.php?id=2995>>. Acesso em: 9 de maio de 2009.

Embrapa Informação Tecnológica. *Pesquisa, desenvolvimento e inovação para o agronegócio brasileiro: Cenários 2002-2012*. Embrapa, Secretaria de Gestão e Estratégia. Brasília, DF, 2003.

FERREIRA, Dolores Maria. *Sistema Fundacional e responsabilidade social*. Disponível em: <www.femperj.org.br>. Acesso em: 28 de abril de 2008.

GUASQUE, Luiz Fabião. *O Ministério Público e a defesa do regime democrático*. Disponível em: <www.femperj.org.br>. Acesso em: 28 de abril de 2008.

Instituto Agrônômico. Disponível em: <www.iac.sp.gov.br>.

Instituto Biológico. Disponível em: <www.biologico.sp.gov.br>.

Instituto de Economia Agrícola. Disponível em: <www.iea.sp.gov.br>.

Instituto de Pesca. Disponível em: <www.ip.sp.gov.br>.

Instituto de Tecnologia de Alimentos. Disponível em: <www.ital.sp.gov.br>.

Instituto de Zootecnia. Disponível em: <www.iz.sp.gov.br>.

Ministério da Ciência e Tecnologia. Disponível em: <www.mct.gov.br/index.php/content/view/57698.html>. Acesso em: 26 de janeiro de 2009.

Pesquisa Agropecuária. *Estudo retrata quadro crítico das instituições estaduais de pesquisa agropecuária no país*. Disponível em: <www.cgee.org.br/noticias/viewBoletim.php?in%20news=613&boletim=1>. Acesso em: 12 de julho de 2008.

Portas do Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <www.saopaulo.sp.gov.br/linha/secretarias.htm>. Acesso em: 4 de abril de 2008.

Programa de Inovações Tecnológicas para a Competividade dos Agronegócios Paulistas. Plano Plurianual 2004-2007 do Governo do Estado de São Paulo. Agroinova: São Paulo 2004-2007. Apta 2004-2007, São Paulo, 2003.

Revista Fundepag & Negócios. Ano 1, n. 1, São Paulo, ago./2006.

_____. Ano 1, n. 2, São Paulo, jan./2007.

_____. Ano 1, n. 3, São Paulo, abr./2007.

_____. Ano 2, n. 5, São Paulo, set./2007.

_____. Ano 2, n. 6, São Paulo, jan./2008.

_____. Ano 2, n. 9, São Paulo, out./2008.

Revista de Informação Legislativa. Ano 35, n. 140, Brasília, out./dez./1998.

Revista de Política Agrícola. Ano XV, n. 4, Brasília, out./nov./dez./2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A reinvenção solidária e participativa do Estado*. In: Seminário Internacional Sociedade e a Reforma do Estado. Disponível em:

<www.planejamento.gov.br>. Acesso em: 1 de dezembro de 2005, São Paulo: MARE, 1998.

Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Governo do Estado de São Paulo, 2008.

Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Disponível em: <www.agricultura.sp.gov.br>.

SIMÕES, Antônio Calos & LOPES, Roberto da Graça. *Trato com recursos humanos, um bem escasso na instituição pública*. 2006. Disponível em: <www.infobibos.com/artigos/RH/index.htm>. Acesso em: 17 de novembro de 2008.

TEIXEIRA, João Paulo Feijão. *A APTA no contexto de CT&I*. Relatório de apresentação da palestra de bioenergia. Disponível em: <<http://dge.apta.sp.gov.br/bioenergia/documentos/ApresentacaoDrFeijao.pdf>>. Acesso em: 12 de julho de 2008.

VICENTE, José Roberto; MARTINS, Renata & LUCAS, Maria Raquel. *Impactos dos investimentos em pesquisa agrícola no Estado de São Paulo, Brasil, 1960-2000*. Disponível em: <www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=6841>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Francisco de Assis. *As Fundações de Apoio e a Remuneração de Seus Dirigentes*. Brasília: Rossetto, 2006.

ARAÚJO, Paulo Fernando Cidade de, *et al.* *Crescimento da agricultura paulista e as instituições de ensino, pesquisa e extensão numa perspectiva de longo prazo: relatório final do projeto de contribuição da Fapesp à agricultura do Estado de São Paulo*. São Paulo: FAPESP, 2003.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COELHO, Simone de Castro Tavares. *Terceiro Setor: um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: SENAC, 2000.

COLLA, Márcia. *Ribeira melhora ensino agrícola*. O Estado de S. Paulo, caderno do interior, 23 de setembro de 1990.

CONTINI, Elísio, *et al.* *Projeções do agronegócio no Brasil e no mundo*. Revista de Política Agrícola. Ano XV, n. 1, Brasília, jan./fev./mar./2006.

CONTINI, Elísio & SECHET, Patrick. *Ainda há um Longo Caminho para a Ciência e Tecnologia no Brasil*. Revista Brasileira de Pós-Graduação. V. 2, n. 3, mar./2005.

COSTA, Michele da; & GUERRERO, Natalia. *Institutos públicos de pesquisa sob ameaça*. Revista Adusp. Setembro/2006.

CURTO, Fábio Penna Firme. *Obstáculos superados, metas atingidas*. Revista Fundepag & Negócios. Ano 2, n. 6, São Paulo, jan./2008.

DRUCKER, Peter Ferdinand. *Introdução à Administração*. 3ª. ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

_____. *O sucateamento das instituições científicas e tecnológicas do agronegócio*. Revista Fundepag & Negócios. Ano 2, n. 5, São Paulo, set./2007.

FERRAZ, Ricardo Mariano Marcondes. *O papel renovador da Fundepag*. Revista Fundepag & Negócios. Ano 1, n. 1, São Paulo, ago./2006.

_____. *Perspectiva para o futuro*. Revista Fundepag & Negócios. Ano 2, n. 9, São Paulo, out./2008.

GONÇALVES, José Sidnei. *Agropecuária paulista e brasileira: crescimento do produto e investimento em P&D*. Análises e Indicadores do Agronegócio. V.1, n. 10, out./2006.

GONÇALVES, José Sidnei; JUNQUEIRA, José Ricardo Cardoso de Mello & BARROS FILHO, Sílvio de Barros. *Conhecimento para desenvolvimento: uma análise da evolução dos investimentos na pesquisa pública paulista para os agronegócios 1957-2005*. Informações Econômicas. V. 34, n. 7, São Paulo, jul./2004.

LANDIM, Leila (org.). *Ações em Sociedade: militância, caridade, assistência, etc.* Rio de Janeiro: NAU, 1998.

MADI, Luis Fernando Ceribelli. *A contribuição da Fundepag para as Instituições de Pesquisa Tecnológicas Públicas no Brasil*. Revista Fundepag & Negócios. Ano 1, n. 1, São Paulo, ago./2006.

_____. *A Fundepag e os projetos de fomentos da Finep*. Boletim da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa Agropecuária. Ano I, n. 4, São Paulo, nov./dez./2004.

MARCHIORI, Antônio, *et al.* *A pirâmide invertida e o barril de Liebig: planejamento estratégico e desenvolvimento local sustentável*. Anais do Congresso Brasileiro de

Assistência Técnica e Extensão Rural. Edição de José Carlos de Moura e Victor André de Argollo Ferrão Netto. Piracicaba: FELAQ, 2005.

MARQUES, Samira Aoun. *Pesquisa científica em economia agrícola*. Revista Informações Econômicas. V. 28, n. 10, São Paulo, out./1998.

MEIRELLES, Fábio Salles de. Revista Agronegócio & Inovação. Ano 1, n. 11, Brasília, fev./2007.

MENDES, Judas Tadeu Grassi & PADILHA JUNIOR, João Batista. *Agronegócio: uma abordagem econômica*. São Paulo: Pears Prentice Hall, 2007.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

MOURA, José Carlos de & FERRÃO NETTO, Victor André de Argollo. *Anais do Congresso Brasileiro de Assistência Rural*. Piracicaba: FEALQ, 2005.

OLIVEIRA, Antônio Álvaro Duarte de. *ABIPTI discute modelos jurídicos nos institutos de pesquisa*. Informe ABIPTI. Ano 26, n. 161, Brasília, jun./2005.

_____. *Novos Paradigmas*. Revista Fundepag & Negócios. Ano 1, n. 1, São Paulo, ago./2006.

OLIVEIRA, Djalma de Pinto Rebouças de. *Sistemas, organização & métodos: uma abordagem gerencial*. 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PAES, José Eduardo Sabo. *Fundações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários*. 5ª ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2004.

_____. *Fundações: origem e evolução histórica*. Revista de Informação Legislativa. Ano 35, n. 140, Brasília, out/dez./1998.

PALLONE, Simone & JORGE, Wanda. *Futuro das instituições públicas de pesquisa é incerto*. Inovação Uniemp. V. 2, n. 2, Campinas, abr./jun. 2006.

RAFAEL, Edson José. *Fundações e direito: terceiro setor*. São Paulo: Melhoramentos, 1997.

RODRIGUES, Roberto. *As glórias do presente e os desafios do futuro*. Gazeta Mercantil, 4, 5 e 6 de abril de 2008.

SALAMON, Lester & ANHEIER, Helmut. *Defining the Nonprofit Sector: a cross-national analysis*. Johns Hopkins Nonprofit Sector Series. Manchester: Manchester University, 1997.

SALLES FILHO, Sérgio Luiz Monteiro. *A pesquisa agrícola em berço esplêndido*. Revista Fundepag & Negócios. Ano 1, n. 2, São Paulo, jan./2007.

_____. *Institutos de pesquisa buscam autonomia para crescer*. Ciências e Cultura. V. 56, n. 3, São Paulo, jul./set./2004.

_____. *O diabo não são os outros*. Revista Fundepag & Negócios. Ano 2, n. 6, São Paulo, jan./2008.

_____. *et al.* *Dimensões de análise para o estudo de transformações institucionais: uma abordagem para a reorganização da pesquisa pública*. XXI Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica. São Paulo – SP, novembro/2000.

_____.; MELLO, D. L. & ZACKIEWICZ, M. *Organização da inovação e cooperação regional*. Agosto 2001.

SANTOS, Lucy Woellner dos & ICHIKAWA, Elisa Yoshie: *Ciência, tecnologia e sociedade: visões sobre transformações da pesquisa agrícola no Brasil*. O.R. & A. Revista de Administração da UFLA. V. 5, n. 2, jul./dez./2003.

SOUZA, Leandro Marins de. *Tributação do Terceiro Setor no Brasil*. São Paulo: Dialética, 2004.

SCOLARI, Dante Daniel Giacomelli. *Inovação tecnológica e desenvolvimento do agronegócio*. Revista de Política Agrícola. Ano XV, n. 4, Brasília, out./nov./dez./2006.

YEGANIANZ, Levon & MACÊDO, Manoel Moacir Costa. *Avaliação de impacto social de pesquisa agropecuária*. A busca de uma metodologia baseada em indicadores. Texto para discussão 13. Embrapa Informações Tecnológicas, 2002.

ANEXO 1

ESCRITURA

Escritura de Instituição e Constituição da FUNDEPAG lavrada no 24o. Cartório de Notas da Capital do Estado de São Paulo, livro

n 2518 e fls. 64 em diante, 24/10/1978.

Escritura de Instituição e Constituição da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa Agropecuária - FUNDEPAG

SAIBAM, quantos esta pública escritura de instituição de Fundação virem que, aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), nesta cidade e Capital do Estado de São Paulo, em meu cartório e perante mim, Escrivão e as duas testemunhas adiante nomeadas e no final assinadas, bem como perante o Dr. JOSÉ MARIA DE MELLO FREIRE, brasileiro, casado, curador de Fundações, portador da cédula de identidade RG número 1.566.699 - SP e do CPF nº 006.218.468/72, residente e domiciliado à Alameda Ministro Rocha Azevedo, nº. 1226 - apto 41, nesta Capital compareceram como outorgantes instituidores: COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO SÃO PAULO - COESP; BANCO FRANCÊS E ITALIANO PARAAMÉRICA DO SUL S/A - SUDAMERIS; BANCO COMÉRCIO INDÚSTRIA DE SÃO PAULO S/A; BANCO DE CRÉDITO NACIONAL S/A; BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO; BANCO REAL; BOLSA DE MERCADORIAS DE SÃO PAULO; METALÚRGICA MATARAZZO; UNIBANCO PLANEJAMENTO E COMÉRCIO LTDA todos ao final desta, qualificados e representados na forma ao final declarada. Os presentes reconhecidos entre si como sendo os próprios e por mim Escrivão e pelas testemunhas adiante nomeadas, e no final assinadas, conhecidos conforme os documentos de identidade apresentados e aqui citados, do que dou fé. E perante essas mesmas testemunhas, pelos outorgantes instituidores me dito o seguinte: **PRIMEIRO:** que, movidos pelo ideal comum de participar direta ou indiretamente na luta contra a fome e o subdesenvolvimento que afligem grande parte da humanidade, e, portanto, de contribuir para melhor satisfação das necessidades vitais do homem e sua decorrente elevação sócio-econômica através dos benefícios da ciência e da tecnologia, vêm pela presente, instituir uma entidade jurídica, de caráter privado e altruista, inteiramente dedicada a promover, tanto junto à iniciativa governamental como junto à iniciativa privada, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia aplicadas ao campo da agropecuária, em todas suas formas de manifestação, indo da pesquisa experimental à industrialização de seus produtos, notadamente daqueles suscetíveis à alimentação humana, inclusive, tornando mais acessível ao bem comum a realização e os resultados das pesquisas, estudos, investigações, descobertas, projetos e técnicas incidentes nessa área. Tal entidade, correspondendo a figura jurídica de Fundação, ora recebe a denominação de **"FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA AGROPECUÁRIA - FUNDEPAG"**, da parte dos seus instituidores, os quais, para sua efetivação, na forma do artigo 24 do Código Civil Brasileiro, fizeram-lhe a doação como segue: a) - COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - COESP, da importância de Cr\$ 200.000,00 (Duzentos mil cruzeiros); b) BANCO FRANCÊS E ITALIANO PARAAMÉRICA DO SUL S/A - SUDAMERIS, da importância de Cr\$ 200.000,00 (Duzentos mil cruzeiros); c) BANCO COMÉRCIO INDÚSTRIA DE SÃO PAULO S/A, da importância de Cr\$ 200.000,00 (Duzentos mil cruzeiros); d) BANCO DE CRÉDITO NACIONAL S/A, da importância de Cr\$ 200.000,00 (Duzentos mil cruzeiros); e) BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO, da importância de Cr\$ 200.000,00 (Duzentos mil cruzeiros); f) BANCO REAL, da importância de Cr\$ 200.000,00 (Duzentos mil cruzeiros); g) METALÚRGICA MATARAZZO, da importância de Cr\$ 200.000,00 (Duzentos mil cruzeiros); h) UNIBANCO PLANEJAMENTO E COMÉRCIO LTDA, da importância de Cr\$ 200.000,00 (Duzentos mil cruzeiros); i) BOLSA DE MERCADORIAS DE SÃO PAULO, da importância de Cr\$ 200.000,00 (Duzentos mil cruzeiros) sendo Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) no ato e o restante a ser integralizado por meio de quatro (4) prestações mensais, iguais, consecutivas do valor de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) cada uma, vencendo-se a primeira destas prestações no dia 25/11/1978 e as demais em igual dia dos meses subseqüentes. O pagamento deverá ser feito pelo instituidor, mediante depósito na conta corrente da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa Agropecuária - FUNDEPAG, no Banco do Brasil S/A, valendo os respectivos comprovantes de depósito como pagamento das prestações; totalizando a doação Cr\$ 2.100.000,00 (Dois milhões e cem mil cruzeiros) que se encontram depositados no Banco do Brasil S/A da seguinte forma: Cr\$ 440.000,00 em conta corrente de livre movimentação pela Diretoria para despesas normais da Fundação; Cr\$ 1.500.000,00, depositados a prazo fixo, através do contrato n 31-986, pelo prazo de seis (06) meses com correção monetária prefixada, os quais se destinam a formação de patrimônio da Fundação e só poderão ser utilizados mediante autorização JUDICIAL, exceto quanto à reaplicação do principal por prazos iguais ou superiores em títulos e valores mobiliários, que deverão permanecer sempre custodiados no Banco do Brasil S/A. A diretoria da Fundação fica, desde já autorizada, independentemente de qualquer formalidade legal, a utilizar-se das quantias correspondentes à remuneração das referidas aplicações, transferindo-as para conta corrente de livre movimentação. **SEGUNDO:** que a maneira ou forma de administração da Fundação é determinada em seus Estatutos, que se acham já elaborados e vão adiante transcritos, os quais foram aprovados pelos outorgantes instituidores e ficam fazendo parte integrante desta escritura. **TERCEIRO:** que, em cumprimento ao disposto no artigo 35 das Disposições Transitórias, deste Estatuto, neste ato e por expressa designação do Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, Dr. Paulo da Rocha Camargo, fica designado para Diretor-Presidente da Fundação Dr. ROBERTO KONDER BORNHAUSEN. **QUARTO:** que nestas condições e por força desta escritura dão por instituída a **"FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA AGROPECUÁRIA - FUNDEPAG"**.

ANEXO 2

Projetos do período de 1990

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Desenvolvimento implantação do programa de regionalização da produção e consumo de alimentos no Estado de São Paulo – PROCALI II.	SAA	Maio/90 – Out/90	169.317,35	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 100 (82), 5 de maio de 1990 - p. 7
Elaboração de artigos técnicos para a Carta Cepam.	IEA	Maio/90 – Abr/91	354,07	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 100 (82), 5 de maio de 1990 - p. 7
Programa de regionalização da produção e consumo de alimentos – PROCALI IV.	SAA	Jun/90 – Maio/91	799.062,92	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 100 (117), 27 de jun. de 1990 - p. 11

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 3

Projetos do período de 1991

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Apoio a implantação do sistema integrado de agricultura no Estado de São Paulo.	SAA	Jan/91 – Ago/91	169.317,35	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 100 (82), 5 de mai. de 1990 - p. 7
Modernização do laboratório de controle de qualidade da secretaria municipal de abastecimento.	ITAL	03/04/91	354,07	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 100 (82), 5 de mai. de 1990 - p. 7
Participação dos usuários no processo de desenvolvimento e absorção de tecnologia na área de cereais, farinhas, panificação e produtos similares.	ITAL	Maio/91 - Maio/93	799.062,92	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 100 (117), 27 de jun. de 1990 - p. 11

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 4

Projetos do período de 1992

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Congelamento com nitrogênio líquido sobre a sobrevivência de v. cholerae em caudas de lagostas pré-cozidas.	ITAL	Ago/92 – Dez/92	4.118,45	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 102 (169), 4 de set. de 1992 - p. 8
Assessoramento e apoio técnico-científico às micro e pequenas empresas de São Paulo.	ITAL	Ago/92 – Jul/97		D.O.E.: Seção I, São Paulo, 102 (169), 4 de set. de 1992 - p. 8
Estudo da eficiência de produto à base de cloro na inativação de V. choleiras presente em alface.	ITAL	Set/92 – Mar/93	14.896,72	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 102 (179), 19 de set. de 1992 - p. 9
Estudo de resíduos glifosfato em diversas culturas.	ITAL	Set/92 – Abr/93	14.896,72	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 102 (179), 19 de set. de 1992 - pg. 9
Criação do Escodata: banco de dados CETEA/CEMPRE na área de embalagens e meio ambiente.	ITAL	Set/92 – Set/93	66.042,12	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 102 (179), 19 de set. de 1992 - p. 9
Promoção de intercâmbio didático, científico, cultural e administrativo, realização de projetos conjuntos de pesquisa, de formação e treinamento de técnicos de nível médio e de desenvolvimento tecnológico.	ITAL	Nov/92 – Ago/98	Valor conforme contrato	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 102 (221), 21 de nov. de 1992 - p. 11

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 5

Projetos do período de 1993

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Perfis Agroindústria: Processos, equipamentos e aspectos econômicos.	ITAL	Maio/93 – Maio/94	12.790,30	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 103 (105), 5 de jun. de 1993 - p. 15
Estabilidade de suco de laranja fresco acondicionado em saco de PEBD.	ITAL	Dez/93 – Fev/94	7.649,38	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 103 (245), 31 de dez. de 1993 - p. 42
Determinação de calor específico.	ITAL	Dez/93 – Dez/93	942,73	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 103 (235), 17 de dez. de 1993 - p. 12
Serviços de extensão tecnológica às MPE'S Sebraetec.	ITAL	Dez/93 – Ago/94	24.209,42	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 104 (35), 23 de fev. de 1994 - p. 11

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 6

Projetos do período de 1994

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Teste de Fo para processamento de Scargot.	ITAL	Jan/094 – Fev/94	1.797,74	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 104 (32), 17 de fev. de 1994 - p. 17
Teste de Fo em Corned Beef.	ITAL	Jan/94 – Jan/094	1.031,49	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 104 (32), 17 de fev. de 1994 - p. 17
Extrato de óleo de café.	ITAL	Fev/94 – Fev/94	2.693,54	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 104 (35), 23 de fev. de 1994 – p. 11
Execução de eventos.	ITAL	Fev/94 – Jan/95	107.613,96	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 104 (35), 23 de fev. de 1994 - p. 11
Processo de higienização de garrafas plásticas renováveis para água mineral.	ITAL	09/02/94		D.O.E.: Seção I, São Paulo, 104 (35), 23 de fev. de 1994 – p. 11
Desidratação de extrato de levedura e determinação de glutamato nas amostras desidratadas.	ITAL	Maio/94 – Ago/94	10,28	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 104 (195), 19 de out. de 1994 – p. 14
Enzima II.	ITAL	Out/94 – Nov/94	7.631,72	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 104 (195), 19 de out. de 1994 - p. 14

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 7

Projetos do período de 1995

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Militicultura.	IP	Fev/95 – Fev/96	2.566,16	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 105 (35), 18 de fev. de 1995 - p. 10
Avaliação do potencial de migração de componentes de embalagens para alimentos gordurosos.	ITAL	Fev/95 – Fev/96	24.229,05	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 105 (35), 18 de fev. de 1995 - p. 10
Avaliação de tampas de fácil abertura no mercado.	ITAL	Fev/95 – Fev/96	35.285,02	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 105 (35), 18 de fev. de 1995 - p. 10
Desenvolvimento de uma metodologia de ensaio para o dimensionamento de gargalos para garrafas de vidro.	ITAL	Fev/95 – Fev/96	25.539,30	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 105 (35), 18 de fev. de 1995 - p. 10
Estudo sobre efeito de filter fresh na conservação de frutas.	ITAL	Fev/95 – Fev/96	12.401,51	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 105 (35), 18 de fev. de 1995 - p. 10
Pasteurização de leite de vaca.	ITAL	Fev/95 – Fev/96	9.618,70	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 105 (35), 18 de fev. de 1995 - p. 10
Avaliação da estabilidade oxidativa de óleos brutos extraídos em mini-prensa.	ITAL	Fev/95 – Fev/97	25.875,68	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 105 (35), 18 de fev. de 1995 - pp. 10/11

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 8

Projetos do período de 1995

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Aprimoramento da produção de charque e jerked beef por métodos combinados de conservação.	ITAL	Fev/95 – Fev/96	11.761,67	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 105 (35), 18 de fev. de 1995 - p. 11
Preservação de vegetais folhosos em embalagens com atmosfera modificada.	ITAL	Fev/95 – Fev/96	46.340,99	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 105 (35), 18 de fev. de 1995 - p. 11
Desenvolvimento de tecnologia para industrialização de acerola.	ITAL	Fev/95 – Fev/96	8.397,82	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 105 (35), 18 de fev. de 1995 - p. 11
Validação de autoclaves rotativas e curvas térmicas.	ITAL	Fev/95 – Fev/96	22.240,24	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 105 (35), 18 de fev. de 1995 - p. 11
Desverdecimento de laranjas.	ITAL	Fev/95 – Fev/96	4.276,97	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 105 (35), 18 de fev. de 1995 - p. 11
Determinação das características de novos cultivares de trigo.	ITAL	Fev/95 – Fev/96	15.337,22	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 105 (35), 18 de fev. de 1995 - p. 11
Estudo preliminar de mercado de polpa de manga.	ITAL	Ago/95 – Ago/96	12.529,43	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 105 (), 6 de set. de 1995 - p. 8
Curso de tecnologia de bebidas.	ITAL	Out/95 – Out/96	96.232,31	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 105 (309), 31 de out. de 1995 - p. 10
Vida de prateleira do produto Spin.	ITAL		2.000,00	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 105 (309), 31 de out. de 1995 - p. 10

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 9

Projetos do período de 1997

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Agrishow97 - 4ª feira internacional de tecnologia agrícola em ação.	IAC	Out/97 - Out/98	109.306,74	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 107 (218), 13 de nov. de 1997 - p. 8
Viabilizar a execução do projeto Planejamento Agroambiental de Microbacias Hidrográficas.	IAC	Out/97 - Out/98	97.532,88	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 107 (218), 13 de nov. de 1997 - p. 8

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 10

Projetos do período de 1999

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Shelf-Life de polpas de frutas.	ITAL	Abr/99 – Set/99	28.593,38	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 109 (97), 25 de mai. de 1999 - p. 7
Goiabada light desenvolvimento de formulação.	ITAL	Mai/99 – Jul/99	4.531,51	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 109 (97), 25 de mai. de 1999 - p. 7
Programa de análise de qualidade de produtos: açúcar refinado.	ITAL	Mai/99 – Mai/99	8.578,15	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 109 (97), 25 de mai. de 1999 - p. 7
Auditagem de polarização de açúcares brancos das cooperativas Copersucar.	ITAL	Mai/99 – Nov/99	181.260,44	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 109 (151), 11 de ago. de 1999 - p. 18
Monitoramento físico químico e microbiológico de amostras de queijo e água.	ITAL	Jun/99 – Nov/99	29.836,52	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 109 (151), 11 de ago. de 1999 - p. 18
Teste de aceitação no mercado de milho verde na espiga, embalado a vácuo e de pedaços de milho verde na espiga marinado.	ITAL	Jun/99 – Jul/99	15.117,13	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 109 (151), 11 de ago. de 1999 - p. 18
Industrialização de suco pronto para beber.	ITAL	Jul/99 – Nov/99	32.899,08	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 109 (151), 11 de ago. de 1999 - p. 18
Desenvolvimento de uma mistura para pão de queijo.	ITAL	Ago/99 – Jul/99	3.562,63	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 109 (151), 11 de ago. de 1999 - p. 18
Assistência e assessoria técnica.	IEA	Ago/99 – Ago/04	8.246,82	D.O.E.: Seção I, São Paulo, 109 (151), 11 de ago. de 1999 - p. 18

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 11

Projetos do período de 2001

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Agrishow - feira internacional de tecnologia agrícola em ação.	IAC	Abr/01 – Dez/01	201.719,02	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 111 (83), 4 de maio de 2001 - p. 10
Agrishow: flores, frutas e hortaliças.	IAC	Mai/01 - Dez/02	40.275,35	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 111 (97), 24 de maio de 2001 - p. 11
Prestação de serviços especializados na avaliação dos resultados do programa SAI - Sistema Agroindustrial Integrado.	IEA	Ago/01 - Fev/02	128.044,56	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 111 (161), 25 de ago. de 2001 - p. 12

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 12

Projetos do período de 2002

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Criação do núcleo de apoio ao patenteamento da tecnologia gerada pela pesquisa e desenvolvimento da indústria de alimentos.	ITAL	Fev/02 – Mar/04		D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (17), 24 de jan. de 2003 - p. 21
Desenvolvimento de vacina contra enfermidades respiratórias e reprodutivas de bovinos.	IB	Set/02 - Set/03	176.320,11	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 112 (190), 4 de out. de 2002 - p. 14
Avaliação dinâmica de colheitadeiras de feijão.	DDD			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 112 (190), 4 de out. de 2002 - p. 14
Aplicação de vitaminas e sais minerais em drops e balas de gelatina com e sem recheio.	ITAL	Out/02 - Jun/03	18.196,13	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 112 (233), 6 de dez. de 2002 - p. 13
Diagnóstico do sistema de produção dos produtores de pecuária de leite.	IEA	Out/02 - Abr/03	109.176,75	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 112 (233), 6 de dez. de 2002 - p. 13
Validação do processo de cozimento de produtos cárneos.	ITAL	Nov/02 - Dez/02	25.999,62	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 112 (233), 6 de dez. de 2002 - p. 13
Desenvolvimento de modificador orgânico.	ITAL	Nov/02 – Mai/03	41.082,32	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 112 (233), 6 de dez. de 2002 - p. 13
Adaptação de tecnologia para a obtenção de leite de coco embalado em garrafas de vidro e estável a temperatura ambiente.	ITAL	Dez/02 – Dez/02	17.060,34	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (55), 25 de mar. de 2003 - p. 13

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 13

Projetos do período de 2003

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Estudo interdisciplinar de impactação ambiental por atividades antropicas voltadas à deposição de resíduos sólidos.	IP	Jan/03 - Fev/03	2.498,48	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (48), 12 de mar. de 2003 - p. 17
Projeto de sanidade avícola II.	IB	Mar/03 – Mar/04	2.645,75	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (75), 18 de abr. de 2003 - p. 19
Agrishow.	DDD	Mar/03 – Set/03	222.047,93	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (65), 4 de abr. de 2003 - p. 29
Projeto de sanidade avícola.	IB	Abr/03 – Abr/04	16.599,20	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (85), 8 de maio de 2003 - p 11
Sanidade avícola.	IB	Abr/03 - Out/03	4.967,76	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (93), 20 de maio de 2003 - p. 20
Avaliação do desenvolvimento de microrganismos ácido tolerantes em bebidas não alcoólicas.	ITAL	Abr/03 - Jul/03	16.426,73	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (93), 20 de maio de 2003 - p. 20
Programa de monitoramento da qualidade de café.	ITAL	Mai/03 – Maio/04	Valor conforme contrato	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (93), 20 de maio de 2003 - p. 20
Tanques rede..	IP	Jun/03 - Ago/03	2.425,06	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (137), 24 de jul. De 2003 - p. 27

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 14

Projetos do período de 2003

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Teste de desempenho a campo de bovinos da raça Santa Gertrudis – 2003/2004.	DDD	Jun/03 – Jun/04	13.288,83	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (135), 22 de jul. de 2003 - p. 21
Avaliação do ciclo de vida de embalagens metálicas.	ITAL	Jul./03 – Out./06	99.286,35	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (17), 24 de jan. de 2003 - p. 21
Análise de multi-resíduos em produtos vegetais	IB	Jul./03 – Ago/06		D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (177), 29 de set. de 2003 - p. 17
Melhoria do sistema produtivo da pecuária de leite de pequenos produtores do Estado de São Paulo.	DDD	Ago/03 - Ago/04	163.761,55	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (186), 1 de out. de 2003 - p. 17
Estudo de corante de urucum.	ITAL	Ago/03 - Ago/04	4.861,98	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (168), 5 de set. de 2003 - p. 14
Produção de pães tipo bisnaguinha com farinha de trigo enriquecido com ferro.	ITAL	Ago/03 - Dez/03	40.123,66	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (168), 5 de set. de 2003 - p. 14
Capacitação técnica e gerencial para o desenvolvimento da maricultura paulista - área de criação de moluscos bivalves.	IP	Ago/03 – Abr/04	61.293,95	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (197), 16 de out. de 2003 - p. 15

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 15

Projetos do período de 2003

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Estudo de vida de prateleira de bebida cítrica em diferentes embalagens.	ITAL	Ago/03 – Jan/04	42.973,98	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (177), 29 de set. de 2003 - p. 17
Efeito do suplemento de aminoácidos injetáveis no desenvolvimento de bovinos de corte.	DDD	Set/03 - Set/04	14.089,37	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (184), 27 de set. de 2003 - p. 15
Estudo de mercado de trabalho como subsídio para a reforma da educação profissional no Estado de São Paulo.	IEA	Set/03 - Jan/04	34.799,45	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (184), 27 de set. de 2003 - p. 15
Desenvolvimento de produtos de macadâmia drageada, nas versões doce e salgado a exportação para os Estados Unidos.	ITAL	Set/03 - Fev/06	3.696,29	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (190), 7 de out. de 2003 - p. 18
Divulgação de informação para o Agronegócio.	IEA	Set/03 - Set/04	45.660,01	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (181), 24 de set. de 2003 - p. 16
Formulação e otimização da produção de uma vacina contra enfermidades respiratórias e reprodutivas de bovinos.	IB	Set/03 - Set/04	157.436,68	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (186), 1 de out. de 2003 - p. 17

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 16

Projetos do período de 2003

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Produção de palmito de palmeira real em conserva.	ITAL	Out/03 - Fev/04	21.066,57	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (211), 6 de nov. de 2003 - p. 57
Consultoria para avaliação em BPL	IB	Out/03 - Nov/03	4.061,33	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (211), 6 de nov. de 2003 - p. 57
Estudo de enriquecimento de arroz polido.	ITAL	Out/03 - Mai/04	35.110,95	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (211), 6 de nov. de 2003 - p. 57
Produção de hortaliças cultivadas no sistema hidropônico, enfocando melhoramento de pragas e doenças.	Pólo Regional Vale do Paraíba	Out/03 – Out/04	12.704,76	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (211), 6 de nov. de 2003 - p. 57
Vantagens do Brasil na exportação de café T&M.	IEA	Nov/03 - Mar/04	24.780,84	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (223), 22 de Nov. de 2003 - p. 14
Desenvolvimento de produtos com carne bovina.	ITAL	Nov/03 – Fev/04	9.696,85	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (3), 7 de jan. de 2004 - p. 11
Estudo de enriquecimento de farinha de milho (fubá).	ITAL	Dez/03 - Fev/04	3.755,23	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (238), 13 de dez. de 2003 - p. 14
Situação atual e perspectiva do agronegócio do café.	IEA	Dez/03 - Fev/04	10.729,22	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (43), 5 de mar. de 2004 - p. 19
Controle sanitário de sêmen e touros doadores.	IB			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (184), 27 de set. De 2003 - p. 15

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 17

Projetos do período de 2003

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Tanques Rede.	Pólo Regional do Vale do Paranapanema			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (223), 22 de Nov. de 2003 – p. 14
Desenvolvimento de modificador orgânico.	ITAL			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (168), 5 de set. de 2003 - p. 14
Desenvolvimento de modificador orgânico.	ITAL			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 113 (174), 13 de set. de 2003 - p. 19
Cultivo de peixes no sistema de tanques rede.	DDD			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (240), 22 de dez. de 2004 - p. 18
Simulação de transporte projeto Cássio.	ITAL			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (240), 22 de dez. de 2004 - p. 18

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 18

Projetos do período de 2004

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Otimização do processo de obtenção de soja e aproveitamento do resíduo resultante.	ITAL	Jan/04 - Fev/04	5.329,96	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (24), 5 de fev. de 2004 - p. 14
Avaliação toxicológicas de curto prazo.	IB	Jan/04 - Jan/05	24.517,83	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (24), 5 de fev. de 2004 - p. 14
Relações de troca de defensivos agrícolas versus produtos agrícolas e respectivos índices, Estado de São Paulo, 2004.	IEA	Jan/04 - Jan/05	21.319,85	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (3), 7 de jan. de 2004 - p. 11
Levantamento de preços de defensivos agrícolas no Estado de São Paulo.	IEA	Jan/04 - Jan/05	47.969,67	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (3), 7 de jan. de 2004 - p. 11
Estudos de cromóforos em alimentos.	ITAL	Jan/04 - Jan/05	34.644,76	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (43), 5 de mar. de 2004 - p. 19
Coleta, triagem, identificação da Fauna Demersal e Bentônica.	IP	Mar/04 - Jun/04	7.863,95	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (66), 7 de abril de 2004 - p. 08
Desenvolvimento de cobertura salgada para pipoca, no sabor queijo.	ITAL	Abr/04 - Out/04	2.649,06	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (86), 7 de maio de 2004 - p. 15
Agrishow - Feira internacional de tecnologia em ação.	APTA	Abr/04 - Out/04	211.924,63	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (86), 7 de maio de 2004 - p. 15

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 19

Projetos do período de 2004

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Avaliação de linhas de acondicionamento para cervejas	ITAL	Abr/04 - Maio/04	12.042,03	D.O.E.; Seção I, - São Paulo, 114 (81), 30 de abr. de 2004 - p. 12
80 anos de comissão de estudos e debelação da praga cafeeira.	IB	Maio/04 - Maio/05	20.487,00	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (81), 30 de abr. de 2004 - p. 12
Desenvolvimento da agropecuária na região Noroeste do Estado de São Paulo.	DDD	Maio/04 – Maio/06	33.715,92	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (154), 14 de ago. de 2004 - p. 87
Articulação para implantação da cadeia do turismo rural na agricultura familiar no território da Bacia d rio Ribeira de Iguape.	IEA	Maio/04 – Nov/04	47.399,04	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (154), 14 de ago. de 2004 - p. 87
Avaliação do ciclo de vida ACV de embalagens plásticas.	ITAL	Maio/04 – Jan/05	45.631,11	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (117), 23 de jun. de 2004 - p. 12
Programa de monitoramento de gelatina pura.	ITAL	Jun/04 - Dez/04	5.324,46	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (154), 14 de ago. de 2004 – p. 87
Cultivo de em tanques de rede.	DDD	Jun/04 - Set/04	13.050,16	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (130), 13 de jul. de 2004 - p. 18
Adequação da planta de processamento destinada à produção de Siri-Mole congelado.	IP	Jul/04 - Set/04	5.947,10	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (218), 20 de nov. de 2004 - p. 17

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 20

Projetos do período de 2004

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Cursos e eventos em manejo de pragas.	IB	Ago/04 - Ago/05	22.838,10	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (169), 4 de set. de 2004 - p. 17
Programa de assistência e assessoria técnica - Centro de Sanidade Vegetal.	IB	Ago/04 - Ago/05	22.838,10	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (169), 4 de set. de 2004 - p. 17
Sanidade avícola.	IB	Ago/04 - Ago/05	24.665,15	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (169), 4 de set. de 2004 - p. 17
Curso de especialização em tecnologia de carnes.	ITAL	Set/04 – Set/05	279.670,41	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (208), 5 de nov. de 2004 - p. 13
Elaboração da estrutura inicial de desenvolvimento regional para a região de Assis no Estado de São Paulo.	IEA	Set/04 – Nov/04	29.454,10	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (210), 9 de nov. de 2004 - p. 12
Avaliação de estabilidade sensorial de aromas.	ITAL	Out/04 – Jul/07	149.318,91	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (210), 9 de nov. de 2004 - p. 12
Avaliação do programa de melhoria do sistema produtivo da pecuária de leite de pequenos produtores do Estado de São Paulo.	IEA	Out/04 – Jan/05	125.101,73	D.O.E.; Seção, São Paulo, 114 (240), 22 de dez. de 2004 - p. 18
Avaliação do ciclo de vida ACV do polihidroxibutirato-PHB, Biocycle.	ITAL	Nov/04 – Set./07	84.607,39	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (67), 9 de abr. de 2005 - p. 40

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 21

Projetos do período de 2004

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Fomento a assistência técnica e extensão rural.	IEA	Dez/04 – Nov./08	53.760,77	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (42), 4 de mar. de 2005 - p. 12
Bacia Hidrográfica: um instrumento na educação.	Pólo Regional do Centro Norte	Dez/04 – Dez/07	85.843,69	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (42), 4 de mar. de 2005 - p. 12
Estudo do potencial produtivo econômico do Rio Itanhaem.	IP	Dez/04 - Dez/05	26.580,04	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (7), 11 de jan. de 2005 - p. 12
Viabilizar a realização e o pleno desenvolvimento do projeto: assistência tecnológica os pequenos produtores rurais do Vale do Paraíba.	DDD			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (43), 5 de mar. de 2004 - p. 19
Cultivo de peixes no sistema de tanques rede.	DDD			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (169), 4 de set. de 2004 - p. 17
Análises de resíduos de pesticidas (Organoclorados e Organofosforado) nos produtos comercializados nos entrepostos terminal de São Paulo da CAGESP.	IB			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (130), 13 de jul. de 2004 - pag. 18
Estudo de adição de nutrientes a café torrado e moído.	ITAL			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (208), 5 de nov. de 2004 - pag. 13

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 22

Projetos do período de 2004

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Otimização do uso da água em sistemas agrícolas, com base na racionalização da irrigação, no re-uso de água e redução do impacto ambiental, nas bacias do Rio Pardo e Mogi Guaçu.	IAC			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (66), 7 de abr. de 2004 - p. 8
Instalação de módulos de tanques rede.	DDD			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (66), 7 de abr. de 2004 - p. 8
Prova de ganho de peso de animais das raças Zebuínas, através de melhoramento genético.	IZ		Valor conforme contrato	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (81), 30 de abr. de 2004 - p. 12
Cultivo de peixes no sistema tanques rede.				D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (210), 9 de nov. de 2004 - p. 12
Controle reprodutivo de touros doadores de sêmen.	IB			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 114 (117), 23 de jun. de 2004 - p. 12

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 23

Projetos do período de 2005

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Relações de troca de defensivos agrícolas versus produtos agrícolas e respectivos índices, Estado de São Paulo, 2005.	IEA	Jan/05 – Jan/06	22.347,07	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (7), 11 de jan. de 2005 - p. 12
Análises físico-químicas e biológicas da águas superficiais coletadas em 12 pontos pré estabelecidos pela UHE São Salvador.	IP	Mar/05 - Abr/05	10.191,00	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (69), 13 de abr. de 2005 - p. 12
Operação e monitoria a sala do submarino para público visitante do Museu de Pesca de Santos.	IP	Mar/05 – Mar/06	67.405,52	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (67), 9 de abr. de 2005 - p. 40
Monitoramento na sala lúdica para público do Museu de Pesca de Santos.	IP	Mar/05 – Mar/06	19.004,20	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (67), 9 de abr. de 2005 - p. 40
Projeção da sala de barcos do Museu de Pesca de Santos, criando um ambiente marinho.	IP	Mar/05 – Set/05	41.571,69	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (67), 9 de abr. de 2005 - p. 40
Enfermidades infecto-contagiosas em eqüídeos controle sanitário.	IB	Mar./05 – Mar./08	21.995,60	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (67), 9 de abr. de 2005 - p. 40

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 24

Projetos do período de 2005

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Determinação de resíduos de abamectina e cimeazole em carcaças bovinas.	ITAL	Abr/05 – Set/05	105.626,01	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (172), 10 de set. de 2005 - p. 48
3º congresso de iniciação científica agrárias, biológicas e ambientais.	IB	Abr/05 – Abr/06	21.814,54	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (79), 29 de abr. de 2005 - p. 15
Estudo da viabilidade técnica e econômica de unidade industrial para produção de farinha de banana a partir do processamento de banana nanica verde.	ITAL	Abr/05 – Ago/05	8.245,00	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (79), 29 de abr. de 2005 - p. 15
Workshop.	IEA	Abr/05 – Jun/05	7.126,81	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (111), 16 de jun. de 2005 - p. 27
Influência da oscilação de temperatura e umidade relativa sobre o teor de umidade do café cru beneficiado.	ITAL	Abr/05 – Ago/05	58.370,74	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (93), 19 de maio de 2005 - p. 09
Ensaio laboratoriais para programa de monitoramento limnológico e da qualidade da água do reservatório UHE da Serra da Mesa.	IP	Abr/05 – Abr/07	24.541,36	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (93), 19 de maio de 2005 - p. 09

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 25

Projetos do período de 2005

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Divulgação de informações e novas alternativas de financiamento para o agronegócio.	IEA	Abr/05 – Abr/06	41.229,48	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (93), 19 de maio de 2005 - p. 09
Agrishow - Feira de tecnologia em ação.	APTA	Maio/05 – Maio/10	Valor conforme contrato	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (93), 19 de maio de 2005 - p. 09
VI Congresso brasileiro de biometeorologia - mudanças climáticas: impactos sobre o homem, a planta e o animal.	IZ	Maio/05 – Maio/06	43.476,91	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (93), 19 de maio de 2005 - p. 09
Gludex, Xarin e açúcar triturado - aplicação em produtos de panificação: barras de cereais e recheios.	ITAL	Maio/05 – Fev/06	55.798,71	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (93), 19 de maio de 2005 - p. 10
Desenvolvimento de bala mastigável sabor tomate.	ITAL	Maio/05 – Set/05	6.774,25	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (105), 8 de jun. de 2005 - p. 15
Programa de monitoramento da qualidade de gelatina.	ITAL	Maio/05 – Dez/05	5.086,80	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (105), 8 de jun. de 2005 - p. 15
Análise de programa de renegociação passivo tributários.	IEA	Jun/05 – Jul/05	13.232,58	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (155), 17 de ago. de 2005 - p. 19

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 26

Projetos do período de 2005

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Monitoramento de enfermidades que interferem na Qualidade Sanitária do Plantel Suídeo do Estado de São Paulo.	IB	Jun/05 – Jun/07	21.782,02	D.O.E.; Seção I - São Paulo, 115 (111), 16 de jun. de 2005 - p. 27
Avaliação de estruturas polimétricas.	ITAL	Jun/05 – Ago/05	12.728,76	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (178), 20 de set. de 2005 - p. 09
Monitoramento da qualidade sensorial de creme dental.	ITAL	Jul/05 – Jul/07	14.292,42	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (178), 20 de set. de 2005 - p. 09
Determinação da composição química de cultivares; geneticamente modificado e convencional de soja plantado em diferentes localidades.	ITAL	Ago/05 – Jan/06	176.259,19	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (170), 7 de set. de 2005 - p. 24
Estudo de produção e vida de prateleira do MO 2005.	ITAL	Ago/05 – Ago/08	83.233,51	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (172), 10 de set. de 2005 - p. 48
Curso e eventos do núcleo de pesquisa e desenvolvimento do litoral norte do Instituto de Pesca.	IP	Set/05 – Set/07	21.665,06	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (183), 27 de set. de 2005 - p. 15
Estudo da vida de prateleira de café torrado e moído adicionado de nutrientes.	ITAL	Set/05 – Nov/06	47.771,47	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (189), 5 de out. de 2005 - p. 12

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 27

Projetos do período de 2005

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Abertura de mercado, crise algodoeira e exclusão social no Brasil meridional.	ITAL	Out/05 – Dez/05	20.345,31	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (228), 6 de dez. de 2005 - p. 16
Estudo de viabilidade técnica e econômica industrial para produção de desidratação de pimentões coloridos para produção de páprica.	ITAL	Out/05 – Fev/06	7.595,58	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (203), 26 de out. de 2005 - p. 17
Inventário o ciclo de vida.	ITAL	Nov.05 – Abr./07	41.915,74	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (8), 12 de jan. de 2006 - p. 18
Desenvolvimento de confeito funcional para suplementação animal.	ITAL	Nov/05 – Mar/06	9.352,89	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (240), 22 de dez. de 2005 - p. 17
Obtenção e avaliação do espectro de ação de bacteriófagos em bactérias contaminantes da fermentação.	ITAL	Nov/05 – Abr/06	14.490,35	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (228), 6 de dez. de 2005 – p. 16
Rotulação nutricional de carne de suíno.	ITAL	Dez/05 – Mar/06	39.899,38	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (230), 8 de dez. de 2005 - p. 19
Rotulação nutricional de carne de suíno.	ITAL	Dez/05 – Mar/06	13.562,75	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (230), 8 de dez. de 2005 - p. 19

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 28

Projetos do período de 2005

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Desenvolvimento de formulações de sopa shake doces e desidratadas e anteprojetos para implantação de unidade para processamento das formulações.	ITAL	Dez/05 – Jun/06	15.411,67	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (235), 15 de dez. de 2005 - p. 15
Caracterização de óleo de urucum.	ITAL	Dez/05 – Abr/06	9.632,30	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (240), 22 de dez. de 2005 - p. 17
Anteprojeto para implantação de unidade industrial para produção de banana passa, doce tipo corte (mariola, palito, bala) farinha de banana.	ITAL	Dez/05 – Dez/06	7.705,84	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (241), 23 de dez. de 2005 - p. 13
Níveis de cálcio e granulométrica do calcário para poedeiras semi-pesadas em segundo ciclo de produção e seus efeitos sobre o desempenho e qualidade dos ovos.	Pólo Regional Centro Oeste			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (154), 16 de ago. de 2005 - p. 12

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 29

Projetos do período de 2005

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Participação das cooperativas de produtores rurais em projetos e experimentos de campo, objetivando o incremento da produtividade e rastreabilidade dos agronegócios e a ampliação de insumos em atividades produtivas na agricultura e na pecuária.	DDD, IZ E IAC			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (156), 18 de ago. de 2005 - p. 10
Programa de assistência e assessoria técnica do Centro de Produção Ambiental do Instituto Biológico.	IB			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (119), 28 de jun. de 2005 - p. 28
Prova de desempenho animal das raças Nelore e Guazera.	Pólo Regional Extremo Oeste Andradina			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (10), 14 de jan. de 2005 - p. 30
Programa de assistência e assessoria técnica do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Sanidade Animal do Instituto Biológico.	IB			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (113), 18 de jun. de 2005 - p. 19
Regularização de cultivo de peixes em tanques rede.	Pólo Regional do Médio Paranapanema			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (172), 10 de set. 2005 - p. 48

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 30

Projetos do período de 2005

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Regularização de cultivo de peixes em tanques rede	Pólo Regional do Médio Paranapanema			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (178), 20 de set. de 2005 - p. 9
Levantamento e caracterização de streptomyces spp, causadores da sama em batata nas regiões produtoras do Brasil.	IB			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (178), 20 de set. de 2005 - p. 9
O que tem por trás do preço do café.	IAC			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (178), 20 de set. de 2005 - p. 9
Incremento tecnológico da apicultura do Vale do Paraíba.	DDD			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (178), 20 de set. de 2005 - p. 9
Consubstanciada em trabalhos de pesquisa e desenvolvimento relacionados à cultura da batata.	IAC			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (178), 20 de set. de 2005 - p. 10
Agregação de valores e qualidade à produção agrícola.	IAC			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (178), 20 de set. de 2005 - p. 10
Programa de diagnóstico e controle das doenças bacterianas de espécies animais de interesse econômico.	ITAL			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (79), 29 de abr. de 2005 - p. 15

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 31

Projetos do período de 2005

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Pesquisas tecnológicas.	IAC			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (163), 27 de ago. de 2005 - p. 23
Teste de eficácia de carrapaticida no controle do carrapato boophilus microplus (canestrini, 1887) em condições de campo.	Pólo Regional do Vale do Paraíba			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (228), 6 de dez. de 2005 - p. 16
Melhoramento genético das raças Zebu e Caracu para crescimento.	IZ			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (189), 5 de out. de 2005 - p. 12
Regularização de cultivo de peixes no sistema de tanques rede.	Pólo Regional do Médio Paranapanema			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (193), 11 de out. de 2005 - p. 14
Regularização de cultivo de peixes no sistema de tanques rede.	Pólo Regional do Médio Paranapanema			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (193), 11 de out. de 2005 - p. 14
Avaliação de um sistema de produção de bovinos de corte em manejo orgânico.	Pólo Regional Ata Mogiana			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (69), 13 de abr. de 2005 - p. 12
Diagnóstico laboratorial de anemia infecciosa eqüina (AIE).	Pólo Regional do Vale do Paraíba			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (111), 16 de jun. de 2005 - p. 27

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 32

Projetos do período de 2005

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Regularização de cultivo de peixes no sistema de tanques rede.	Pólo Regional do Médio Paranapanema			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (93), 19 de maio de 2005 - pp. 9/10
Regularização de cultivo de peixes no sistema de tanques rede.	Pólo Regional do Médio Paranapanema			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (93), 19 de maio de 2005 - p. 10
Regularização de cultivo de peixes no sistema de tanques rede.	Pólo Regional do Vale Paranapanema			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (67), 9 de abr. de 2005 - p. 40
Cursos de treinamento em brucelose, tuberculose e ETT.	IB			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (42), 4 de mar. de 2005 - p. 12
Avaliação de propriedade de filme BOPP metalizado.	ITAL			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (42), 4 de mar. de 2005 - p. 12
Otimização do processo de obtenção de extrato de soja e aproveitamento do resíduo resultante.	ITAL			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (42), 4 de mar. de 2005 - p. 12
Desenvolvimento de formulações de pastas enriquecidas com vitaminas e sais minerais.	ITAL			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (7), 11 de jan. de 2005 - p. 12

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 33

Projetos do período de 2006

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Avaliação de adulticidas e larvicidas no controle de alphetobius diaperinus (panzer) "cascudinho" em condições de laboratório.	IB	Jan/06 – Mar/06	6.325,72	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (11), 17 de jan. de 2006 - p. 18
Caracterização de embalagens plásticas.	ITAL	Jan/06 – Mar/06	14.261,62	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 115 (230), 8 de dez. de 2005 - p. 19
Estudos dos efeitos fisiológicos de thiaethoxam em soqueira de cana-de-açúcar.	Pólo Regional do Extremo Oeste	Jan/06 – Jan/07	28.557,74	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (51), 17 de mar. de 2006 - p. 64
Apoio ao desenvolvimento da diretoria de tecnologia e inovação do IMA (Instituto Mercadológico das Américas), das feiras coordenadas pela Fispal e do ABO (American Business Opportunity).	APTA	Fev/06 – Jan/07	76.698,35	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (211), 7 de nov. de 2006 - p. 16
Detecção de resíduos em soro de bovinos.	ITAL	Fev/06 – Abr/06	46.977,74	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (70), 13 de abr. de 2006 - p. 16

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 34

Projetos do período de 2006

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Antecipação da idade a cobertura de novilhas de gado de leite suplementadas com minerais da tortuga e efeito de fontes mineiras (inorgânico x orgânico) na determinação de bovinos de corte em confinamento.	Pólo Regional da Alta Mogiana	Mar/06 – Mar/07	36.775,71	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (51), 17 de mar. de 2006 - p. 64
Desenvolvimento agropecuário na região de Barretos - Estado de São Paulo.	Pólo Regional de Alta Mogiana	Abr/06 – Abr/11	78.498,12	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 117 (132), 17 de jul. de 2007 - p. 22
Elaboração de um curso teórico-prático de carne suína.	ITAL	Abr/06 – Maio/06	19.145,88	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (109), 10 de jun. de 2006 - p. 28
Elaboração de vinagrete de caqui.	Pólo Regional do Sudoeste Paulista	Abr/06 – Set/06	2.563,63	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (94), 20 de maio de 2006 - p. 13
Calibração da adubação N e K em soqueiras de cana-de-açúcar colhidas sem queima prévia.	Pólo Regional Centro Sul Piracicaba	Abr/04 – Abr/08	23.932,35	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (76), 25 de abr. de 2006 - p. 19
Execução do projeto taxidermia de mamífero.	IP	Maio/06 – Maio/06	2.878,24	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (100), 30 de maio de 2006 - p. 32

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 35

Projetos do período de 2006

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
II simpósio de controle de pescado - sobre o tema segurança alimentar.	IP	Maio/06 – Out/06	42.640,56	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (190), 5 de out. de 2006 - p. 16
Patrocínio à equipe operacional e manutenção para atrações Petrobrás no museu de pesca.	IP	Jun/06 – Jun/07	47.156,25	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (190), 5 de out. de 2006 - p. 16
Desidratação de maça.	ITAL	Jun/06 – Set/07	8.468,88	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (175), 14 de set. de 2006 - p. 19
Estudo de avaliação de metodologia de análises MO-2005.	ITAL	Jun/06 – Ago/07	48.118,63	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (118), 19 de jun. de 2006 - p. 13
Capacitação de profissionais em pesca da região metropolitana da Baixada Santista – SP.	IP	Jun/06 – Dez/07	192.474,51	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (239), 19 de dez. de 2006 - p. 19
Apoio técnico científico ao desenvolvimento da pesca de polvo nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.	IP	Jun/06 – Nov/07	98.116,29	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (239), 19 de dez. de 2006 – p. 19

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 36

Projetos do período de 2006

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Monitoramento ambiental da área de deposição do material dragado do Porto de Santos - coordenação de atividades II.	IP	Jun/06 – Ago/07	22.254,87	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (191), 6 de out. de 2006 - p. 15
Prestação de serviços técnicos especializados para a viabilização e desenvolvimento.	IP	Jun/06 – Dez/07	12.029,66	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (191), 6 de out. de 2006 - p. 15
Calibração da adubação N e K em soqueiras de cana-de-açúcar colhidas sem queima prévia usina Ester.	ITAL	Jun/06 – Jun/06	5.774,24	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (175), 14 de set. de 2006 - p. 19
Efeito da adição da uréia protegida, com suplemento para bovino de corte a pasto.	Pólo Regional de Brotas	Jun/06 – Jun/07	11.548,47	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (145), 2 de ago. de 2006 - p. 16
Monitoramento ambiental da área de desposição do material dragado do Porto de Santos - coordenação de atividades I.	IP	Jun/06 – Ago/09	64.478,44	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (191), 6 de out. de 2006 - p. 15
Eficácia agrônômica de Codan com maturador em cana-de-açúcar.	Pólo Regional Extremo Oeste Andradina	Jun/06 – Dez/07	11.548,47	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (190), 5 de out. de 2006 - pp. 15/16

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 37

Projetos do período de 2006

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Qualificação de clostridium perfringens em conteúdo intestinal de galinhas de postura e alterações histopatológicas em intestinos.	IB	Jul/06 – Set/06	4.801,75	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (190), 5 de out. de 2006 - p. 16
Levantamento de requisitos regulatórios existentes na exportação de produtos plásticos transformado para contato com alimentos.	ITAL	Jul/06 – Jan/07	9.576,60	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (190), 5 de out. de 2006 - p. 16
Programa de monitoramento de gelatina pura.	ITAL	Jul/06 – Jan/07	5.454,78	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (191), 6 de out. de 2006 - p. 15
Secagem de frutas e hortaliças.	ITAL	Jul/06 – Out/06	6.482,36	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (191), 6 de out. de 2006 - p. 15
Divulgação de informações econômicas e realizações de eventos para os agronegócios.	IEA	Jul/06 – Jul/07	40.334,66	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (145), 2 de ago. de 2006 - p. 16
Adequação de projeto e processamento de banana passa.	ITAL	Ago/06 – Dez/06	6.330,94	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (239), 19 de dez. de 2006 - p. 19

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 38

Projetos do período de 2006

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Avaliação de embalagens para desodorante roll-on.	ITAL	Ago/06 – Dez/06	7.069,17	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (239), 19 de dez. de 2006 - p. 19
Avaliação de eficácia terapêutica da ivermectina a 4% oral e da ivermectina a 2% associado ao praziquantel a 10% oral para equínos e a farmacocinética destes produtos.	Pólo Regional da Alta Mogiana	Ago/06 – Set/06	5.539,57	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (190), 5 de out. de 2006 - p. 16
Acompanhamento de vida de prateleira de produtos de levedura.	ITAL	Set/06 – Mar/07	6.697,80	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (239), 19 de dez. de 2006 - p. 19
Contratação de pesquisa de mercado para localizar e conhecer o potencial do mercado de carnes das regiões metropolitanas de Recife - PE e Natal - RN, para a carne de avestruz.	IEA	Set/06 – Dez/06	933,44	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (239), 19 de dez. de 2006 - p. 19
Serviços técnicos especializados para a elaboração de estudos de caracterização dos ecossistemas e da ictiofauna para uso de atividades pesqueiras no Porto de Santos.	IP	Set/06 – Set/07	47.841,43	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (239), 19 de dez. de 2006 - p. 19

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 39

Projetos do período de 2006

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Determinação da composição química de cultivares de soja (geneticamente modificado e convencional) e suas frações.	ITAL	Set/06 – Dez/08	1.214.215,54	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (239), 19 de dez. de 2006 - p. 19
Análise de resíduos de ivermectina no leite.	ITAL	Out/06 – Jan/07	28.593,62	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (239), 19 de dez. de 2006 - p. 19
Estudo e seleção de novos clones de seringueiras para a produção de borbulha.	Pólo Regional de Colina	Out/06 – Nov/08	38.124,83	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (239), 19 de dez. de 2006 - p. 19
Seminário internacional nanotecnologia, sociologia e meio ambiente – SEMINASOMA.	IEA	Nov/06 – Mar/07	26.100,92	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (239), 19 de dez. de 2006 - p. 19
Caracterização de embalagens plásticas.	ITAL	Nov/06 – Dez/06	3.835,66	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (239), 19 de dez. de 2006 - p. 19
Regularização de projetos de aquicultura no sistema tanque rede	Pólo Regional do Médio Paranapanema			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (109), 10 de jun. de 2006 - p. 28

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 40

Projetos do período de 2006

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Avaliação dos efeitos dos defensivos agrícolas sobre a traça tuta absoluta, broca grande, broca pequena em tomaterio e complexo de inimigos naturais.	Pólo Regional do Centro Leste			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (9), 13 de jan. de 2006 - p. 51
Regularização de cultivo de peixes no sistema de tanques rede.	Pólo Regional do Médio Paranapanema			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (9), 13 de jan. de 2006 - p. 51
Monitoramento laboratorial para a leptospirose em animais de produção.	Pólo Regional do Centro Oeste			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (9), 13 de jan. de 2006 - p. 51
Teste de eficácia de carrapaticida no controle do carrapato boophilus microplus (canestrini, 1887) em condições de campo	Pólo Regional do Vale do Paraíba			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (94), 20 de maio de 2006 - p. 13
Implantação de piscicultura no sistema de viveiros escavados, para o cultivo da tilápia do nilo (oreochromis niloticus) na província de Luanda, Angola.	Pólo Regional do Médio Paranapanema			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (42), 4 de mar. de 2006 - p. 16

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 41

Projetos do período de 2006

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Regularização de cultivo de peixes no sistema de tanques rede.	Pólo Regional do Médio Paranapanema			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (42), 4 de mar. de 2006 - p. 16
Controle sanitário de sêmen e touros doadores.	IB			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (120), 28 de jun. de 2006 - p. 16
Implantação de piscicultura no sistema de viveiros escavados, para o cultivo da tilápia do nilo (<i>oreochromis niloticus</i>) na província de Luanda, Angola.	Pólo Regional do Médio Paranapanema			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (120), 28 de jun. de 2006 - p. 16
Monitoramento das comunidades Demersais-Bentônicas em área sob influência da pluma de materiais dragados.	IP			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (150), 9 de ago. de 2006 - p. 16
Desenvolvimento da agropecuária na região de Barretos - Estado de São Paulo.	Pólo Regional da Alta Mogiana			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (76), 25 de abr. de 2006 - p. 19
Regularização de cultivo de peixes no sistema de tanques rede.	Pólo Regional do Médio Paranapanema			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (118), 19 de jun. de 2006 - p. 13

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 42

Projetos do período de 2006

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Detecção e diagnóstico do cancro cítrico por primers específicos.	IB			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (51), 17 de mar. de 2006 - p. 64
Levantamento de preços de defensivos agrícolas no Estado de São Paulo.	IEA			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (232), 8 de dez. de 2006 - p. 22
Relação de troca de defensivos agrícolas do Estado de São Paulo.	IEA			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (232), 8 de dez. de 2006 - p. 22
Fomento a sistemas orgânicos de produção, através da disponibilização de sementes orgânicas de leguminosas para adubação verde, aumento na disponibilidade de material de multiplicação para adubação verde do banco de germoplasmo.	IAC			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (232), 8 de dez. de 2006 - p. 22
Ensaio de migração total.	ITAL			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (8), 12 de jan. de 2006 - p. 18

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 43

Projetos do período de 2006

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Avaliação da eficácia de R-28153 contra larvas de Dermotobia Hominis em bovinos naturalmente infestados no Brasil.	Pólo Regional do Vale do Paraíba			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (8), 12 de jan. de 2006 - p. 18
Solicitação de autorização de uso de águas públicas de domínio da União para fins de aquicultura.	Pólo Regional de Assis			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (241), 21 de dez. de 2006 - p. 28
Solicitação de autorização de uso de águas públicas de domínio da União para fins de aquicultura.	Pólo Regional de Assis			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (241), 21 de dez. de 2006 - p. 28
Solicitação de autorização de uso de águas públicas de domínio da União para fins de aquicultura.	Pólo Regional de Assis			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (241), 21 de dez. de 2006 - p. 28
Detecção e diagnóstico do cancro cítrico por primers específicos.	Pólo Regional de Assis			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (241), 21 de dez. de 2006 - p. 28
Reestruturação do sistema de cultivo e acompanhamento técnico da criação de peixes.	IP			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (145), 2 de ago. de 2006 - p. 16

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 44

Projetos do período de 2006

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Monitoramento das comunidades Dermesais-Bentônicas em área sob influência da pluma de materiais dragados.	IP			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (145), 2 de ago. de 2006 - p. 16
Regularização de projeto de aquicultura no sistema de tanques rede.	Pólo Regional de Assis			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (239), 19 de dez. de 2006 - p. 19
Obtenção de licença ambiental para a atividade aquícola no Departamento de Análise de Impacto Ambiental (DAIA) da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA).	Pólo Regional de Assis			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (239), 19 de dez. de 2006 - p. 19
Multiplicação do material genético das raças Zebuínas e do Caracu.	IZ			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (239), 19 de dez. de 2006 - p. 19
Desempenho produtivo de poedeiras comerciais consumindo água filtrada	IB			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (239), 19 de dez. de 2006 - p. 19
Solicitação de autorização de uso de águas públicas de domínio para fins de aquicultura.	Pólo Regional do Médio Paranapanema			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (191), 6 de out. de 2006 - p. 15
Desenvolvimento da agropecuária da região noroeste do Estado de São Paulo.	Pólo Regional do Extremo Oeste			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (191), 6 de out. de 2006 - p. 15

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 45

Projetos do período de 2006

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Promoção e intercâmbio didático, científico, cultural e administrativo.	ITAL			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (191), 6 de out. de 2006 - p. 15
Progenel.	IZ			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (191), 6 de out. de 2006 - p. 15
Identificação e tipagem molecular de patógenos aviários.	IP			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 116 (190), 5 de out. de 2006 - p. 16

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 46

Projetos do período de 2007

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Avaliação de adulticidas e larvicidas no controle de alphetobius diaperinus (panzer) "cascudinho" em condições de laboratório.	IB	Fev/07 – Maio/07	5.115,67	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 117 (115), 21 de jun. de 2007 - p. 22
Produtos desidratado derivado da cebola.	ITAL	Mar/07 – Maio/08	6.317,88	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 117 (115), 21 de jun. de 2007 - p. 22
Apoio ao desenvolvimento às atividades do IMA (Instituto Mercadontológico das Américas) Fispal e ABO.	ITAL	Mar/07 – Fev/08	32.518,50	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 117 (154), 16 de ago. de 2007 - p. 24
Determinação de escatol e androstenona em toucinho costal lombar, proveniente de suínos imunocastrados.	ITAL	Mar/07 – Maio/07	79.438,04	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 117 (93), 18 de mai. de 2007 – p.34
Consultoria técnica na área de manejo e nutrição de Tilápias em tanques rede.	IP	Mar/07 – Jan/08	4.645,50	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 117 (93), 18 de mai. de 2007 - p. 34
Consultoria técnica na área de manejo e nutrição de Tilápias em tanques rede na região de Zacarias – SP.	IP	Mar/07 – Jan/08	4.645,50	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 117 (93), 18 de mai. de 2007 - p. 34

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 47

Projetos do período de 2007

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Consultoria técnica na área de manejo e nutrição de Tilápias em tanques rede na região de Buritama – SP.	IP	Mar/07 – Jan/08	9.291,00	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 117 (93), 18 de maio de 2007 - p. 34
Estudo do efeito do lactato de sódio na avaliação das qualidades físico-químicas, microbiológicas e de processamento de jerked beef.	ITAL	Mar/07 – Set/07	13.332,36	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 117 (93), 18 de maio de 2007 - p. 34
Evolução do custo de produção de forragem de cana-de-açúcar, no ciclo da cultura, em plantio industrial inserido no projeto: Produção de volumosos e concentrados.	IZ	Abr/07 – Abr/12	9.260,44	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 117 (154), 16 de ago. de 2007 - p. 24
Estudo de geomarketing destinado a localizar os principais municípios brasileiros consumidores de produtos agrícolas e mensurar o potencial deste mercado.	IEA	Mai/07 – Maio/08	14.948,10	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 117 (96), 17 de out. de 2007 - p. 21

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 48

Projetos do período de 2007

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Estudo sobre os impactos da nanotecnologia na cadeia produtiva da soja brasileira.	IEA	Maio/07 – Maio/09	83.044,99	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 117 (96), 17 de out. de 2007 - p. 21
Produção de silagens de resíduos do processamento de rã-touro e vísceras de Tilápias.	IP	Maio/07 – Jan/08	7.474,05	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 117 (115), 21 de jun. de 2007 - p. 23
Consultoria técnica na implantação, realização e supervisão de análises físicas e químicas de alimentos.	IP	Maio/07 – Nov/07	11.072,67	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 117 (115), 21 de jun. de 2007 - p. 23
Solicitação de autorização de uso de águas públicas de domínio da União para fins de aquicultura, no município de Indiaporã – SP.	Pólo Regional de Assis	Maio/07 – Out/07	6.089,97	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 117 (115), 21 de jun. de 2007 - p. 23
Rejeição da mineração de areia como substrato para produção de mudas de pupunheira - bactris gasipaes.	Pólo Regional de Pariquera-Açú	Maio/07 – Maio/08	3.367,94	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 117 (115), 21 de jun. de 2007 - p. 23

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 49

Projetos do período de 2007

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Desenvolvimento de sistema informatizado para planejamento, acompanhamento e controle de projetos.	IEA	Jun/07 – Dez/07	5.423,46	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 117 (96), 17 de out. de 2007 – p. 21
Prestação de serviços de assessoria e consultoria para diagnóstico, avaliação e acompanhamento da atividade pesqueira na área de influência do projeto Mexilhão.	IP	Jul/07 – Set/07	7.321,63	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 117 (209), 6 de nov. de 2007 - p. 15
Estudo sobre a eficiência da ractopamina e vacina Vivax na produção de suínos e seus impactos nas características de qualidade de carne.	ITAL	Jul/07 – Set/07	25.844,55	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 117 (209), 6 de nov. de 2007 - p. 15
Estudo de vida de prateleira de produtos congelados.	IP	Ago/07 – Fev/10	21.042,29	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 117 (209), 6 de nov. de 2007 - p. 15
Preservando o Museu de Pesca.	IP	Set/07 – Fev/09	62.041,44	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 117 (209), 6 de nov. de 2007 - p. 15

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 50

Projetos do período de 2007

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Solicitação de autorização de uso de águas públicas de domínio da União para fins de aquicultura no reservatório de Canoas II, no Bairro Paraná, município de Palmital – SP.	IP	Set/07 – Nov/07	3.193,31	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 117 (209), 6 de nov. de 2007 - p. 15
Monitoramento e controle de verminose em rebanho de ovinos no município de Euclides da Cunha Paulista – SP.	Pólo Regional de Presidente Prudente	Set/07 – Set/08	1.642,27	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 117 (209), 6 de nov. de 2007 - p. 15
Otimização e elaboração do anteprojeto do processo de extração e produção de corante de beterraba.	ITAL	Out/07 – Set/09	54.698,68	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 117 (220), 23 de nov. de 2007 - p. 59
Tecnologia para secamente de camarão.	ITAL	Out/07 – Dez/07	4.740,55	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 117 (209), 6 de nov. de 2007 - p. 15
Solicitação de autorização de uso de águas públicas de domínio da União para fins de aquicultura no reservatório de Três Irmãos, município de Pereira Barreto.	IP	Out/07 – Dez/07	3.464,25	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 117 (209), 6 de nov. de 2007 – p. 15

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

ANEXO 51

Projetos do período de 2007

TEMA	INSTITUTO	VIGÊNCIA	CUSTO DO PROJETO	PUBLICAÇÃO
Solicitação de autorização de uso de águas públicas de domínio da União para fins de aquicultura no município de Palmital – SP.	Pólo Regional de Assis	Nov/07 – Jan/08	3.448,04	D.O.E.; Seção I, São Paulo, 117 (93), 18 de maio de 2007 - p. 34
Levantamento de preços de defensivos agrícolas no Estado de São Paulo.	IEA			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 117 (61), 30 de mar. de 2007 - p. 23
Relação de troca de defensivos agrícolas e respectivos índices, Estado de São Paulo 2007.	IEA			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 117 (61), 30 de mar. de 2007 - p. 23
Implantação de piscicultura no sistema de viveiros escavados, para o cultivo da tilápia do nilo (<i>oreochromis niloticus</i>) na região de calumbo, província de Luanda, Angola.	Pólo Regional do Médio Paranapanema			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 117 (115), 21 de jun. de 2007 - pp. 22 / 23
Avaliação de aromas em sabonetes em barra.	ITAL			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 117 (115), 21 de jun. de 2007 - p. 23
Nutrição de Tilápias em tanques rede.	IP			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 117 (209), 6 de nov. de 2007 - p. 15
Regularização de cultivo de peixes no sistema de tanques rede.	Pólo Regional de Assis			D.O.E.; Seção I, São Paulo, 117 (93), 18 de maio de 2007 - p. 34

Fonte: Dados da Fundepag; elaborado pelo autor, com os valores atualizados em 31 de dezembro de 2007 pelo IPC/FIPE.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)